

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**VIOLETA CRISTINA SOARES MORAES**

**HISTÓRIA DO COLÉGIO ANCHIETA DO MARANHÃO DA CIDADE DE  
PINHEIRO (1970-1973)**

São Luís

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**VIOLETA CRISTINA SOARES MORAES**

**HISTÓRIA DO COLÉGIO ANCHIETA DO MARANHÃO DA CIDADE DE  
PINHEIRO (1970-1973)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Humana.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro.

São Luís

2020

Moraes, Violeta Cristina Soares.  
HISTÓRIA DO COLÉGIO ANCHIETA DO MARANHÃO DA  
CIDADE DE PINHEIRO (1970-1973) / Violeta Cristina Soares Moraes.  
– 2020.

154 f.

Orientador (a): César Augusto Castro.  
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação/  
CCSo, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

1. Colégio Anchieta/ MA. 2. Culturas Escolares. 3. Instituições  
Escolares. I. Castro, César Augusto. II. Título.

**VIOLETA CRISTINA SOARES MORAES**

**HISTÓRIA DO COLÉGIO ANCHIETA DO MARANHÃO DA CIDADE DE  
PINHEIRO (1970-1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Universidade Federal do Maranhão  
como requisito da obtenção de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História, Políticas Educacionais,  
Trabalho e Formação Humana.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro.

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. César Augusto Castro (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Samuel Luis Velazquez Castellanos (Examinador)

Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Francisca das Chagas Silva Lima (Examinador)

Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Dra. Iran Maria Leitão Nunes (Suplente)

Universidade Federal do Maranhão

São Luís

2020

Dedico este trabalho investigativo ao meu saudoso Pai Raimundo de Jesus Moraes (*in memoriam*), a minha querida mãe Iolete Beckman Soares, a todos os irmãos e irmãs, aos meus filhos Gabriel Tarcisio e Clarissa Gabriella, ao meu companheiro Acácio, pelo incentivo e apoio em todas as escolhas e decisões tomadas. Esta vitoriosa conquista dedico com todo o meu amor a vocês.

## AGRADECIMENTOS

Diante de um vasto conhecimento que esta dissertação nos proporcionou e para isto a necessidade das conversas com as pessoas que nos direcionavam a completude deste texto, é possível facultar algumas delas neste espaço, porém, as consideramos especiais, pois para chegarmos até aqui contamos com o apoio de muitas pessoas. Meus agradecimentos fundamentais e emocionais àquelas que fizeram a diferença nessa trajetória, as quais sou eternamente grata.

Mas, o que é agradecer?

Agradecer é uma arte. Agradecer é um gesto de amor. Agradecer é selar uma união. Diante destas expressões que carregam significados tão fortes, não sei se serei capaz de retribuir a todos que contribuíram conosco direta ou indiretamente nesta jornada. Destacarei alguns e outros ficarão guardados para sempre em minha memória:

Agradeço as professoras que com suas memórias nos concederam as entrevistas ajudando-nos a tecer esta dissertação permitindo-nos a ter acesso aos documentos: Maria Rita Lobato Gonçalves (Marita), Maria da Graça Moreira Leite (Gracinha Moreira), Ana Luisa Bacelar (Anete), Teresinha da Costa Leite Guterres (Teresinha Leite), Maria Angélica Reis Marques (Branca).

Aos colegas do Colégio Anchieta do Maranhão que nos fortaleceram na construção deste trabalho concedendo-nos informações nas entrevistas: Maria Goretti Oliveira Cardoso e Silva, Ana Maria Costa Ferreira, e Joel Nunes.

Ao Programa de Pós- Graduação em Educação – Mestrado em Educação – UFMA, especialmente aos docentes, os quais tive a oportunidade de aprender e conhecer o “novo”; a Coordenadora do Mestrado, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho e as funcionárias Keila e Andréa, sempre prestativas na resolução das minhas dúvidas.

Um agradecimento muito especial pela orientação, oportunidade, acolhimento e confiança dada pelo Prof. Dr. César Augusto Castro pelos ensinamentos no desenvolvimento deste trabalho e por ter compartilhado comigo com tanta generosidade seu conhecimento e sua experiência de pesquisador exímio em História de Educação.

Ao Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL), pelas reuniões de estudos e aprofundamentos que ora nos dedicamos pela compreensão do paradigma historiográfico da (Nova)História Cultural, personificados nas figuras dos Professores: Prof<sup>o</sup> Dr. Samuel Velázquez Castellanos, Prof<sup>o</sup> Dr. César Augusto

Castro, na companhia dos pesquisadores de iniciação científica da graduação, mestrado e doutorado, por concederem a mim, tempo, material, possibilitando a troca de experiências.

As colegas da minha turma do mestrado, amizades adquiridas com as quais manterei contato.

A Claudeilson Pessoa, que foi o primeiro a me incentivar a fazer o mestrado e durante esses dois anos fez-me enxergar o que eu realmente buscava, o que eu desejava nesta dissertação, o que eu não via. Você foi além. Tomei muito seu tempo indagando sobre temas, autores e ideias. Suas contribuições foram de extrema relevância para a execução desta dissertação. Muito obrigada!

Ao meu amigo de longas datas, Nelson Nunes, pela ajuda na busca das fontes e pela terapia através das gargalhadas quando recordávamos os momentos para reconstruir a história deste objeto – “recordar é voltar a passar pelo coração”.

Agradeço a minha família, pois, creio não ser muito fácil ser membro desta sempre correndo e cheia de desafios e focos que o estudo exige quase que em tempo exclusivo e só vocês sabem a minha correria, pois foram o ponto de equilíbrio para iniciar, percorrer e finalizar essa trajetória... Muito obrigada a todos!

E por fim, a todos que estiveram presentes neste percurso e contribuíram para a produção desta dissertação, recebam meu muito obrigada por tudo!

*Não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas. Mas voam faíscas e lascas como aços espalhados. Ah que medo de começar e ainda nem sequer sei o nome da moça. Sem falar que a história me desespera por ser simples demais. O que me proponho contar parece fácil e à mão de todos. Mas, a sua elaboração é muito difícil. Pois tenho que tornar nítido o que está quase apagado e que mal vejo. Com mãos de dedos duros enlameados apalpar o invisível na própria lama.*

*Clarice Lispector*



## RESUMO

Este estudo tece uma narrativa histórica do Colégio Anchieta do Maranhão, localizado em Pinheiro/MA, a fim de ampliar o conhecimento sobre a história da educação maranhense e nacional. A investigação teve como categorias principais, a cultura escolar, os sujeitos e as práticas da instituição entre os anos de 1970 a 1973. O recorte temporal refere-se ao período em que o colégio foi fundado e permaneceu como instituição de ensino privado. Para tanto, o estudo mobilizou a metodologia da história oral sendo complementada pela análise documental e histórica, considerando atas, regimentos, autorização para funcionamento, manual do aluno, fonte jornalísticas, fotografias, entrevistas realizadas com 2 grupos de sujeitos que atuaram na Instituição (5 professoras e 3 ex-alunos), dentre outros documentos. A pesquisa bibliográfica ancorou-se nos pressupostos da (Nova) História Cultural, a partir das contribuições de Ginzburg (2009), Burke (2008), Le Goff (2013), Chartier (2002) e Pesavento (2012) e, também foi necessário o apoio nos estudos realizados de Vinão Frago (1995) e Juliá (2001) no que concerne especificamente a discussão que efetivada em torno da cultura escolar e sua materialidade. As práticas escolares analisadas permitiram perceber a sala de aula como espaço privilegiado para a leitura e a escrita como um fio condutor dos demais saberes, permeados pela disciplina, e também as formas de quantificar a aprendizagem e também a contribuição das festas escolares que eram momentos privilegiados para o aprendizado de conteúdos, de disseminação de conhecimentos, de normas e de valores legitimados pelo colégio e pela sociedade. Diante dos resultados obtidos e da construção do texto evidenciou-se a importância dessa pesquisa para a comunidade pinheirense e para os estudos na área da história da educação maranhense, pois, trouxe subsídios para a compreensão do processo de expansão e/ou interiorização do sistema escolar ao situar as inter-relações do poder privado, municipal e estadual. Assim, foi possível identificar algumas evidências da História do Colégio Anchieta do Maranhão a qual foi constituída e representada nos seus diferentes contextos, experiências, espaços e tempo que marcaram as culturas escolares da instituição pesquisada.

**Palavras-chave:** Instituições Escolares. Culturas Escolares. Colégio Anchieta/MA.

## ABSTRACT

This study weaves a historical narrative of Colégio Anchieta do Maranhão, located in Pinheiro / MA, in order to expand knowledge about the history of Maranhão and national education. The research had as main categories, the school culture, the subjects and the institution's practices between the years 1970 to 1973. The time frame refers to the period in which the college was founded and remained as a private teaching institution. To this end, the study mobilized the methodology of oral history being complemented by documentary and historical analysis, considering minutes, regulations, authorization for operation, student manual, journalistic source, photographs, interviews with 2 groups of subjects who worked at the Institution (5 teachers and 3 alumni), among other documents. The bibliographic research was based on the assumptions of (Nova) Cultural History, based on the contributions of Ginzburg (2009), Burke (2008), Le Goff (2013), Chartier (2002) and Pesavento (2012) and, it was also necessary the support in the studies carried out by Vinão Frago (1995) and Juliá (2001) with regard specifically to the discussion that took place around school culture and its materiality. The school practices analyzed allowed us to perceive the classroom as a privileged space for reading and writing as a guiding thread of other knowledge, permeated by the discipline, as well as ways to quantify learning and also the contribution of school parties that were privileged moments for learning content, disseminating knowledge, norms and values legitimized by the school and society. In view of the results obtained and the construction of the text, the importance of this research was evident for the community of Pinheiro and for studies in the area of the history of education in Maranhão, as it brought subsidies for understanding the process of expansion and / or interiorization of the school system. By situating the interrelations of private, municipal and state power. Thus, it was possible to identify some evidence of the History of Colégio Anchieta do Maranhão which was constituted and represented in its different contexts, experiences, spaces and time that marked the school cultures of the researched institution.

**Keywords:** School Institutions. School Cultures. Anchieta College/MA.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Maranhão e Pinheiro .....	41
Figura 2 – Cartão postal da Av. Getúlio Vargas, Pinheiro – Década de 1970 .....	42
Figura 3 – Cartão Postal da Av Presidente Dutra.....	44
Figura 4 – A Casa dos Gonçalves.....	45
Figura 5 – Cartão Postal da Praça José Sarney – Década de 1970.....	46
Figura 6 – Cartão Postal da Catedral de Santo Inácio de Loiola.....	47
Figura 7 – Cópia da Ata da Sessão Extraordinária do Colégio Anchieta do Maranhão.....	70
Figura 8 – Cópia da Ata da Sessão Extraordinária do Colégio Anchieta do Maranhão.....	71
Figura 9 – Fachada do Colégio Anchieta .....	73
Figura 10 – Espaço das reuniões do CAM – .....	74
Figura 11 – Reportagem sobre o Início do Ano Letivo do CAM.....	74
Figura 12 – Autorização para funcionamento do CAM .....	78
Figura 13 – Matéria sobre a legalidade do CAM .....	79
Figura 14 – Diretoras e Professoras do CAM.....	80
Figura 15 – Termo de Aceitação .....	85
Figura 16 – Contrato de Locação de Trabalho .....	85
Figura 17 – Lista de Livros e Material Escolar Didático da 2ª série .....	93
Figura 18 – Livros Didáticos da década de 1970 .....	94
Figura 19 – Imagem da Biblioteca do CAM .....	94
Figura 20 – Manual do aluno.....	98
Figura 21 – Primeiros alunos da Instituição de ensino com a Professora .....	100
Figura 22 – Regulamento do Manual do aluno .....	102
Figura 23 – Regulamento do Manual do aluno .....	103
Figura 24 – Regulamento do Manual do aluno .....	104
Figura 25 – Desfile dos alunos do CAM, 7 de Setembro .....	108
Figura 26 – Desfile dos alunos do CAM, 7 de Setembro .....	108
Figura 27 – Desfile dos alunos do CAM, 7 de Setembro .....	108
Figura 28 – Convite de Formatura, Turma Dr. Orlando Leite .....	109
Figura 29 – Convite de Formatura (doutorandos) .....	110
Figura 30 – Reportagem da Festa de Colação de grau do CAM.....	111
Figura 31 – Fotografias da Cerimônia de Formatura .....	113
Figura 32 – Justificativa de doação do Colégio para o Governo do Estado do Maranhão....	116

Figura 33 — Reportagem sobre o traslado do CAM para o prédio do Estado..... 116

Foto 1 – Fachada do 2º prédio do Colégio Anchieta do Maranhão.....67

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura dos documentos encontrados .....	26
Quadro 2 – Acervo Iconográfico do Colégio Anchieta do Maranhão e da cidade de Pinheiro .....	26
Quadro 3 – Acervo do Jornal Cidade de Pinheiro .....	27
Quadro 4 – Professores do Ensino Secundário do Ginásio Pinheirense no período de 1953 a 1958.....	56
Quadro 5 – Primeiros funcionários da ECA.....	60
Quadro 6 – Escolas que desenvolviam funções sociais na década de 50.....	62
Quadro 7 – Instituições que funcionavam no mesmo período do CAM .....	62
Quadro 8 – Matrículas de 1972 (171 alunos) .....	76
Quadro 9 – Matrículas de 1973 (390 alunos) .....	77
Quadro 10 – Diretoras e Professoras do CAM no período de 1970 a 1973 .....	82
Quadro 11 – Professoras do CAM no período de 1971 a 1973.....	83
Quadro 12 – Professoras (es) e funcionárias da Administração do CAM no período de 1972 a 1973.....	84
Quadro 13 – Currículo e carga horária .....	88
Quadro 14 – Acervo dos livros da biblioteca do CAM .....	95
Quadro 15 – Diretoria do grêmio estudantil “Orlando Leite” .....	106

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACREP	Associação Comercial e Recreativa dos Estudantes de Pinheiro
APLAC	Academia Pinheirense de letras Artes e Ciências
CADES	Curso de Aperfeiçoamento de Ensino Secundário
CAM	Colégio Anchieta do Maranhão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DEM	Departamento de Ensino Médio
DOM	Diário Oficial do Maranhão
ECA	Escola Comercial da Acrep
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEMA	Instituto Estadual de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NEDHEL	Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNIT	Universidade Tiradentes
USAID	United States Agency for International Development

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>O CAMINHO DE ONDE PARTIMOS: os ditos que nos fundamentam</b> .....	30
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO DE PINHEIRO NO CENÁRIO EDUCACIONAL</b> .....	41
<b>3.1</b>	<b>Pinheiro, a cidade que recepcionou o Colégio Anchieta do Maranhão</b> .....	41
<b>3.2</b>	<b>O cenário educacional do município de Pinheiro-MA: os primeiros movimentos educacionais</b> .....	49
<b>3.2.1</b>	<b>Dos espaços de improvisos a educação escolar (1920-1970)</b> .....	50
<b>4</b>	<b>COLÉGIO ANCHIETA DO MARANHÃO: origens, organização e cotidiano escolar</b> .....	64
<b>4.1</b>	<b>As origens do Colégio Anchieta do Maranhão</b> .....	64
<b>4.2</b>	<b>O Colégio Anchieta do Maranhão percorrendo espaços diferentes</b> .....	66
<b>4.3</b>	<b>Construindo a Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão</b> .....	69
<b>4.4</b>	<b>Um novo espaço</b> .....	72
<b>4.5</b>	<b>O ingresso no CAM</b> .....	74
<b>4.6</b>	<b>Os trâmites para a autorização</b> .....	77
<b>4.7</b>	<b>As Diretoras e Professoras</b> .....	80
<b>4.8</b>	<b>O currículo do CAM</b> .....	87
<b>4.9</b>	<b>Entre as práticas e representações na sala de aula</b> .....	89
<b>4.10</b>	<b>As normas que disciplinam</b> .....	96
<b>4.11</b>	<b>As Festas Escolares</b> .....	105
<b>4.12</b>	<b>Razões e motivos do Colégio Anchieta do Maranhão deixar de ser privado e passar a ser instituição de ensino público</b> .....	114
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	118
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121
	<b>APÊNDICES</b> .....	129
	<b>ANEXOS</b> .....	132

## 1 INTRODUÇÃO

No meio do caminho tinha uma pedra.  
 Tinha uma pedra no meio do caminho.  
 Tinha uma pedra.  
 No meio do caminho tinha uma pedra.  
 Nunca me esquecerei desse acontecimento:  
 Na vida de minhas retinas tão fatigadas,  
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
 Tinha uma pedra.  
 Tinha uma pedra no meio do caminho.  
 No meio do caminho tinha uma pedra.  
 (Carlos Drummond de Andrade).

O poema de Drummond aborda a minha condição humana, como um produto de múltiplas determinações ao escrever esta dissertação. As pedras mencionadas nesta poesia podem ser classificadas como obstáculos ou problemas que encontrei no decorrer da investigação. Essas pedras conduziram o percurso desejado na proporção em que o objeto ia mudando após a realização das entrevistas narrativas<sup>1</sup> que foram feitas. As trilhas que nos conduziram a este trabalho se cruzaram com as vivências do lugar onde nasci e edifiquei minha identidade, e onde os caminhos descritos se fundamentaram.

Desse modo, escolhemos o objeto desta pesquisa, o processo histórico do Colégio Anchieta do Maranhão-CAM<sup>2</sup> no período de 1970 a 1973, sendo ela uma instituição privada fundada no Município de Pinheiro/MA, e que ofertava cursos nos níveis pré-primário, primário e ginásio.

O ponto de partida para a escrita acentuou-se a partir da vontade de desvelar uma narrativa acerca da instituição em uma perspectiva histórica, baseada na análise documental. Além disso, o interesse pelo tema se deu por uma espécie de entusiasmo pessoal ao recordar o tempo quando aluna da Instituição, marcado pelas relações de afetividade as quais permeavam o espaço escolar. Em minhas memórias, lembro-me que sempre ao chegarmos no colégio, éramos recebidas com carinho pelos funcionários e professoras presentes nos corredores.

Os desdobramentos para o estudo sobre a história do Colégio Anchieta do Maranhão amadureceram nas aulas das disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em

---

<sup>1</sup> A entrevista narrativa foi um dos instrumentos utilizados em colher os dados deste trabalho. Está baseada nas orientações dos autores Jovchelovitch e Bauer (2002). Neste tipo de entrevista, os sujeitos agentes relatam sobre a história do CAM, o seu contexto social de origem e suas práticas escolares. Desse modo, os procedimentos estão baseados no levantamento feito através dessa aplicação.

<sup>2</sup> Colégio Anchieta do Maranhão poderá ser tratado ao longo da dissertação como CAM.



Educação da UFMA, em especial, História e Historiografia da Educação ministrada pelos Profs. Doutores César Augusto Castro e Samuel Luis Velazquez Castellanos. Outro ponto de importância neste processo foram as leituras e as análises de textos desenvolvidos junto ao Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras – NEDHEL.

Convém, ainda, destacar que tal investigação sobre o Colégio Anchieta do Maranhão foi motivado na não existência de estudos específicos sobre a história desta instituição escolar. Em linhas gerais, pesquisar instituições escolares em termos historiográficos, implica em retomar documentos, textos, memórias orais, arquivos, fotos e todos os materiais que ajudem a reconstruir a história como um “todo”.

Para tanto, foi de suma importância centrar-se em autores que tratam sobre a História das Instituições Escolares e que nos remetem sobre essa temática, como por exemplo, Faria Filho (2006), Nosella e Buffa (2013), Gatti Júnior (2002), Magalhães (2002), Castro (2014), Castro e Castellanos (2009), Motta (2003) e Nunes (2006) que estão inter-relacionados e são relevantes para a construção do conhecimento, objetivando-se a perspectiva cultural.

Considerando que a história trabalha com a mudança no tempo, esta pesquisa, ao narrar significados do Colégio Anchieta do Maranhão, está inserida nesta abordagem. O nosso olhar está voltado para investigar as representações acerca da instituição, partindo de narrativas de professoras e alunos que compunham o cotidiano da mesma, no período de 1970 a 1973. A este respeito, entendemos por representações culturais aquelas oriundas do modo como homens e mulheres concebem o mundo e a si mesmos. Em outras palavras,

[...]as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. [...] representar é, pois, estar no lugar de, é presentificação de um ausente, é um apresentar de novo que dá a ver uma ausência”. (PESAVENTO, 2012, p. 39).

Chartier (2002) também se reporta ao conceito de representações ao considerar que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p. 165).

Nesse sentido, para entendermos o Colégio Anchieta do Maranhão, nos valem dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, que nos ajudaram a caracterizar a cultura escolar mediante as práticas escolares vivenciadas, bem como a sua organização no cotidiano escolar, incluindo as categorias: saberes, normas disciplinares e festividades.

Por “saberes”, entende-se que este permitiu visualizar os currículos, com suas disciplinas e práticas conforme explicitaremos na seção seguinte que tratará da cultura escolar. Porém, para sua assimilação, o Regimento Interno e as entrevistas, dentre outros documentos, foram fundamentais, pois favorecem o entendimento da organização do CAM, bem como de suas representações, a partir dos relatos dos sujeitos entrevistados que construíram e vivenciaram a história da instituição em tela.

Sobre as normas do Colégio Anchieta do Maranhão, há também uma combinação dos dispositivos do Regimento Interno com o Manual do Aluno que trata da disciplina geral e, com respeito as festividades, supõe-se que muito mais do que um momento de confraternização e de manifestação de alegria, as festas, no caso as festividades escolares, eram momentos de espalhar conhecimentos, e valores legitimados pelo CAM, pela sociedade, sob os moldes do seu conjunto de normas. A festividade escolar pode, deste modo, ser apreendida neste estudo em seu caráter pedagógico e como um dos componentes da cultura escolar.

Para pensar a cultura escolar, o sujeito e as práticas, esta dissertação contempla o olhar teórico permeado por diversos autores que contribuem para entendermos e aprofundarmos o estudo dentro deste objeto histórico e, para tanto, adotaremos os conceitos de Juliá (2001), Forquim (1993), Vinão Frago (1995), Chervel (1990), dentre outros.

O Colégio produziu, em seu cotidiano, diversos tipos de documentos e registros exigidos pela administração e pelo cotidiano burocrático que perpassaram, inclusive, seu âmbito pedagógico. Houve toda uma legislação que orientou tal produção, como exigência para a legalidade das ações da instituição, envolvendo seu funcionamento, organização e controle de atividades.

Para tanto, procuramos privilegiar as práticas escolares, isto é, aquelas que nos fornecessem importantes aspectos da cultura da instituição escolar localizada em Pinheiro-MA, de modo que a construção do nosso estudo se assentou na perspectiva de que o Colégio Anchieta do Maranhão manteve o seu status social e educacional em virtude do fato de que os seus quadros funcionais, na figura das professoras e administradoras, optaram por torná-lo um espaço de experimentação de novos métodos e procedimentos instruídos pela direção do Colégio Dom Bosco de São Luís-MA, que foi orientador em sua organização.

Aqui, vale ressaltar que entendeu-se por cultura escolar como sendo um conjunto de normas e práticas coordenadas, que podem variar de acordo com as finalidades, sejam elas pertinentes à organização do CAM ou de socialização entre professores, alunos e a comunidade em geral. Neste contexto, compreendeu-se a cultura escolar do Colégio Anchieta

do Maranhão como suporte teórico para o entendimento das práticas ocorridas nessa instituição.

Assim sendo, constatou-se que as condutas escolares se constituíram como práticas culturais, apresentando novas compreensões do realizado e estabelecendo assim sentidos também novos. Conforme dito, estas práticas não foram individuais, exercitaram culturas específicas, a partir das situações em que foram produzidas. Para a compreensão das práticas escolares, realizadas no CAM, foi importante compreender como se deu o funcionamento interno dessa instituição e sua relação com a sociedade o que será pontuado na seção III deste trabalho.

Assim, a instituição em foco configurou-se como uma referência no cenário educacional e um modelo escolar que deveria servir para todas as outras escolas pinheirenses, especialmente para as privadas. Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que as práticas escolares desenvolvidas naquele espaço reforçaram e, ao mesmo tempo, ressignificaram o seu papel tradicional de não ser apenas um ambiente de produção e/ou reprodução dos saberes ensinados, mas como um eixo articulador e difusor de diversos aspectos relacionados à cultura escolar e educacional no seu sentido mais amplo.

Do mesmo modo, foi a partir dessa percepção, na qual consideramos as diversas instâncias da sociedade, que procuramos discutir as práticas escolares, o que se deu partindo do nosso olhar para a prática processada no âmbito da mencionada instituição escolar, considerando os aspectos socioculturais que engendraram o cotidiano escolar, e que mantinha intrínsecas relações com a sociedade no seu sentido macro, porém particular.

O recorte temporal deste estudo inicia-se em 1970, ano da criação do Colégio Anchieta do Maranhão como instituição escolar privada e foi até 1973, ano de encerramento das suas atividades no âmbito privado, passando a atuar como escola pública estadual renomeada então como Complexo Escolar de 1º Grau José Anchieta.

Para investigar tais elementos, construiu-se o corpus documental das fontes e da memória, o que permitiu identificar e analisar as culturas escolares do Colégio Anchieta do Maranhão, embora se percebesse que este foi um “período provocador”, pois envolveu momentos permeados por mudanças históricas, políticas e educacionais na sociedade brasileira, visto que caracterizou-se por ser a década em que a Ditadura Militar era um elemento forte e presente.

Diante disto, Bloch (2001) afirma que devemos estar atentos para o recorte temporal para que seja possível compreender as rupturas existentes e reafirma:

Não é fácil delimitar um marco temporal. A delimitação exige muito conhecimento sobre o tema a ser pesquisado, pois apenas assim detectamos questões e períodos menos estudados e onde residem as principais dúvidas e contradições da historiografia. Ele tampouco é um elemento neutro na pesquisa. Ao analisarmos a historiografia devemos estar atentos aos recortes temporais escolhidos pelos autores que usamos. Pesquisas podem ignorar determinados períodos para legitimar governos e movimentos políticos, evitar questões polêmicas e ou isentar determinados sujeitos, grupos ou instituições de casos embaraçosos. O recorte temporal depende da formulação de um problema a ser investigado e da existência de condições que viabilizem o desenvolvimento do trabalho. (BLOCH, 2001, p.55).

Magalhães (2007, p. 71), também, se refere a escolha do recorte temporal das histórias das instituições afirmando que:

A construção de um objeto do conhecimento científica envolve, de forma articulada, um marco teórico, uma hermenêutica, uma heurística e uma narrativa. O marco teórico de base para a construção deste objeto do conhecimento decorre da análise institucional que permite combinar uma descrição e uma representação complexas e dinâmicas da instituição e da realidade educacional, num contexto histórico-geográfico definido, operacionalizando um quadro de reflexão/ação multidimensional e multifatorial. O sentido investigativo é conferido pela evolução dialética entre materialidade/representação/apropriação, com o objetivo de construção de uma identidade histórica. (MAGALHÃES, 2007, p. 71).

Assim, é neste âmbito que apresentaremos, a seguir, a problemática demarcada pelo marco temporal escolhido.

Ou seja, considerando a totalidade de elementos que influenciaram a temática pesquisada, sobre a produção acadêmica que trata a respeito da história da educação na baixada maranhense e, a partir dos documentos levantados, a problemática começou a tomar forma. Visando iniciar este exercício, elaboramos o seguinte questionamento: como se deu o processo histórico do Colégio Anchieta do Maranhão entre os anos de 1970 a 1973 considerando as culturas escolares desta instituição?

Aliadas a pergunta principal, estabelecemos uma perspectiva para nortear as caminhadas desta pesquisa através da compreensão dos questionamentos explicitados: qual era o cenário educacional pinheirense no período que antecedeu a chegada do Colégio Anchieta do Maranhão? Como se deu originariamente a criação deste colégio e a sua organização no cotidiano escolar? Como era a cultura escolar existente na instituição em questão no que se refere as práticas escolares?

Tais questões secundárias serviram para analisar o local, o espaço, o tempo escolar, as narrativas dos sujeitos agentes do Colégio Anchieta do Maranhão, através da cultura escolar, desta Instituição. Desse modo, este estudo tem uma abordagem pautada no objetivo geral que consistiu em analisar a história da instituição Colégio Anchieta do Maranhão e sua cultura escolar no período de 1970 a 1973.

A análise sobre a história do Colégio Anchieta do Maranhão está ancorada em uma delimitação que vai desde o contexto histórico, passando pela organização do cotidiano, até sua cultura escolar tendo como lapso temporal o ano de sua fundação e o ano em que passa a ser responsabilidade do Estado.

Acentuando contornos a essa pesquisa, temos os objetivos específicos que nos conduziram a construir a escritura deste texto: descrever o cenário educacional pinheirense no período que antecedeu ao Colégio Anchieta do Maranhão; identificar a origem de criação do Colégio Anchieta do Maranhão e a sua organização no cotidiano escolar; analisar os sujeitos e as práticas que caracterizam as culturas escolares nesta instituição.

Os pressupostos teóricos mobilizados são os da História Cultural trilhados a partir das contribuições de Burke (2008), Le Goff (2013), Chartier (2002), Pesavento (2012) e Ginzburg (2009).

No que concerne aos procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos dentro do recorte cronológico, empregamos caminhos essenciais para a sua construção. Com o uso de documentos apresentados pelas fontes orais (entrevistas temáticas, caracterizadas a partir da vivência dentro do colégio), fontes escritas (recortes de jornais, regimento, atas de reuniões, autorização para funcionamento, manual do aluno, convite de formatura etc.), fontes iconográficas (fotografias e cartões postais), nos aproximamos da realidade e fizemos as análises que aqui estão dispostas.

Esses procedimentos contemplaram uma apresentação dos percursos realizados nesta investigação, como uma pesquisa bibliográfica e documental, considerando autores que oportunizaram o aprofundamento aos estudos sobre os seus principais conceitos. Portanto, adotamos a História Oral como uma técnica de coleta de dados tendo como instrumento as entrevistas não-estruturadas na modalidade narrativa.

Jovchelovich e Bauer (2002) destacaram que este tipo de explanação se caracteriza por abordar as entrevistas narrativas configuradas na memória que é seletiva. Além disso, afirmaram que são técnicas de suma importância para gerar histórias. Desse modo, encontramos amparo para esta postura que invoca um relacionamento linear com os colaboradores em Muylaert *et al.* (2015, p. 3):

As narrativas, dessa forma, são consideradas representações ou interpretações do mundo e, portanto, não estão abertas a comprovação e não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois expressam a verdade de um ponto de vista em determinado tempo, espaço e contexto sócio-histórico. Não se tem acesso direto às experiências dos outros, se lida com representações dessas experiências ao interpretá-las a partir da interação estabelecida.

Como se trata de entrevista é pertinente que apresentemos os sujeitos que colaboraram para este estudo dividido em dois grupos que se tornaram o corpus da pesquisa, a saber: Grupo de Professoras – Prof.<sup>a</sup> Terezinha Costa Leite Guterres, Prof.<sup>a</sup> Maria da Graça Moreira Leite, Prof.<sup>a</sup> Ana Luiza Bacelar(Anete), Prof.<sup>a</sup> Maria Angélica Reis Marques(Branca) e a Prof.<sup>a</sup> Maria Rita Lobato Gonçalves (Marita Gonçalves), que foi destacada nesta pesquisa pela importância que teve frente a esta instituição, conferindo à mesma um perfil específico, pois além de diretora, exerceu papel multifuncional, principalmente na criação e confecção dos materiais relativos a arte, atividade de costuras e desenhos que eram produzidos para ornamentar o colégio no que concerne aos eventos e festas cívicas.

Outros sujeitos estiveram diretamente envolvidos na construção desta história e foram fundamentais para a produção deste trabalho estando inseridos no grupo de alunos(as). São eles(as): Ana Maria Costa Ferreira, Joel Nicolau Nogueira Nunes, e Maria Goretti Oliveira Cardoso e Silva. Vale ressaltar que todos os nomes aqui mencionados como sujeitos, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE<sup>3</sup> concordando em participar da pesquisa e liberando a divulgação de seus nomes, conforme Resolução nº 510/2016 – CEP/CONEP.

As professoras, o aluno e as alunas entrevistados(as) foram escolhidos por terem sido atuantes no cenário da educação pinheirense e por vivenciarem a história do Colégio Anchieta do Maranhão, levando em consideração suas experiências educativas entrelaçadas pela história pessoal que cada um(a) mencionou no decorrer das entrevistas.

Entrevistamos cinco professoras aposentadas, um aluno e duas alunas que fizeram parte do grêmio estudantil do Colégio. As idades das professoras variam entre 85 a 90 anos e os alunos, 57 a 60 anos. Três delas possuem formação superior e duas são professoras normalistas. Das alunas, uma é religiosa e está à frente a Fundação Canadense das Irmãs missionárias de Nossa Senhora dos Anjos, outra é jornalista e atua como produtora de notícias na TV Alvorada afiliada da Rede Globo em Floriano-PI, o aluno atua no âmbito político e exerce cargo de funcionário público municipal. As entrevistas aconteceram no município de Pinheiro-MA e em São Luís, ocorrendo no intuito de localizar junto a essas vozes, informações para a construção do objeto pesquisado.

As professoras ouvidas foram entrevistadas em suas residências e ao narrarem, com o entusiasmo e a alegria dos “começos”, pareceram não perceber a passagem do tempo, permitindo que falassem sobre os saberes pessoais, as experiências profissionais, e que

---

<sup>3</sup> Anexo A

implicam ser conhecidos e explicitados, porque apresentavam as tessituras mais importantes para a construção de um trabalho que se debruçava na história da instituição em estudo, visto que, nem mesmo os professores que trabalham na rede estadual de ensino do colégio em questão, conhecem a sua origem. Sobre os alunos(as), estes foram entrevistados em locais diferentes: uma na instituição que exerce atividade religiosa (Pinheiro), outra em sua residência em São Luís e o outro na casa de familiares em Pinheiro.

Com muita empolgação estas entrevistas renderam uma gama grande de informações que serviram para compor este estudo.

A produção desses registros foi fundamental para alargar o conhecimento sobre o objeto pesquisado. Certeau (1996, p. 199) diz que as estruturas narrativas são sintaxes espaciais, são práticas de espaço e, ainda, salienta que “os relatos poderiam igualmente ter esse belo nome [metáfora]: todo dia, eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários”. Essas estruturas são percursos de espaços.

O tempo de duração das entrevistas foi diferenciado. Um aconteceram em uma hora, outras em uma hora e meia em dias alternados. Esse tempo aconteceu naturalmente a partir da sensibilidade durante a gravação das entrevistas, visto que as professoras são idosas. Halbwachs (2006, p. 87), afirma que “o idoso se interessa pelo passado bem mais que o adulto e, demonstram fadiga, principalmente na fala, depois de um certo período”. O autor nos fala que, “a história não é uma sucessão de fatos ou um período diferente do outro, mas serve, ainda, para formar um quadro organizado de pontos de referência para as lembranças individuais e coletivas”, Halbwachs (2006, p. 89), de modo que se faz necessário que exista uma lembrança anterior para que seja acessada a lembrança histórica.

Ressaltamos ainda que os relatos orais sejam valorizados porque não são encontrados em documentos, além disso, estas narrativas apontam para possíveis entendimentos que poderão configurar rumos mais claros na educação pinheirense. Portanto, o trabalho ora proposto é de cunho qualitativo e parte da ideia de promoção a ampliação de sentidos e dos significados da vida das “velhas” professoras<sup>4</sup> que nos concederam as entrevistas. Pontilhada por marcos históricos, a trajetória delas é rica em significações, pois contribuíram para

---

<sup>4</sup> A autora Ecléia Bosi em seu livro *Memória & sociedade: lembrança de velhos* responde a esta expressão - Para que servem os velhos? Para lembrar, lembrar muito e lembrar bem. Esta é uma conclusão simples que pode ser tirada da leitura do complexo livro *Memória & sociedade: lembrança de velhos*, da historiadora da USP Ecléia Bosi. Trata-se de um livro sobre memória social, ancorado na velhice - essa fase da vida inevitável que muitos jovens simplesmente ignoram. As histórias dos personagens de Bosi mostram que a função social exercida durante a vida ocupa parte significativa da memória dos velhos, e isso não ocorre por acaso. A memória, na velhice, é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já trabalharam.

construção de um legado, de modo inconfundível, visto que suas marcas se fizeram presentes através do trabalho exercido bem como na forma utilizada para narrar a história do Colégio.

Desse modo, Bosi (2007, p.82) argumenta que “se existe uma memória voltada para a ação, feita de hábitos, e uma outra que simplesmente revive o passado, parece ser esta a dos velhos, já libertos das atividades profissionais e familiares”. A autora acredita que, o que faz a tessitura dessa memória são as relações vivenciadas o seu campo de trabalho a partir dos sujeitos que contribuíram para essa relação social, através de suas práticas num dado momento.

Entretanto, para se chegar à escritura desta dissertação seguimos alguns pontos. Primeiro, fichamos a literatura para nos apropriarmos dos conceitos do referencial teórico-metodológico que foi usado e, em seguida, revisamos o estado da arte.

Para a realização das entrevistas contatamos e marcamos uma visita com as(os) entrevistadas(os) e ao passo em que esta se consolidava, partimos em busca das fontes e depois selecionamos aquelas que seriam úteis à pesquisa; arrolamos as entrevistas mediante gravação de áudios via celular, em seguida fizemos as transcrições das mesmas.

De posse aos dados coletados, fizemos as análises e discussões e a seguir passou-se a escrita deste texto, buscando um olhar crítico, respaldando-nos das análises e da base teórica que acionamos para nos direcionar e sustentar esta pesquisa. Estas entrevistas foram ampliadas com fontes escritas e iconográficas.

Sendo assim, nos referenciamos em Ginzburg (2009) quando este se reporta ao paradigma indiciário para o fazer história. Nesta lógica o autor nos remete ao desvendamento dos mistérios da pesquisa, instigando-nos na busca pelas fontes e compara o investigador a um detetive responsável na decifração de um enigma. O “paradigma indiciário” a que este se refere pode ser usado neste sentido, para pesquisas levando-se em conta as pegadas, os sinais para tentar decifrar a realidade.

Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas, sinais, indícios que permitem decifrá-la (GINZBURG, 2009). Nesse sentido, percorremos os “cacos” do paradigma indiciário para “aterrissarmos” no universo das fontes para esta pesquisa, pois elas são indispensáveis para a caracterização e sistematização de todo o conhecimento histórico, dando voz aos documentos.

Existe uma gama de fontes usadas neste trabalho e a maioria é pertencente ao arquivo particular da professora Marita Gonçalves, constituindo, portanto, componente imperativo para a produção da história e, para tanto, foram selecionadas para análises de acordo com os objetivos propostos. Nessa lógica, “só a análise do documento enquanto monumento permite



a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (LE GOFF, 2013, p. 545).

Em vista disso, o caminho que percorremos para selecionar as fontes foram longos, haja vista a complexidade de acervos, pois a cada leitura que fazíamos, novos pontos de vista apareciam para serem organizados e adequados ao nosso objeto. Nessa perspectiva, adaptamos o estudo sobre as fontes no âmbito dos objetivos mesmo que já estejam referenciadas, pois, é necessário fazer uma discriminação devido a sua nuance, conforme a pontuamos a seguir.

- a) Fontes escritas: no Jornal Cidade de Pinheiro encontramos anúncios de matrícula, notas sobre o grêmio estudantil, convites de formatura, notas sobre a solenidade da formatura, nota de esclarecimento sobre a transferência da instituição para a responsabilidade do governo do Estado do Maranhão. Este jornal, serviu como fonte histórica importante, pois forneceu indícios acerca do cenário educacional pinheirense, no tocante a história do CAM; Histórico do Colégio, Ata de reunião, Memorial, Diário oficial, Regimento interno, Resolução do Conselho Estadual de Educação, Manual do aluno, Compêndio das disciplinas, Declaração de professores, Contrato de trabalho, Contrato de aluguel, Dossiê de aluno, Ficha de matrícula, Relação de livros da biblioteca, Relação de livros dos alunos, Convite de formatura, cartas;
- b) Bibliografia pertinente: fontes memorialísticas de escritores pinheirenses, livros, revistas, artigos científicos, teses e dissertações;
- c) Fontes orais: os relatos orais (entrevistas);
- d) Fontes Iconográficas: fotografias, mapas, cartões postais da cidade. Estas fontes, foram também importantes, e desse modo, o acervo fotográfico do álbum de família do fotógrafo Raimundo Beckman Soares (Babu), do álbum da Prof.<sup>a</sup> Marita Gonçalves, e outros, feitos por esta pesquisadora, foram de grande valia.

Estas fontes utilizadas e examinadas serviram como dispositivos que trazem em si as representações sociais de quem as produziu, traduzindo as práticas que são orientadas por essas representações, pois sabemos que são documentos e que cada um possui intencionalidades diferentes.

O tratamento das fontes fundamentou-se teórica e metodologicamente para a compreensão do contexto histórico neste campo investigativo. Dessa forma, buscou-se abordagens para análises dos percursos e trajetórias do Colégio Anchieta do Maranhão, por meio da utilização e da concepção da História Cultural a qual reconhece as ações dos sujeitos dentro da sociedade, buscando atender as representações, as práticas, as interpretações e os sentidos que estes dão à realidade que os cerca e, ainda, considerar como parte da história, as experiências vividas pelos sujeitos comuns, elaborada por Chartier (2002) e Burke (1992).

Seguindo nesta perspectiva, buscou-se narrar as memórias dos sujeitos entrevistados, procurando incorporar a realidade social e cultural vivida por eles como também, as relações e funções desenvolvidas por cada um deles ao longo dos anos, nos ambientes de atuação profissional. Foram essas narrativas, as fotografias e outros documentos que evidenciaram as práticas e representações do cotidiano escolar e objetivaram analisar a trajetória da história da educação de Pinheiro - MA no marco temporal delimitado desta pesquisa, 1970 a 1973 o que nos ajudou a entender as relações sociais e culturais bem como as armaduras conceituais que perpassavam aos pensamentos do recorte estudado.

Neste contexto, Burke (1992), nos diz que a (Nova) História Cultural proporcionou uma renovação da história, partindo de uma crítica ao modelo historiográfico tradicional e posicionando-se em favor da expansão da variedade de novas abordagens, antes consideradas pouco nobres. Isso trouxe para a área de pesquisa em história da educação uma ampliação de fontes e objetos de investigação dando aos pesquisadores maior liberdade de ação.

Disponibilizamos um total de trinta e três fontes, assim distribuídas: vinte fontes escritas, dez iconográficas e sete orais que foram lidas e interpretadas durante a escritura deste texto para melhor compreensão do tempo recortado pelo marco teórico em tela. Acerca desse discurso, Pesavento (2003, p.65) explica que “montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, eis o segredo de um método do qual a História se vale, para atingir os sentidos partilhados pelos homens de outro tempo”.

Após selecionarmos as fontes, realizamos a formatação de todo o material coletado, seja com o relato das entrevistas ou com os acervos pessoais de um dos sujeitos bem como outros documentos, assim como a síntese dos pontos e questões desenvolvidos no decorrer do trabalho com a finalidade de organizar um material significativo para qualquer investigador que pretenda desenvolver-se neste viés de pesquisa.

Diante disso, foi possível entender a constituição educacional da baixada maranhense, em especial, do município de Pinheiro, a partir do contexto histórico, político e social no qual o Colégio Anchieta do Maranhão estava inserido e, também, perceber as representações dos

professores e alunos relacionados à sociedade da época que não poderiam deixar de ser ascendido.

No quadro a seguir apresentamos uma descrição das fontes coletadas:

Quadro 1 – Estrutura dos documentos encontrados

LOCAL	ANO	DOCUMENTO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
<b>ACERVO PARTICULAR DA PROF<sup>a</sup> MARITA GONÇALVES</b>	1972	Memorial	Relata o histórico do Colégio e algumas declarações de professores.
	1972	Convite de formatura	Relata a programação, nome dos formandos, patronos;
	1972	Manual do aluno	Possui os direitos e deveres do aluno.
	1972	Ata de reunião	Contém os acontecimentos sobre a criação da sociedade que fundou o Colégio
	1971	Diário oficial	Relata a publicação do regimento interno do Colégio.
	1971	Regimento interno	Descreve todas as regras estabelecidas para o funcionamento do Colégio.
	1973	Resolução de autorização	Autoriza o funcionamento do Colégio pelo Conselho Estadual de Educação em 10 de janeiro de 1973.
	1972	Relação de livros da biblioteca	Contém a relação de todos os livros que a biblioteca dispõe.
	1971	Relação de livros de alunos	Contém a relação dos livros e materiais dos alunos do 2º ano primário.
<b>ACERVO DO ARQUIVO DO C.E. JOSÉ DE ANCHIETA</b>	1971	Diário oficial	Relata a publicação do regimento interno do Colégio.
	(1972; 1973)	Ficha de matrícula	Contém a filiação e ano escolar de alguns alunos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos documentos de acervos particulares (1971 a 1973).

Quadro 2 – Acervo Iconográfico do Colégio Anchieta do Maranhão e da cidade de Pinheiro

LOCAL	ANO	IMAGEM	DESCRIÇÃO REDUZIDA
<b>ACERVO PARTICULAR DA PROF<sup>a</sup> MARITA GONÇALVES</b>	1972	Fotos da colação de grau	Cenário da solenidade da formatura com autoridades presentes
	1971	Foto de aluno na biblioteca	Alunos na atividade de leitura
	1970	Foto da Prof <sup>a</sup> c/ alunos	A Prof <sup>a</sup> com seus 7 alunos na frente do Jardim
	2005	Foto da Casa dos Gonçalves	Imagem diagonal da casa que faz parte da bela arquitetura da cidade de Pinheiro
<b>ACERVO PARTICULAR DA FAMÍLIA BABU</b>	1970	Cartões postais da cidade	Cartões postais que mostram a cidade e a sua beleza
	1971; 1972	Fotos do Colégio	Imagens do 1º (1971) e 2º (1972) prédio do Colégio

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos documentos de acervos particulares (1970, 1971; 1972; 2005).

Quadro 3 – Acervo do Jornal Cidade de Pinheiro

ANO	PUBLICAÇÃO	DESCRIÇÃO
1962	Matéria sobre a ECA	Nota sobre instalação da Escola Comercial da ACREP
1971	Matéria sobre o Ginásio Inah Rêgo	Nota sobre a Fundação do Ginásio Inah Rêgo
1972	Matéria da Cerimônia de Formatura	Nota sobre a festa da formatura dos alunos do Jardim de Infância.
1973	Matéria sobre o início do ano Letivo	Nota sobre a aula inaugural do CAM e o tema proferido na palestra de abertura
1973	Matéria da autorização de funcionamento do CAM	Nota sobre a autorização do Conselho Estadual de Educação para o funcionamento do Colégio
1973	Matéria sobre as atividades do Grêmio estudantil	Comemoração do dia de Anchieta e as eleições do grêmio estudantil
1973	Nota de esclarecimento sobre a mudança do CAM para o Estado	Esclarecimento feito pelas diretoras do CAM sobre a transferência dos alunos para o Colégio do Estado

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos documentos de acervos particulares(1962 a 1973).

Com este estudo, pretendemos contribuir para investigações futuras que tenham como foco explorar as instituições de ensino, aprofundando o entendimento acerca desse objeto no contexto da pesquisa historiográfica, no que concerne ao espaço que trata da educação no Brasil e, de modo particular, sobre a história educacional do Maranhão, na tentativa de apreender as culturas escolares permitindo-nos o entendimento das práticas que nortearam as instituições educativas, considerando que a maioria dos estudos está centralizada em São Luís, capital do Estado.

Pretende-se, portanto, que a presente pesquisa tenha relevância e desperte outros estudos, pois acreditamos que a força deste trabalho esteve na observação do pormenor, ou seja, dados que aparentemente eram esquecidos nos trouxeram à luz detalhes que contribuíram para reconstruir a realidade complexa e desconhecida de uma das instituições escolares que teve a sua permanência um curto tempo, mas que servirá como um importante contributo para a história da educação maranhense.

A proposta desta dissertação está estruturada em quatro seções e as considerações finais.

Em princípio, apresentaremos a introdução, que consiste a Seção I desta dissertação, na qual descreveremos a problemática que evidenciou o processo para a construção deste objeto de estudo, pois destacou-se como um alvo a ser investigado e deu uma oportunidade de crescimento profissional, sendo este o ponto central deste trabalho. A determinação dos

objetivos geral e específicos também fizeram parte desta seção, bem como, as motivações e as justificativas da elaboração do estudo, os procedimentos metodológicos adotados para o seu desenvolvimento, as fontes, seu uso e tratamento.

Na Seção II, “O caminho de onde partimos: os ditos que nos fundamentam”, abordaremos a discussão teórica que embasou este processo de investigação dando-nos um olhar que nos fez emergir o recorte do tempo no lugar onde se situava o Colégio Anchieta do Maranhão e o percurso para formular a questão em si, dando-nos chance para o êxito da pesquisa.

Consideramos autores clássicos e contemporâneos que se debruçaram sobre estudo da denominada Nova História Cultural, além dos autores que permearam os estudos referentes a História da Educação no Maranhão e suas particularidades e outros que trataram do cenário da educação local. Discutiremos também a relevância de trabalhos com vasta e fértil produção científica expressa nos periódicos da área de Educação e da História da Educação do banco de dados da CAPES.

Na Seção III, “Contextualizando o Município de Pinheiro no cenário educacional” realizaremos uma breve apresentação do cenário educacional pinheirense no período em que antecedeu a chegada do Colégio, com a finalidade de divulgá-los, pois percebemos que existem diferentes modos de produzir ciência e ainda apresentaremos uma breve contextualização sobre o município de Pinheiro/MA.

Na Seção IV, “Colégio Anchieta do Maranhão: origem, organização e cotidiano escolar” apresentaremos a abertura da instituição com olhar para a materialidade específica do colégio, voltando-se para a sua construção e a organização dos espaços e estrutura de funcionamento, tratando de uma abordagem caracterizada pela vida na escola, um tópico que deve focar o cotidiano escolar alicerçado por questões discorridas no interior da seção, tais como: Como o colégio surgiu? Por que o nome do colégio? Quais as razões da sua criação? Qual a sua finalidade? Como era o seu entorno? Onde ele funcionou? Para quem foi criado? Como era o ingresso? Qual a sua função social? Razões e motivos pelos quais o colégio deixa de ser instituição de ensino privado e passa a ser instituição de ensino público. Ainda nesta seção dedicado às culturas escolares e suas práticas desenvolvidas no colégio, pretendeu-se dar subsídios para a elucidação acerca das práticas cotidianas, abrangendo a análise sobre os saberes atribuídos pelas aulas dos professores, as festividades, e as normas de comportamento inculcadas no manual do aluno.

Nas considerações finais e referências apresentaremos as reflexões obtidas no decorrer da pesquisa, que retomaram os aspectos mais relevantes de cada seção apontando

possibilidades de estudos, além das referências onde foram apresentadas a listagem das fontes(bibliográficas e documentais) que serviram de embasamento teórico, e por fim, anexamos as fontes: as atas de reuniões para o desenvolvimento da edificação do CAM; as publicações a exemplo dos jornais locais; o currículo escolar; os estatutos do CAM;os regimentos escolares, dentre outros.

## **2 O CAMINHO DE ONDE PARTIMOS:** os ditos que nos fundamentam

Entendemos que para conhecer os processos educativos é preciso compreender a construção da cultura escolar de uma Instituição. O processo de investigação das instituições escolares, segundo Nosella e Buffa (2013), se fortaleceu a partir da expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação, nas décadas de 1970 a 1980, sob a influência da Nova História e da História Cultural.

[...] Nova História e pela História Cultural, a produção historiográfica deste período privilegiou questões mais pontuais da historiografia educacional, com objetos singulares, descolados de seu quadro maior. Esse período deixou como legado positivo a diversificação teórico-metodológica e a ampliação das linhas de investigação, o que abriu um caminho para a pesquisa de objetos aparentemente pontuais, os quais, quando analisados em seu quadro maior, propõem fornecer subsídios relevantes para a construção da história da educação sob outros prismas, que privilegiam as peculiaridades da história regional, sempre articulada com a história geral (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 180).

Neste sentido, os autores distinguem três momentos da história da educação no Brasil, a partir dos anos de 1950. No primeiro momento, a história da educação situa-se nas décadas de 1950 e 1960, portanto, em um período anterior à criação dos Programas de Pós-Graduação, em que surgiram a pesquisa e a produção historiográfica da educação brasileira (NOSELLA; BUFFA, 2013).

O segundo momento do desenvolvimento dos estudos históricos da educação teve como marco a criação e expansão de Programas de Pós-Graduação em Educação, nas décadas de 1970 e 1980, durante os governos militares. Nesse momento duas características qualificavam a pesquisa em educação. A primeira foi a institucionalização da pós-graduação, que se tornou uma forma de acentuar a escolarização da produção da pesquisa. A segunda foi caracterizada pela reação dos militares que defendiam uma padronização da educação, o que proporcionou o desenvolvimento muito forte de um pensamento crítico em educação (NOSELLA; BUFFA, 2013).

O terceiro momento, segundo Nosella e Buffa (2013), é o de desenvolvimento dos estudos históricos da educação que se iniciou nos anos de 1990 e caracterizou-se pela consolidação da Pós-Graduação. Foi marcado, teoricamente, pela denominada crise dos paradigmas. Por não conseguirem abarcar os estudos sobre sociedade e educação, historiadores começaram a criticá-los e partiram para uma proposta de pluralismo epistemológico e temático. Tudo isso, de certo modo, trouxe ganhos para as pesquisas, pois ampliou-se as linhas de investigação e diversificou-se as abordagens teórico-metodológicas, bem como passou-se a utilizar das mais variadas fontes de pesquisa. Todavia, essa pluralidade

acabou por fragmentar as abordagens epistemológicas e temáticas, o que dificultou os processos de compreensão da totalidade do fenômeno educacional.

É justamente nesse terceiro momento que são privilegiados temas como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e, obviamente, as instituições escolares. (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 19).

Diante disto, investigar instituições escolares, conforme Gatti Junior (2002), é uma tendência contemporânea da historiografia, capaz de conferir relevância epistemológica ao estudo de singularidades que vinham sendo tratadas por meio de análises macrosociológicas que pouco abordava as evidências. O autor ainda descreveu este assunto, baseando-se no movimento de renovação resultante das tradições francesa e inglesa da história que, no tempo presente, é marcado pela tendência ao uso dos aportes teóricos e das evidências. Nesse caso, deixam de ser tão somente leis e documentos para incluir fontes orais e iconográficas.

Em síntese, as interpretações devem ser fruto da conversa que nossas ideias devem manter com os indícios. É isso que vai permitir análises do passado ou do presente, sendo de grande importância para a história da educação. Contudo, estamos em sintonia com o entendimento do autor quando nos afirma que a produção brasileira tem colaborado para o delineamento de uma história da educação mais amoldada nas características regionais levando em conta, as especificidades locais. (GATTI JÚNIOR, 2002).

Os estudos sobre Instituições escolares são esclarecidos, também, pelo pesquisador português Justino Magalhães (2007, p. 70) que orienta as proposições para a pesquisa histórica afirmando que:

Compreender e explicar a realidade histórica de uma Instituição educativa é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. A sistematização e a (re)escrita do itinerário histórico de uma Instituição educativa na multidimensionalidade e na construção de um sentido encontram nesta relação a sua principal base de informação e de orientação.

E ainda destaca,

a revisão do conceito de “história institucional” envolve um alargamento e uma complexificação da monografia historiográfica designadamente através da centralização do processo historiográfico na relação das instituições educativas com o meio sociocultural envolvente, associando de forma integrativa e dialética a descrição/caracterização dos públicos ao questionamento e à (re)construção das representações simbólicas das práticas e dos ideários educativos que marcam e constituem a identidade histórica de cada instituição. (MAGALHÃES, 2007, p.70).

O autor se refere à história das instituições contemplando muitas dimensões, por ser um estudo complexo e alargado, um relato historiográfico que se desenvolve dos produtos para os processos, sempre integrados aos conceitos.



Neste sentido, Castro (2014, p. 18), evidenciou a escassez de trabalhos sobre instituições escolares do Norte e Nordeste com destaque no Maranhão, afirmando que “somente aparece em uma das linhas do programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão – Instituições Saberes e Práticas Educativas”. O autor enfatizou, ainda, que quando se busca aquilo que é produzido “os sítios dos programas de pós-graduação em educação, no que tangem as informações sobre os eventos, a produção (dissertação e teses) e as revistas científicas, são muito lacunares pelo privilegio dos aspectos administrativos”. (CASTRO, 2014, p. 17).

A partir desta afirmação, percebemos o quanto se faz necessária a divulgação dos trabalhos sobre esta linha nos programas de pós-graduação, haja vista ser este um caminho assertivo e que tem interessado um número crescente de pesquisadores, precisando assim ser ampliado.

No Maranhão, os estudos sobre as instituições escolares foram desenvolvidos por Castro (2006) nas análises históricas da “Casa de Educandos Artífices no Maranhão Oitocentista”. A instituição escolar localizada em São Luís atendia os jovens de classes populares para lhes assegurar a instituição das primeiras letras e um ofício, tais como, alfaiates, sapateiros, marceneiros, ferreiros, carpinteiros, funileiros.

Em outro trabalho intitulado “Estratégias de apropriação das fontes documentais para o resgate histórico das Casas de Educandos Artífices no Brasil Império”, Castro e Castellanos (2009) ressaltam que as fontes documentais são de suma importância para a construção da história e memória das instituições escolares, sobretudo, aquelas que funcionaram ao longo do século XIX.

Os documentos manuscritos e impressos armazenados nesses lugares contribuem para o resgate e produção de memórias perdidas em papéis nem sempre conservados, trazendo fragmentos de informações corroídas pelo tempo e assim dificultando a montagem de um corpus textual sobre o conjunto de práticas e saberes construídos por homens e mulheres do passado. (CASTRO; CASTELLANOS, 2009, p. 1).

Os autores também afirmam que as bibliotecas e arquivos são espaços físicos que preservam a memória das escolas. No entanto, as documentações nesses espaços não estão devidamente higienizadas e preservadas, o que dificulta os trabalhos dos historiadores da educação.

É nesse sentido que entendemos que as fontes documentais históricas precisam ser tomadas para a historiografia da educação com o objetivo de compreender os jogos de poder e contexto social, histórico, político e educacional em que os documentos foram produzidos.

Atualmente, estudos como de Castro (2006) e Castro e Castellanos (2009), Motta (2003) e Nunes (2006), fixam-se como trabalhos importantes que discorrem sobre a História da Educação do Maranhão, bem como influenciam o desenvolvimento da história e memória de outras instituições escolares nas diferentes regiões do território maranhense, como nos propomos fazer neste trabalho dissertativo.

Ainda neste contexto, esta dissertação vem ao encontro de um conjunto de outros textos acadêmicos que abordam aspectos educacionais da baixada maranhense, e que são frutos de dissertações de mestrado. Aqui optamos por destacar os trabalhos produzidos por Costa (2012), no estudo intitulado “O cenário educacional na princesa da baixada (1920-1960)” que investigou o processo de escolarização no Município de Pinheiro-MA, e Soares (2016), que produziu o trabalho “O Ginásio Pinheirense: criação e inserção no contexto sócio cultural da Baixada e litoral Ocidental Maranhense (1953-1963)”. Ambos os trabalhos evidenciam o Ginásio Pinheirense, pelo lugar de representação que esta instituição teve na memória individual e coletiva dos pinheirenses e na história da educação da cidade.

Outras instituições, a exemplo da Associação Comercial e Recreativa dos Estudantes de Pinheiro – ACREP e do Grupo Escolar Odorico Mendes, foram abordadas por estes autores de maneira muito lacunar, mas que nos ajudaram a compreender a constituição da educação pinheirense.

Considerando o trabalho pioneiro de Costa (2013) acerca da história das instituições escolares de Pinheiro vale reafirmá-lo como um marco referencial para a história da educação do município. Contudo, o seu recorte temporal de cinco décadas não adentra com detalhes a cultura escolar das instituições investigadas, cabendo pensar na dissertação citada como um panorama geral da história do campo educacional pré-escolar, primário, secundário e normal de Pinheiro. O seu trabalho, desse modo, assume também um caráter de servir e provocar novas pesquisas em história da educação do Maranhão.

A dissertação de Pessoa (2013) intitulada “A obra educacional dos irmãos de Nicollet em Guimarães – MA (1955-1965)” tem como objetivo compreender as estreitas relações da escolarização do município de Guimarães com a Igreja Católica. Para tanto, o autor realizou a historiografia das memórias institucionais e práticas educativas a partir da administração da Escola Paroquial São José, a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção, o Ginásio Vimarense e a Escola de Formação Profissional da Vila Gem.

Diante das análises históricas propostas por Pessoa (2013), entendemos que seu trabalho apresenta uma visão geral, em alguns momentos, sem pormenorizar as práticas culturais das instituições escolares, sobretudo, pelas ausências de fontes durante o

desenvolvimento do trabalho. Além do mais, ressaltamos o pioneirismo de sua dissertação em historiografar a educação de Guimarães e as escolas pesquisadas como possíveis objetivos para outras investigações históricas, como por exemplo, as trajetórias das normalistas na Escola Normal Nossa Senhora de Assunção, a Escola Profissional Vila Gem e a transformação do Ginásio Vimarense em Colégio Nossa Senhora de Assunção.

Em seguimento com a historiografia da educação vimarense, Santiago (2015) aprofunda em seu trabalho intitulado “Vozes e saudades: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção - Guimarães/MA (1957-1961)” as narrativas das mulheres da instituição educacional da cidade, responsável pela formação do magistério na baixada e litoral ocidental do Maranhão.

Sobre a narrativa histórica da educação de mulheres, Santiago (2015) verificou que a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção foi um símbolo, um marco na vida profissional e pessoal, uma vez que representou e significou um espaço de emancipação e conquistas para a integração e prestígio das ex-normalistas na sociedade.

O trabalho de Santiago (2015) cumpre o seu papel de dar vozes as mulheres na história da educação em Guimarães, considerando que seu principal objetivo não consistiu em elucidar a cultura escolar da Normal Regional Nossa Senhora da Assunção, mas em compreender as práticas e representações dessa instituição escolar na trajetória de vida das mulheres, sobretudo, vimarenses.

Ao fazermos a pesquisa exploratória, no banco de Dados da Capes os trabalhos encontrados fazem referência à temática, conforme expressamos abaixo com autores de outros estados. Delimitamos a abordagem por autor, título, tipo de documento, ano da defesa, Instituição, linha de pesquisa e orientador(a). Contudo, mencionamos que reconhecemos a vasta e fértil produção científica expressa nos periódicos da área de Educação e da História da Educação, onde os trabalhos sobre Instituições Escolares se fazem presente.

De acordo com os estudos encontrados, percebemos que o mais próximo do nosso objeto é o de autoria de Vanessa Lazzaron (2015), intitulado “História do Colégio do Carmo de Caxias do Sul/RS: Práticas pedagógicas e rotinas escolares (1908- 1933)”. Dissertação de mestrado da linha de pesquisa: História e Filosofia da Educação editado pela Universidade de Caxias do Sul – UCS, orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Terciane Ângela Luchese. Esse trabalho enfatizou a análise sobre o processo histórico do Colégio do Carmo, localizado em Caxias do Sul, abrangendo o período de 1908 a 1933, especialmente, no que se refere às práticas pedagógicas e rotinas escolares dessa instituição.

A investigação também contemplou um momento específico sobre a cultura escolar. No quarto capítulo, onde foram apresentadas as práticas pedagógicas vivenciadas no Colégio do Carmo, iniciou-se com a abordagem da religiosidade como uma marca das práticas pedagógicas, seguida pela apresentação dos saberes abrangendo a escrita, as aulas, a estruturação das salas de aula, as propostas de ensino e aprendizagem dos Irmãos Lassalistas ao Colégio do Carmo, os processos avaliativos e as premiações e, também, as festividades escolares que se compunham das atividades religiosas e cívicas. Na sequência do capítulo foram analisadas as rotinas escolares da instituição, contemplando as rotinas dos discentes a disciplina e o modo como os Irmãos Lassalistas pensavam e organizavam o cotidiano da escola, e, por último, as rotinas dos docentes, compreendendo o recorte temporal de 1908 a 1933.

Em um segundo estudo, Caetano (2018), contribuiu com sua pesquisa, “Memórias de professores na construção da educação escolar em Presidente Prudente (1950-1970)”. Tese de doutoramento, defendido na UNESP em 2018, sob a linha de pesquisa de Processos Formativos, Diferenças e Valores e orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Arilda Inês Miranda Ribeiro. O trabalho registrou, a partir da possibilidade de ampliação de estudos sobre a historiografia brasileira, no período de 1950 - 1970, as histórias de professoras no exercício de suas funções escolares e elaborando uma análise sobre a cultura escolar e suas particularidades, assim como demonstrando as influências deste tipo de cultura específica junto à coletividade em seu tempo e espaço. Diante disso, o autor, enfatizou:

Outro aspecto que julgo de relevância para a produção desta tese é que as pesquisas sobre a história da educação (escolarizada) do oeste paulista ainda são escassas. Sendo assim, existe a possibilidade de que tanto os registros como a memória educacional se percam no tempo. É nesse sentido que se constitui a relevância e a importância deste trabalho. Estudar história da educação através da memória de professores privilegiando a compreensão e a socialização de dados, informações que, pela historiografia tradicional e pela ausência de pesquisas, não se encontram citados ou referenciados nos documentos existentes. (CAETANO, 2018, p. 26).

Em um terceiro estudo, de Carneiro (2018), intitulado “Quando a casa é a escola: Trajetórias de professoras leigas no interior da Bahia”, uma tese de doutoramento apresentado em 2018 na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, atendendo a linha de pesquisa em Educação, Práxis Pedagógica e Formação do Educador, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Verbena Maria Rocha Cordeiro. A tese investigou as histórias de vida-formação-profissão buscando compreender as trajetórias profissionais de professoras leigas de Riachão de Jacuípe e Ichu, no interior da Bahia, entre as décadas de 1950 e 1980, e de como se tornaram professoras, sem a formação para tal. Para tanto, buscou-se identificar em suas carreiras os

processos formativos e as condições de trabalho a que estavam submetidas. Diante disso, a autora aduz que,

[...] embora não trabalhe com a história das instituições, o exemplo serve para demonstrar a relação e as possibilidades de estudos que entrecruzam a história cultural e a história da educação, tomando questões antes desprezadas pela historiografia tradicional, além de possibilitar a utilização de diversas outras fontes que não apenas documentos reconhecidos como legítimos, abrindo caminho para o uso de fontes orais, do testemunho de pessoas que vivenciaram os acontecimentos que não se referem apenas aos grandes personagens da história. Essas possibilidades colocam em cena as vozes de pessoas comuns, daqueles que também fizeram e fazem história cotidianamente, mas que são ignoradas pela pesquisa historiográfica (CARNEIRO,2018, p. 27).

A dissertação de Pavani (2017), intitulada “Um estudo sobre a criação das Instituições Escolares do município de Itapólis, São Paulo na primeira metade do século XX”, inscrita na linha de pesquisa em Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura, foi defendida em 2017 na Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, tendo sido orientada pelo Prof. Dr. Carlos Monacha. O trabalho analisou a criação do Grupo Escolar (1913), a Escola Normal Livre (1929), o Ginásio do Estado (1935) e, por fim, a criação do Instituto de Educação -Valentim Gentill (1958). Este estudo se debruçou sobre a história da criação destas instituições e trouxe subsídios para a compreensão do processo de expansão e/ou interiorização do sistema escolar paulista ao situar as inter-relações do poder municipal e poder estadual, isto é, poder local e poder central, na criação de instituições escolares no período referido. A autora se reporta aos grupos escolares como sendo:

[...] tendo por referência então o prestígio que foi atribuído ao grupo escolar nesta época da história escolar do estado de São Paulo, entende-se que a criação deste tipo de instituição de instrução pública em uma localidade, pode ser citado aqui como exemplo o Grupo Escolar de Itapólis, demonstrava o prestígio social da mesma, isto porque, neste período da história, estes estabelecimentos traziam junto de si uma carga semântica que demonstrava a prosperidade política e econômica do município.(PAVANI,2017, p. 46).

Outro estudo, este realizado por Souza (2015), sob o título de “A memória revelando práticas educativas: Representações da configuração docente da cidade de Aracaju. Década de1980”, tratou-se de um trabalho dissertativo apresentado à Universidade Tiradentes - UNIT na Linha de pesquisa em Educação e Formação docente, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. Ele abordou a temática através da investigação sobre as práticas e saberes da docência, compreendendo a trajetória de professores que construíram suas carreiras e que contribuíram para a História da Educação em Sergipe, tendo como objeto de estudo a memória de nove professoras idosas e, conseqüentemente, aposentadas, sendo elas as representantes de uma geração de professores que atuaram no ensino escolar na década de 1980.

O autor analisou a memória como objeto, como fonte que compôs um estudo historiográfico acerca da educação e interpretou as lembranças/memórias de professoras, hoje idosas e aposentadas, que atuaram na educação primária na cidade e na década já mencionadas, com intuito de compor um panorama a cerca da educação sergipana.

Como se verificou, os estudos pesquisados estão direcionados a instituições escolares, mesmo divergindo em objetos, linhas de pesquisa e abordagens metodológicas, de modo que as fontes de pesquisas e os referenciais teóricos da maioria estão moldados na vertente da História Cultural.

Este aporte teórico é identificado, nas palavras de Chartier (2002), como um conjunto de signos e significados construídos e vivenciados pela sociedade e em estudos vinculados a História da Educação. Desse modo, esta teoria evoca atuais pensamentos sobre novos objetos, recentes fontes e problemas, tornando possível singulares mecanismos de produção e recepção.

É nesse sentido que Barros (2003, p. 146), ensina que a “História Cultural enfoca não apenas os mecanismos de produção dos objetos culturais, mas, também, os seus mecanismos de recepção”. A própria recepção torna-se uma forma de produção.

Chartier (2002, p.15) conceitua a História Cultural, dando-lhe características próprias “a qual concilia novos domínios de investigação com a fidelidade aos postulados da história social”. Essa construção visa “a apropriação e uma nova legitimidade científica, apoiada em aquisições intelectuais que tinham fortalecido o seu domínio institucional”.

Assim, concordamos com Barros (2003, p. 145) quando aduz que a História Cultural “é aquele campo do saber historiográfico atravessado pela noção de cultura” e que História Política “é o campo atravessado pela noção de poder”, bem como que História demográfica “funda-se essencialmente sobre o conceito de população”. Nesse seguimento, Pesavento considera que,

[...] a História Cultural debruça-se sobre a escrita do texto e permite reconstruir o passado como objeto de pesquisa, tentar atingir a percepção dos indivíduos no tempo, quais são seus valores, aspirações, modelos, ambições e temores. Permite, inclusive, pensar a descontinuidade da História e a diferença, pondo tanto o Historiador como o leitor diante de uma alteridade de sentidos diante do mundo. (PESAVENTO, 2012, p. 71).

Assim sendo, o entendimento da história cultural é facilitado ao considerar-se a reunião e a organização das discussões e dos estudos desta autora observando, por exemplo, que indicou os conceitos de representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidade, os quais reorientaram a pesquisa em história e, conseqüentemente, a postura dos historiadores.

Nas palavras de Burke (2008), a História Cultural deve ser estudada para fins didáticos dividindo-a em fases, uma unidade mais cultural que política com ênfase nos estudos do espírito da época ou história de mente. Temas como símbolos, sentimentos e formas, são analisados na estrutura de diferentes objetos de estudo presentes na vida cotidiana. Para o autor “a Nova História Cultural é hoje um novo paradigma de pesquisa e sua ascensão é conhecida como teoria cultural. ” (BURKE, 2008, p. 71-76). No entanto, “[...] a história cultural não é uma descoberta ou invenção nova, pois já era praticada na Alemanha com esse nome há mais de 200 anos”. (BURKE, 2008, p. 15).

Já a categoria cultura escolar pode ser pensada a partir de Juliá (2001), onde ele reforça esse conceito dentro de uma abordagem histórica como sendo,

[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos: normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas. (JULIÁ, 2001, p. 2).

Diante disso, entendemos que os estudos sobre história da educação, mesclam normas e práticas ao trabalho centrado nos professores, apontando como estas são executadas, e como se utilizam de dispositivos que facilitam a prática docente variando no decorrer do tempo e do espaço.

Por sua vez, Forquin (1993) conceitua a cultura escolar,

[...] como o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que selecionados, organizados, normalizados, rotinados, sob o efeito dos imperativos de ditatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas”. (FORQUIN, 1993, p. 167).

Este autor se apropria do conceito sociológico e etnológico de cultura para formalizar a cultura da escola, pois para ele o que se passa dentro da escola assim como no seu entorno, caracteriza o conceito de cultura.

Nesse perfil devem ser consideradas as práticas e as situações escolares que, para ele, “tem suas características de vida próprias, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolo” (FORQUIN, 1993, p.167). Para tanto, há uma distinção entre cultura da escola e a cultura escolar.

A cultura da escola, segundo Forquin (1993), se apresenta na forma específica de realização da cultura escolar dentro da própria instituição e embora existam diferenças conceituais, elas se complementam e contribuem para constituir o que se entende por escola.

Vale ressaltar que entendemos a cultura escolar como um conjunto de saberes que compõem a base de conhecimento a partir da qual se organizam os trabalhos de professores e

alunos. É nesse sentido, que se pressupõe uma seleção prévia de elementos que fazem parte da cultura humana, científica ou popular, erudita ou de massas. São esses elementos que estruturam e determinam processos pedagógicos, organizativos, de gestão e de tomada de decisões naquilo que compõe o interior da escola. Já entendemos a Cultura da Escola como a estrutura formada por processos, normas, valores, significados, rituais, formas de pensamento, elementos formadores da própria cultura que formam o cotidiano escolar. (FORQUIN, 1993).

Desse modo, Vinão Frago (1995) nos auxilia ao fazer uma delimitação acerca do termo cultura escolar, apoiando-se a partir de análises feitas do tempo e do espaço para facilitar a compreensão entre as continuidades e mudanças, tradições e inovações que atravessam as instituições de ensino enquanto objeto histórico. Para ele, o conceito de cultura escolar caracteriza-se em ser “um conjunto de ideais, princípios, critérios, normas e práticas sedimentados ao longo do tempo das instituições educativas” (VINÃO FRAGO, 1995, p. 100).

No interior da escola produzem-se “modos de pensar e de atuar” que proporcionam a todos os sujeitos envolvidos nas práticas escolares “estratégias e práticas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas condutas, modos de vida e de pensar, materialidade física, hábitos e ritos”. (VINÃO FRAGO, 1995, p. 68-69).

Sendo assim, Chervel (1990) contribui, para este intento, no seu estudo sobre a história das disciplinas escolares defendendo as várias facetas da cultura produzida na e pela escola, criticando a maneira de explicação do saber escolar. Para ele, o sistema escolar é dotado de um poder criativo na relação que a escola desenvolve com a sociedade, desempenhando um papel de formação do indivíduo perante a sociedade. Deste modo, a cultura vem impactar diretamente a vivência desse indivíduo na sociedade.

Notou-se nesses estudos que os elementos da cultura escolar apontados pelos autores estão atrelados a uma vasta especificidade e acepções, a partir dos seus conceitos que, embora sinalizados no singular, transcendem um conjunto de abordagens, ideias e preceitos que em conjunto norteiam a história das instituições escolares.

Desse modo, um dos fundamentos principais do ofício do historiador é a análise de documentos. A historiografia no século XX ampliou as dimensões da pesquisa para valorizar todo e qualquer registro humano como uma fonte potencial de interpretação da sociedade. Os documentos, nessa perspectiva, são registros das ações humanas, seja de qualquer natureza: escritos, visuais, orais, monumentos, etc, sendo datados e localizados em tempos e espaços específicos, além de expressarem o contexto histórico de uma dada época, pois revelam e evidenciam sentimentos, costumes, valores, ideologias, entre outros.(NASCIMENTO, 2012).



Outro conceito adotado nesta investigação é o de História Oral, que neste trabalho compreendemos como:

[...]uma maneira nova para conhecer e gravar várias oportunidades que surgem, dar sentido histórico e voz aos vários grupos sociais em todas as camadas da sociedade. Neste sentido, está em sintonia com as novas tendências da pesquisa em ciências humanas, que reconhecem múltiplas influências que estão sujeitas a diferentes grupos do mundo globalizado, sobretudo os que eram excluídos da história (CERTEAU, 1994, p. 72).

Ainda sobre a História Oral, nos apropriamos de duas outras conceituações complementares entre si. A primeira é de Alberti (2005) que parte da concepção que:

a história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador e da fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido. (ALBERTI, 2005, p.155).

A segunda, é de Ferreira (2002) ao reforçar o conceito de que já houve muita classificação para a expressão história oral, de modo que foi classificada como método, técnica e teoria. No entanto, há um consenso de classificar a mesma como uma metodologia de pesquisa, pois:

ainda que objeto de poucos estudos metodológicos mais consistentes, a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades.(FERREIRA, 2002, p. 330).

Partindo deste ideário, na próxima seção, abordaremos aspectos do cenário educacional pinheirense, os quais foram apontados pois, entende-se ser necessária uma sistematização das instituições escolares no período que antecedeu a chegada do Colégio Anchieta, de modo que foi possível perceber os primeiros movimentos de escolarização no município de Pinheiro e suas peculiaridades.

### 3 CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO DE PINHEIRO NO CENÁRIO EDUCACIONAL

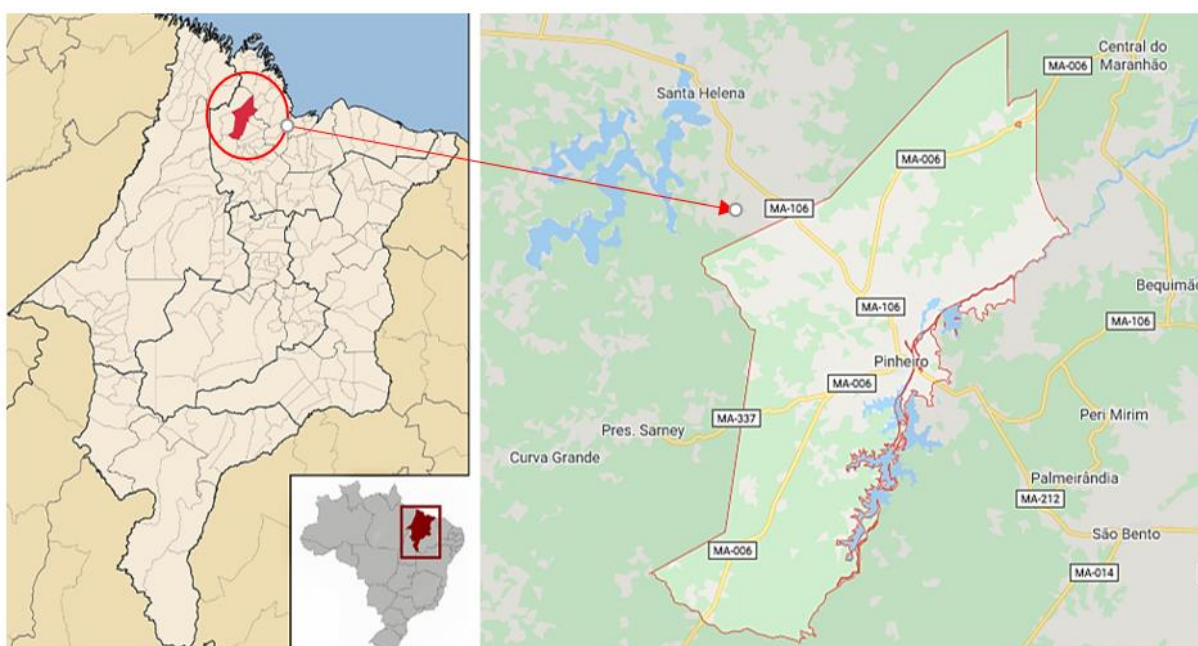
Com o objetivo de contextualizar a cidade que recebeu o Colégio Anchieta do Maranhão, esta seção apresenta uma tessitura sobre o município de Pinheiro/MA. Descreve o panorama histórico-geográfico sobre a baixada maranhense e sinaliza circunstâncias históricas do momento em que a Instituição que investigamos foi fundada.

Em seguida, abordaremos aspectos do cenário educacional pinheirense. Buscou-se descrever alguns elementos históricos que antecederam a chegada do colégio para, assim, percebermos os primeiros movimentos das escolas no município Pinheiro/MA. Esse percurso se coloca pela necessidade de uma sistematização do trajeto dessas instituições educativas no município e suas peculiaridades.

#### 3.1 Pinheiro, a cidade que recebeu o Colégio Anchieta do Maranhão

A cidade de Pinheiro possui 164 anos de emancipação política e foi o local onde o Colégio Anchieta do Maranhão nasceu, funcionou e encerrou suas atividades como instituição particular e continuou como pública. Atualmente, a município possui um total de 82.387 mil habitantes e sua área territorial é de 1.512,9 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019). O mapa a seguir é referente a atual configuração da cidade, localizada na Mesorregião norte maranhense, dentro da Microrregião baixada maranhense integrada por 21 municípios.

Figura 1 – Mapa do Maranhão e Pinheiro



Fonte: Google maps (2019).

Historicamente, a cidade de Pinheiro passou por uma série de transformações até chegar à configuração demarcada na temporalidade da presente pesquisa. Hoje o município conta com campus universitário da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Instituto Federal do Maranhão - IFMA e Instituto Estadual de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, além de Faculdades e Escolas privadas, e de um comércio bem desenvolvido contando com a presença de lojas pertencentes a redes internacionais e nacionais. Isto representa um desenvolvimento populacional econômico e de certo modo, elementos com aspectos modernos e o perfil das grandes cidades. Porém, isso contrasta com a cidade de onde este trabalho fala (década de 1970).

Para as discussões acerca deste campo temático (cidades) nos apropriamos da contribuição de Pesavento (2003, p. 77) que nos induz a uma dimensão de propostas teórico-metodológicas visíveis na linha da História Cultural, de modo a inculcar o espaço das cidades em torno das representações que se dispõem em discursos e imagens da *urbe*. A autora caracteriza este campo temático esclarecendo que “se empenha na descrição da história retrazando a sua evolução, arrolando dados, nomes, retrazando o seu crescimento e sua evolução urbanística”.

Figura 2 – Cartão postal da Av. Getúlio Vargas, Pinheiro – Década de 1970



Fonte: Soares [Babu] (1970).

A Figura 2 remete a principal avenida da cidade na década de 1970 percebendo-se o ritmo dos veículos que era menos intenso em relação aos dias de hoje. Pinheiro na década de 1970 se apresentava como uma cidade organizada, limpa, acolhedora, com uma qualidade de vida, o que lhe permitiu receber e orgulhar-se do título de “Princesa da Baixada”. Com a energia elétrica vinda da usina de Boa Esperança, a cidade sofreu a sua grande transformação. Soares (2006, p. 207) esclarece que:

Ao longo de sua história, Pinheiro experimentou alguns importantes ciclos de desenvolvimento. A chegada das instituições financeiras destinadas a propiciar o crédito e fomentar o desenvolvimento da região, foi instalado o Banco do Brasil no ano de 1964. Com o banco vieram as facilidades de crédito, financiamento para a aquisição de matrizes para renovar o rebanho bovino, foram criadas oportunidades de empregos através de concursos públicos e muitas das vagas disponibilizadas foram ocupadas por filhos da terra.

Em linhas gerais, falar da cidade envolve as benfeitorias dos seus tantos construtores diários, que na História Cultural, são estudados como as representações urbanas que exercem ações sobre esse espaço, produzindo e decifrando, os sinais que ora aparecem embasados nas vertentes do conhecimento científico. Frente a isso, Pesavento (2003) se reporta a tal entendimento sobre o imaginário urbano afirmando que:

Implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, autores e práticas sociais. O imaginário urbano, como todo o imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, que implica dizer que trata das representações urbanas. (PESAVENTO, 2003, p. 78).

Ancoramo-nos nas reflexões de Pesavento acerca do imaginário urbano, e passamos a meditar sobre as representações urbanas que permearam o município de Pinheiro-MA, inculcadas nos mais diversos cenários que contém a sua história. Ao tratar da cidade com recortes sobre a história social, econômica, política, e cultural, deve-se considerar uma multiplicidade de fatores que permitem compreender os aspectos que a descrevem. Nesse sentido, o imaginário urbano retratado na modernidade, refaz o olhar pela cidade e nos direciona a responder a seguinte questão: Quem eram seus construtores? A resposta para esta questão se firma nas representações urbanas que a cidade construiu nessa temporalidade e no resgate da memória dos que vivem adormecidos.

Sob este prisma, os construtores diários da cidade estão agregados na construção sociocultural desenvolvida ao longo dos tempos e surgem nas mais variadas interpretações urbanas retratadas sobre discursos, imagens e práticas sociais que se apresentam em semelhança com o real pelos álbuns de fotografias, pelos cartões postais da cidade e pelos relatos dos sujeitos.

As paisagens dos cartões postais mostram a cidade com suas ruas, avenidas, praças e monumentos, ornamentada de árvores denominadas “ficus benjamim”, sendo que estas árvores tem uma vida centenária, paisagista e podadas em formatos diversos, completam o cenário do lugar, de modo que Pinheiro se destacou das demais cidades do seu entorno, por ter esta paisagem que resultou da ação humana. Os relatos históricos demonstram que essa paisagem foi construída por alguns de seus moradores, sendo alguns deles o Bispo Dom Afonso Maria Ungarelli e os padres italianos que trouxeram as sementes das árvores de outros países, de modo que o trabalho do plantio foi delegado pelos clérigos aos seminaristas.

Figura 3 – Cartão Postal da Av Presidente Dutra



Fonte: Soares[Babu] (1970).

Esta imagem disposta na figura 3, captada do alto do Colégio Pinheirense, reflete o momento em que os estudantes “andavam tranquilos pela rua” como se depreende do uniforme de gala<sup>5</sup>, após uma atividade cívica como evidencia a fotografia. No seu lado esquerdo, a foto destaca para a suntuosidade da arquitetura, a casa dos padres e mais a frente as Casas Pernambucanas, grande franquia em comércio na venda tecidos na década de 1970.

<sup>5</sup> O uniforme de gala ou farda de gala, na década de 1970, era usada em ocasiões especiais que envolviam principalmente as atividades cívicas. Além de constituir-se num distintivo de prestígio social, quando exibida para a multidão, por exemplo, nos desfiles de sete de setembro, transmitia mensagens marcando a diferença entre aqueles privilegiados que estavam tendo acesso à educação escolar e os que estavam à margem da escolarização, e ainda entre o que estavam dentro do contexto escolar essa distinção representava uma distinção de classe social na cidade. O uniforme de gala era motivo de orgulho para os responsáveis por essas práticas escolares e também para os estudantes que delas participavam.

No cenário arquitetônico, deparamo-nos com as belas casas feitas com argamassa de pedra, barro, cal e cimento, como mostra a figura a seguir.

Figura 4 – A Casa dos Gonçalves



Fonte: Gonçalves (2005).

A figura 4 mostra a casa dos Gonçalves que foi reconhecida por esse nome por pertencer, à época, a uma família de portugueses que se estabeleceu em Pinheiro destacando-se como políticos influentes, fazendeiros, comerciantes que compravam e revendiam babaçu, algodão e gergelim (SOARES, 2006, p.105). Um excerto de uma crônica “A história de uma casa contada por ela mesma”, escrita pela Prof.<sup>a</sup> Marita Gonçalves, sujeito desta pesquisa, evoca sua arquitetura detalhando cada cômodo:

As paredes que subiram dos meus alicerces têm quase um metro de espessura! [...] A matéria prima do assoalho da minha sala principal, a madeira, veio da floresta amazônica (do Pará) em dois tons: a Braúna, madeira negra e o Pau-de-Cadeia-de-Marajó, madeira amarela. Ambas, madeiras de lei, raras, porque são fechadas à umidade e têm a característica de não apodrecerem. Pela minha localização-trecho nobre da cidade-; pelo meu fino acabamento, pela minha imponência colonial. Conquistei prestígio e o título da casa mais bela da cidade, por muitos e muitos anos. (GONÇALVES, 2012, não paginado).

A mesma autora ainda completa:

Alguns dos meus números: data de nascimento: Dezembro de 1954. Cômodos: 22, sendo 15 em cima e os demais nos porões. Possuo 17 portas e 32 janelas, todas as folhas duplas. É esse, como veem, o meu corpo físico. A minha decoração também foi realizada com apuro. Os móveis que me mobiliaram tinham marca cimo, eram de Imbuía, trazidos diretamente de Curitiba, para os meus salões. Enquanto eu esperava a visita do Presidente Juscelino Kubstcheck, cortinas de organza de cor pérola, encimadas por bandôs de cetim, balançavam-se etéreas, das minhas janelas,

constantemente abertas. Arranjos de flores espalhavam-se pelos meus aposentos! Um espelho de cristal reproduzia rostos felizes! Um jardim onde floresciam rosas, dalias, jacintos e lírios via-se engravado por trás da varanda! Toalhas de puro linho – tecido nas aldeias de Portugal – cobriam minhas mesas para os almoços domingueiros. À chegada de visitantes mais especiais, o aparelho de porcelana fina e os talheres de prata, saíam do aparador da copa, em companhia das taças onde era servido o gostoso vinho do Porto trazido de Portugal em barris e engarrafado por Seu Américo. (GONÇALVES, 2012, não paginado).

Figura 5 – Cartão Postal da Praça José Sarney – Década de 1970



Fonte: Soares [Babu] (1970).

A imagem ilustra a Praça José Sarney na década de 1970, a principal da cidade reformada com esta arquitetura no ano de 1969. Nas palavras de Soares (2006), a história desta praça, informa que:

O seu primeiro nome foi Praça da República, depois Praça Eurico Dutra e na reforma de 1969, recebeu o nome de Praça José Sarney. Esta reforma foi projetada pelo engenheiro Adolfo Von Rudolf, da Secretaria de Obras do Estado. É nessa Praça que ainda hoje se encontram o prédio da Prefeitura Municipal, o Fórum, o Grupo Escolar Odorico Mendes, os bancos da Amazônia e do Nordeste, este último inaugurado em 2004, além de casarões, construções ainda remanescentes de meados do século passado, e onde são realizadas grandes concentrações populares (SOARES, 2006, p. 215).

A Praça apresentava uma vasta ornamentação com árvores e que combinavam sempre com uma movimentação de gente nas noites de sábado e de domingo. Os principais acontecimentos locais, como comícios e desfiles carnavalescos, moviam-se também em torno da Praça, no centro de Pinheiro. Nesse lugar também era cultivada uma variedade de plantas paisagistas que dão flores e árvores com grandes copas (ficus benjamin e castanheiras). No

seu entorno, situavam-se as duas escolas pioneiras do município, sendo elas o Colégio Pinheirense, fundado em 1961, e o Grupo Escolar Odorico Mendes, fundado em 1927 e, ainda, a Prefeitura Municipal, além de alguns estabelecimentos comerciais.

No cenário cultural da cidade, a história de Pinheiro é marcada por grandes eventos, dentre os quais evidenciamos o aniversário da cidade no dia 3 de setembro e a festa de cultura religiosa do padroeiro Santo Inácio de Loiola que acontece todos os anos no dia 31 de julho. No período do festejo, os pinheirenses realizam missas, procissões, leilões e outras atividades, além de rituais cumpridos rigorosamente pela fé. Ambos são destacados no calendário local, como feriados municipais.

Figura 6 – Cartão Postal da Catedral de Santo Inácio de Loiola



Fonte: Soares [Babu](1970).

Nessa imagem (figura 6) é possível avistar a grandiosidade arquitetônica da catedral. Ela substituiu o templo da antiga igreja matriz de Santo Inácio de Loiola, que fora reformada e ampliada pelo vigário da época, Padre Newton Pereira em 1939. Naquela época a igreja era um monumento religioso pequeno contando com apenas uma pequena torre.

Na literatura, destacaremos um amplo cenário em que os escritores, Leite (2007), Alvim (2006), Soares (2006), e Viveiros (2014) narram a História do Município de Pinheiro, desde os seus primórdios, tendo estes escritos nos ajudado a construir o presente trabalho.



Em seu livro “História Social, Econômica e Política de Pinheiro”, Jerônimo Viveiros (2014) permitiu-nos fazer um contraponto entre as informações obtidas sobre a formação social do lugar, evidenciando os aspectos históricos e culturais. O autor adotou como marco a fundação do lugar, descrevendo as suas riquezas naturais bem como as funções político-administrativas. Nesse perfil, a autora Ecléa Bosi (1994, p. 90) afirma que “a história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxado por outros dedos”.

Ainda neste momento histórico, o município de Pinheiro centrou-se em tempos de ditadura militar. Um período da política brasileira em que militares conduziram o país. Esta época ficou marcada no Brasil pela imposição de vários Atos Institucionais que colocavam em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, além da falta de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime. O País, nesse período, tinha como Presidente Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), o 28º Presidente do Brasil e o terceiro Presidente do regime militar, tendo como vice-presidente, Augusto Rademaker e como Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Gonçalves Passarinho. Seu governo foi considerado o mais duro e repressivo do período, conhecido como os “anos de chumbo” da Ditadura Militar no Brasil. (CPDOC - FGV, 2018).

O governador do Maranhão à época era Antonio Dino (vice-governador) que governou de 14 de maio de 1970 à 15 de maio de 1971. Em seguida, chegou ao governo, Pedro Neiva de Santana, que administrou o Maranhão (1971-1975), tendo sido eleito de modo indireto pela Assembléia Legislativa, após indicação do Presidente Médici.

Posteriormente, no período da implementação da Lei nº 5692/71 no Maranhão através do Plano Estadual de Educação, elaborado nos termos do convênio internacional MEC/USAID cujos objetivos estavam ligados diretamente aos objetivos da política nacional, ficou claro o compromisso em atender às diretrizes governamentais em conformidade com a ideologia dominante.

Em linhas gerais, esse foi o período no qual ocorreram profundas mudanças na legislação educacional, pois se deu a criação da Lei nº 5692/71 de 11 de agosto de 1971. A nova Lei fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus tornando o ensino profissional obrigatório, conforme a nova terminologia para os antigos cursos primário, ginásial e colegial (BRASIL, 1971). Esse documento apresentou propostas para esses níveis de educação, no país e, conseqüentemente, para o município de Pinheiro, pois este deveria dispor de espaços para adequar-se às modalidades de ensino que a referida lei impunha, na

tentativa de unificar o antigo ensino primário eliminando as diferenças entre os ramos secundários - agrícolas, industriais, comerciais e normais.

Quanto à Reforma de Ensino referida por Pedro Neiva tratou-se da Lei nº 5692/71 que adequou nacionalmente a educação à exigência econômica. Tal reforma atuou trazendo mudanças para a nomenclatura do ensino (1º e 2º graus), o que instituiu a obrigatoriedade do ensino de 1º grau e a profissionalização obrigatória no 2º grau, de modo que daí advém o elemento motivador para a preocupação governamental em demonstrar o aumento no número de matrículas além da criação de projetos que atendessem às políticas educacionais nacionais. (COSTA, 2008, p. 56).

Já a administração no município de Pinheiro entre 31 de janeiro de 1969 a 30 de janeiro de 1973, período em que foi fundado, funcionou e encerrou as atividades do Colégio Anchieta como escola privada, esteve nas mãos do Prefeito Raimundo Humberto Pinheiro e sua sucessão ocorreu pelo Prefeito Filadelfo Mendes Filho (Dedeco Mendes) cujo pleito foi o de 31 de janeiro de 1973 a 1977, sendo este último candidato único nas eleições de 15 de novembro de 1972 tendo como companheiro de chapa, o “enfermeiro do povo” (expressão da matéria jornalística) José de Arimatéa Nunes. (JORNAL CIDADE DE PINHEIRO, 1973).

Nesse sentido, nas palavras da professora Marita Gonçalves (2018) “o governo do Estado do Maranhão priorizou alguns municípios para a construção das escolas com esse novo perfil, sendo Pinheiro um desses municípios”.

É em meio a essas relações políticas que atingiram diretamente o campo educacional brasileiro, que o Colégio Anchieta do Maranhão aparece e torna-se história. É essa história que nos interessa registrar neste trabalho, no entanto, faz-se necessário se contextualizar a educação pinheirense no período para que se compreenda o cenário educacional em que se inseriu a instituição investigada.

### **3.2 O cenário educacional do Município de Pinheiro-MA: os primeiros movimentos educacionais**

O cenário educacional que permeia esta seção permite-nos compreender, como se desenvolveu o processo educativo no município de Pinheiro-MA, haja vista ser tarefa difícil, narrar todos os aspectos considerados importantes para esta construção, de modo que delimitaremos este espaço de acordo com as referências encontradas e, para tanto, é preciso considerar os autores que as produziram.

Ao analisar o percurso da educação no município, no qual existiu a instituição pesquisada a partir dos históricos dos autores que evidenciam esta seção, é possível verificar que somente em 1833 é construída a primeira escola pública.

Essa primeira escola tivera como professor, Custódio Alves Serrão, que alcançara o 2º lugar na classificação de um concurso sério e rigoroso que durara quatro dias, destinado para o pessoal do magistério público. O referido concurso destinava – se para providencialmente de seis cadeiras de primeiras letras e aconteceu no dia 22 de dezembro de 1832 com a participação de sete candidatos, e apenas três foram aprovados. Um candidato para o município de Pinheiro e os demais para os municípios maranhenses de São Miguel e Itapecuru – Mirim (VIVEIROS, 2014, p.90).

Para dar continuidade aos movimentos sobre a escolarização do Município de Pinheiro, foi necessário conhecer um pouco das diversas instituições que houveram a partir da década de 1920 até 1970, momento que antecedeu o Colégio Anchieta do Maranhão.

### 3.2.1 Dos espaços de improvisos a educação escolar (1920-1970)

Em Pinheiro, os primeiros movimentos na educação escolar (1920) aconteceram em ambientes das casas de família caracterizadas pela falta de organização nos espaços, sendo elas nominadas como escolas domésticas.

“Escola doméstica” é entendida como as escolas que funcionavam em um dos ambientes das casas das famílias e acolhiam não só os pobres, mas também a elite do município. Lugar onde os alunos eram “desemburrados”. Desemburrar significava: aprender a ler, escrever e contar.

Nas palavras de Vasconcelos (2005, p. 1),

no Brasil, o século XIX foi o período da modalidade de educação doméstica ou educação na casa tornar-se largamente praticada pelas elites, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil. A casa era o lugar em que as elites educavam os seus filhos e filhas, por meio de preceptores, professores particulares e aulas-domésticas. Os preceptores eram os mestres ou mestras brasileiros ou estrangeiros que moravam na residência da família, contratados para a educação de crianças e jovens da casa. Os professores particulares ou padres capelães eram os que davam lições “por casas”, em dias ou horários pré-estabelecidos, de primeiras letras, gramática, línguas, música, artes e outros conhecimentos específicos.

O estudo de Costa (2012) sobre “O cenário educacional na Princesa da Baixada (1920-1960)”, descreveu o itinerário histórico do campo educacional da cidade de Pinheiro justificado no recorte temporal no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1960 por ocorrerem profundas mudanças políticas, econômicas e sociais que reestruturaram o ensino público influenciando nas formas de pensar e organizar o sistema de educação pública do Brasil, em especial na cidade de Pinheiro:

o trabalho tem início nos anos de 1920, por ter sido este o momento em que passou a ser delineado no município [de Pinheiro] um movimento de ordem social e cultural que incidiu sobre o setor educacional. Tal movimento foi desencadeado porque o processo de escolarização pinheirense se constituía de uma rede de 20 escolas domésticas que ultrapassavam quantitativamente as escolas mantidas pelo poder público, que era apenas uma: a Escola Mista Estadual (1920) (COSTA, 2012, p. 19-20).

Nesse contexto, conforme menciona Costa (2012), a educação pinheirense nos primeiros anos da década de 1920 se constituiu por um conjunto de escolas remanescentes do período imperial denominadas de Escolas de Primeiras Letras que funcionavam nas dependências da Casa do Professor, as quais se deparavam com uma série de problemas estruturais, pedagógicos e materiais inadequados para o ensino. Assim, no início da década de 1920 havia em Pinheiro sete escolas nesse perfil: Donatila Corrêa, Hilda Castro, Prof. João Freitas, Júlia Pimenta, 14 de junho, Ricardina Sodré e Zica Freitas. Então:

com base nas informações levantadas no jornal Cidade de Pinheiro, único registro escrito encontrado a respeito de tais instituições, constatamos que essas escolas atendiam meninas e meninos em turno diferenciados para cada sexo, com exceção da Escola do Professor João Freitas, que era voltada exclusivamente para o atendimento do público masculino, em que o gênero do professor definiu o alunado que teria acesso a escolarização neste educandário. Das escolas acima, havia as de caráter particular (Donatilla Corrêa, Hilda Castro, Prof. João Freitas, 14 de Julho, e Zica Freitas) e as subvencionadas ao Estado (Júlia Pimenta, e Hilda Castro) (COSTA, 2012, p. 45).

A carência de instituições escolares fez com que os políticos locais realizassem ações que culminaram na fundação do Instituto Pinheirense em 1922, da Escola Antônio Souza em 1925 e da Escola Normal de Pinheiro em 1926, as quais tinham como objetivo proporcionar o progresso e o desenvolvimento de novos patamares de cultura, educação e civilidade às pessoas da cidade, em especial, aos mais jovens (COSTA, 2012).

O Instituto Pinheirense foi uma escola de caráter particular, com oferta de curso primário e secundário em regime de internato para homens com idade escolar entre sete e quinze anos. Contudo, seu funcionamento durou apenas por quatro meses após a inauguração, em razão dos altos custos das mensalidades. Por sua vez, a Escola Antônio Souza criada em parceria com os membros da Associação Maçônica da cidade de Pinheiro tinha como objetivo oferecer alfabetização para as crianças e jovens das classes populares (COSTA, 2012).

Os alunos da Escola Antônio Souza eram desprovidos de recursos financeiros, e a própria loja maçônica doava os materiais escolares aos discentes. Porém, após nove anos de funcionamento, em 1934, a instituição escolar encerrou suas atividades devido ao fechamento na cidade da entidade responsável pela sua manutenção (COSTA, 2012).

Em razão da Escola Antônio Souza ter funcionado durante nove anos, fez despertar na elite pinheirense a necessidade da formação de professoras para o magistério, uma vez que o corpo docente da referida era composto, sobretudo, por professoras leigas. Assim, em 1926 a Escola Normal de Pinheiro foi instalada ofertando o Curso Normal em caráter particular, com duração de cinco anos (COSTA, 2012). Sendo assim,

durante o período de funcionamento, esteve instalada em um amplo sobrado, alugado por seus idealizadores, que atendia às exigências físicas e pedagógicas da Secretaria do Interior do Estado, ou seja: biblioteca, salas de aulas amplas, arejadas e equipadas com quadro de giz retangular, mesa para o professor, carteiras para os alunos, corpo administrativo e docente entre outras determinações. A Escola Normal de Pinheiro foi constituída por regime misto (COSTA, 2012, p. 55).

Contudo, em decorrência da atitude violenta<sup>6</sup>do pai de uma aluna, a Escola Normal de Pinheiro encerrou suas atividades após oito meses de funcionamento (COSTA, 2012).

Em face das iniciativas privadas para a oferta da escolarização em Pinheiro é possível notar uma elite voltada, sobretudo, para a formação educacional e cultural, o que promove uma verticalização do ensino.

Para Saviani (2015, p.138), “a educação privada é originária e específica da era moderna, sendo ligada ao modo de produção e organização capitalista da sociedade. Instala-se, desse modo, a educação como mercadoria entre o público e o privado”.

É nesse sentido que as instituições escolares no início da república asseguravam um *status* de modernidade, progresso e desenvolvimento. Para corresponder ao ideário republicano da educação na cidade de Pinheiro foi instalado o Grupo Escolar Odorico Mendes, em 1927.

a criação do Grupo Escolar “Odorico Mendes”, o primeiro Grupo Escolar da Baixada Maranhense, foi instituído como símbolo de modernização do ensino, redesenhando novos contornos para a educação pública primária do município, promovendo uma ruptura com a forma de ensino que vigorava na educação de Pinheiro (COSTA, 2012, p. 65).

Cabe destacar que o referido Grupo Escolar foi concedido ao Município de Pinheiro, conforme decreto n° 1.128 de 4 de fevereiro de 1927, assinado pelo Governador Magalhães de Almeida. Nessa mesma data foram nomeadas pelo Secretário Geral José Couto, as

---

<sup>6</sup> O Jornal Cidade de Pinheiro publicava mensalmente as médias mensais das alunas da Escola Normal como uma espécie de incentivo que deveria ser mostrado em público o aproveitamento durante o ano letivo. As médias mais altas eram obtidas na disciplina Corografia do Brasil e as mais baixas era na disciplina de francês. Por essa razão, a Escola Normal de Pinheiro tornou-se um verdadeiro instituto de educação intelectual e cívica. Porém, o mesmo estímulo desenvolvido com tanto carinho entre as alunas, haveria de provocar uma cena lamentável que levaria a Escola ao seu fim. O Jornal Cidade de Pinheiro apenas a respeito disto publicou a nota da Diretoria da Escola: “Em virtude da desagradável cena de que foi teatro ontem esta escola, agredida a mão armada, colocando professores e alunos em estado de intranquilidade, ficam suspensos os exames das cadeiras de Aritmética, Francês e Geografia, até que a congregação resolva a respeito”.O Jornal Cidade de Pinheiro, não divulgou o episódio em si, mas, conforme relatos de pessoas, esta atitude violenta do pai se caracterizou em virtude da sua filha, aluna da escola ter tirado uma nota abaixo da média alcançada, na disciplina Aritmética.

professoras normalistas Zélia Perdeneiras Costa Ribeiro, Naíza Antunes de Souza, Francisca Souza e Maria Hilda Monteiro. Foi nomeada como a primeira diretora do Grupo Escolar, a professora Zélia Perdeneiras e em abril do referido ano começavam a funcionar as aulas com 104 alunos matriculados, assim distribuídos: 33 no primeiro ano, 33 no segundo ano, 11 no quarto ano e 5 no quinto ano. No ano seguinte este número elevou-se para 124 alunos (VIVEIROS, 2014, p. 203).

Em 1967 foi instalado no Grupo Escolar Odorico Mendes, o Jardim de Infância Pequeno Príncipe com o objetivo de atender a educação infantil, sendo mantido pelo Governo Municipal. Por falta de espaço nas salas de aula, este foi adaptado no pátio do recreio. Funcionavam o 1º, 2º e 3º períodos sob a regência da Prof.<sup>a</sup> Maria da Graça Moreira Leite.

Em tal contexto, houve um demorado processo de instalação de novos grupos escolares na cidade, uma vez que somente em 1940 foi fundado o segundo grupo escolar o qual recebeu nome de Grupo Escolar Elisabetho de Carvalho (COSTA, 2012). A inauguração dele e seus reflexos no processo de expansão do ensino primário da educação da cidade de Pinheiro foram significados como:

uma nova forma organizacional do ensino primário coadunavam com esse ideário, pois sua implantação modificou a configuração da educação pública pinheirense que era oferecida até então, tanto no seu aparelhamento técnico-administrativo quanto nos métodos, processos, programas e organização didática e pedagógica [...]. Então, esse modelo escolar adotou um novo método pedagógico, estabeleceu e fixou a jornada escolar com início e término das aulas, foi definido o ritmo, marcados os intervalos, e o saber a ser transmitido aos alunos foi dividido em matérias (COSTA, 2012, p. 65).

Em decorrência das dificuldades financeiras de manter o funcionamento dos grupos escolares fez com que o governo criasse outra modalidade de escola primária: as escolas reunidas. Para Motta (2003), essa organização escolar surgiu para diminuir os custos de manutenção das instituições escolares ao transferir escolas e congregá-las em grupos escolares ou escolas reunidas. Assim, na cidade de Pinheiro, tais escolas se configuraram como um modelo alternativo que circulou, sendo sua existência percebida durante a década de 1940 (COSTA, 2012).

No ano de 1946 os integrantes da congregação italiana de Nossa Senhora do Sagrado Coração se instalaram em Pinheiro e iniciaram sua atuação no campo educacional com o objetivo não apenas de escolarização, mas também de evangelização de crianças e jovens. Nesse sentido, foi estabelecida a Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, no ano de 1950, cujo objetivo foi proporcionar uma escolarização mais completa aos cidadãos pinheirenses, na medida em que ofertava a educação pré-escolar aos cursos elementar e o complementar (COSTA, 2012).

É importante mencionar que, a atuação da Igreja Católica através de missões e congregações no interior do Brasil fazia parte de um projeto de revitalização para reverter o cenário de laicidade nas escolas públicas, conforme Saviani (2015). Sendo assim, após a proclamação da república a pedagogia católica procurou-se fazer uma renovação metodológica inspirada no movimento de escola nova europeia, mas sem renunciar aos objetivos de catecismo e difusão do catolicismo. Essa perspectiva fez surgir uma espécie de “Escola Nova Católica” para promover ensino em sintonia com as novas correntes pedagógicas e a evangelização (SAVIANI, 2015).

O ensino primário na instituição escolar funcionou em sintonia com o projeto de evangelização da Igreja Católica para um desígnio educativo à luz da fé do Cristianismo com os valores e costumes cristãos (COSTA, 2012). A organização do programa escolar da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração expressou como o ensino dos fundamentos cívicos e nacionalistas estavam em diálogo com o ideário da moral religiosa.

O programa de estudos da escola paroquial foi organizado através das disciplinas que propagavam os valores cívicos e patrióticos, ensinados nas aulas de História do Brasil, de Educação Física e Canto Orfeônico, como também foi dada importância ao ensino da Religião, da História Sagrada e do Evangelho como forma de moralizar a infância. Pudemos constatar que no programa de estudos da escola paroquial, o Ensino Religioso substituiu a disciplina Educação Moral e Cívica, que era a responsável anteriormente por moralizar os costumes. (COSTA, 2012, p. 91).

Para assegurar a progressão da escolarização para a elite e suprir a ausência do ensino secundário ginásial do município foi fundado o Ginásio Pinheirense, em 7 de março de 1953, sob a tutela da congregação masculina (padres), apoiada pelas Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração. Porém, parte do projeto missionário da Igreja Católica, também, foi prestar auxílio para as camadas mais populares através da manutenção de alunos bolsistas em seu estabelecimento de ensino durante todo o período de duração do curso. O Ginásio Pinheirense funcionava com a concessão de bolsas para os jovens de baixa renda através dos exames de admissão (COSTA, 2012).

Ao tratar do interior do Ginásio Pinheirense, Costa (2012), apresenta a sua cultura escolar através dos momentos de inauguração, exames de admissão, cultura profissional dos professores e estudantes, fardamento escolar, comemorações cívicas e práticas escolares expressas através do currículo. Vale ressaltar que esse trabalho foi pioneiro acerca da história das instituições escolares por fazer um panorama geral do campo educacional pré-escolar, primário, secundário e normal de Pinheiro.

Nessa perspectiva, Soares (2016), continua seguindo esta linha de pesquisa e enfoca o Ginásio Pinheirense a partir de um estudo mais detalhado por se tratar de apenas uma

instituição. As análises históricas do autor se diferem de Costa (2012) não somente em razão da profundidade de detalhes que cercam o Ginásio Pinheirense, tais como a arquitetura da instituição escolar, destino profissional de ex-alunos e estrutura organizacional, mas, também, pelas análises das condições políticas e econômicas de emergência, as categorias, representações, espaço e tempos escolares.

Soares (2016) ressalta que o edifício do Ginásio Pinheiro reconfigurou o espaço urbano de Pinheiro, construindo uma imagem de cidade próspera, do desenvolvimento econômico, político e social de modo que a inauguração dessa instituição escolar simbolizou o progresso da cidade.

O casarão possuía fachada em estilo neoclássico simplificado. Tinha as paredes da frente e internas feitas de tijolos revestidas e pintadas em cores suaves. As paredes do fundo do edifício foram feitas de tijolos, compostas de colunas intercaladas com brises solares verticais de madeira. Para o uso escolar, foram adaptadas instalações sanitárias no final do corredor vertical [...] quanto à arquitetura, percebe-se que o casarão situado à Rua Luís Domingues/esquina com Antônio Guterres (atual Josias Peixoto Abreu), adquirido pelos MSC para instalar o GENSSC foi construído à semelhança das edificações dos grupos escolares (SOARES, 2016, p. 86).

O edifício do Ginásio Pinheirense apresentou as estruturas essenciais exigidas pelo Ministério da Educação e Cultura, atendendo os requisitos para a sua funcionalidade, as práticas docentes e o ensino secundário. Assim, essa instituição escolar tornou-se um símbolo legítimo de educação científica e formação moral católica (SOARES, 2016). Quanto à organização escolar do ginásio, Soares (2016) destaca que:

Era composto de salas de aula, em apenas um lado do corredor, com carteiras fixas e individuais, dispostas em fileiras, contra as janelas, e mesa do professor posicionada à frente, permitem analisar o espaço na dimensão útil, funcional, de poder e gerência. A escola dividida por séries e classes, individualizando os alunos por meio da disposição em filas, facilita a vigilância e o controle. O professor, posicionado à frente, visualiza os alunos, pois cada um se expõe ou se caracteriza pela posição na classe (SOARES, 2016, p. 89).

As análises da materialização da arquitetura e organização escolar do Ginásio Pinheirense mostram que a instituição escolar se estabeleceu como espaço de excelência no ensino para os jovens. A proposta educativa visou à formação de mulheres (não somente) combinada aos anseios das famílias que idealizavam suas filhas bem casadas, bem educadas dentro da fé e dos valores católicos. À Igreja interessaria educar os jovens não apenas como profissionais, mas também testemunhas do Cristianismo nos diversos espaços sociais (SOARES, 2016).

Quanto aos sujeitos e práticas pedagógicas no Ginásio Pinheirense, Soares (2016) constatou que as freiras e padres da congregação desempenharam funções importantes para a implantação e funcionamento da instituição escolar, contudo com repercussões distintas na



sociedade pinheirense, uma vez que, a ordem hierárquica da Igreja Católica é caracterizada por ser exclusivamente masculina.

Mediante a essa informação, Soares (2016, p. 113), expõe um quadro com o levantamento dos professores que realizavam seus trabalhos no Ginásio Pinheirense.

Quadro 4 – Professores do Ensino Secundário do Ginásio Pinheirense no período de 1953 a 1958

<b>PROFESSOR (A)</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>DISCIPLINA QUE LECIONAVA</b>
Amália Damous	Magistério (Normal)	Ciências
Antonio Carlos Costa Guterres	Curso Secundário	Educação Física
Antonio Pacheco Guerreiro	Bacharel em Direito	Português
Aurelina Catarina Amorim	Curso Secundário - CADES	Português
Benedita Gisele Lima Aragão	Pedagogia	Trabalhos Manuais, Ensino Religioso e Geografia
Célia Anchieta Guerreiro	Nutricionista	Ciências e Trabalhos Manuais
Cecilia Morais Miranda (Irmã Geralda)	Magistério (Normal)	Geografia, História, Desenho e Trabalhos Manuais
Eunice Luísa dos Santos (Irmã Ana Maria)	Magistério (Normal)	Geografia e Desenho
Frei Giuseppe Preziosa	Curso Secundário	Desenho, Canto Orfeônico e Educação Física
Irmã Maria Paula	Secretariado	Matemática e Ciências
Irmã Maria Rita	Contabilidade	Matemática
Irmã Maria Rute Swerts Costa	Letras	Português e Matemática
Irmã Maria Suzana	Magistério (Normal)	Religião, Francês e Inglês.
Irmã Vera Maria Swerts Costa	Magistério (Normal)	Português, Matemática e Francês
José Augusto Lopes	Odontologia	Ciências Naturais
José Guimarães Junior	Bacharel em Direito	Português
Maria Alice Pereira Moreira	Magistério (Normal)	Geografia, Português Ciências Naturais

Quadro 4 – Professores do Ensino Secundário do Ginásio Pinheirense no período de 1953 a 1958 (cont.)

PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO	DISCIPLINA QUE LECIONAVA
Maria Fausta de CGomes	Magistério (Normal)	Geografia, Português, História
Paulo Figueredo	Filosofia e Teologia	Português, História
Pe. Alessandro Fedele	Filosofia e Teologia	Latim
Pe. Fernando Meloselli	Filosofia e Teologia	Latim
Pe. Humberto Giugarelli	Filosofia e Teologia	Ensino Religioso e Matemática
Pe. José Ialea	Filosofia e Teologia	Latim, Ensino Religioso e Matemática
Pe. Lourenço Rondini	Filosofia e Teologia	Latim e Inglês
Pe. Pedro Tidei	Filosofia e Teologia	Francês e Canto Orfeônico
Pe. Salvador Dessi	Filosofia e Teologia	Francês e Inglês
Pe. Silvio Salvatori	Filosofia e Teologia	Matemática
Teresa Juaçaba (Irmã Suzana)	Magistério (Normal)	Ensino Religioso e Francês
Terezinha da Costa Leite Guerres	Magistério (Normal)	História, Trabalhos Manuais e Educação Física
Terezinha de Jesus Bitencourt Ramalho	Bacharel em Direito	Ciências Naturais, Geografia, Português e História
Raimunda Amorim	Curso Secundário - CADES	Matemática

Fonte: Soares (2016).

Sobre o quadro de professores e professoras, Soares (2016) verificou que havia uma escassez de professores licenciados em função das dificuldades de frequentar cursos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, devido às distâncias entre o município de Pinheiro e a capital São Luís ou outros centros que ofereciam formação superior. Assim, o quadro docente do Ginásio Pinheirense foi composto por freiras que tinham o curso de magistério (normal), padres estrangeiros e alguns profissionais liberais.

Em relação as disciplinas escolares, o currículo da escola estava em sintonia com Art. 11 do DL 4.244/1942<sup>7</sup>. No entanto, ressalta-se que o Ginásio Pinheiro também desempenhou

<sup>7</sup> Lei Orgânica do Ensino Secundário - Decreto Lei nº 4244/1942 - Art. 11. As disciplinas indicadas no artigo anterior terão a seguinte seriação: (Vide Lei nº 1.359, de 1951) - Primeira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Matemática. 5) História geral. 6) Geografia geral. 7) Trabalhos manuais. 8) Desenho. 9) Canto orfeônico. Segunda série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) História geral. 7) Geografia geral. 8) Trabalhos manuais. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico. Terceira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil.

papel na formação católica dos alunos, ou seja, na educação dos adolescentes foi incluído o ensino religioso que:

fazia-se de forma interdisciplinar no curso ginásial do GP, perpassando o tempo e o espaço escolar: no início das aulas os alunos formavam, cantavam e rezavam todos os dias, comemorava-se o mês mariano, as festas de santos, principalmente São José, o patrono do colégio, missas de ação de graças e outros eventos católicos (SOARES, 2016, p. 132).

Paralelamente às aulas de ensino religioso também ocorria a formação cívica moral com práticas e festas cívicas. Com isso, o Ginásio Pinheirense realizou a formação dos jovens ancorados no patriotismo, com os símbolos nacionais e deveres e direitos do cidadão (SOARES, 2016). Além dessas práticas, os profissionais da instituição escolar buscaram desenvolver a educação moral e cívica dos alunos através:

[...]do controle dos horários de entrada e saída do estabelecimento, ao cumprimento do tempo reservado à aula, à postura correta de sentar-se e prestar atenção às aulas, a exigência do silêncio nos corredores internos do prédio, ao modo correto de vestir o uniforme, dentre outras. Essas práticas objetivavam a formação do aluno nos aspectos da responsabilidade, cidadania e controle da vontade. Portanto, no GP, materialidade, arquitetura e práticas escolares estavam pautadas pela religião católica, moral e civismo. (SOARES, 2016, p. 134).

A partir de 1953 o Ginásio Pinheirense ofertava o curso ginásial de quatro anos e após 1963, com a nova LDB, começou a oferecer o Colegial. Sendo assim, em 10 anos de funcionamento apresentou ampliação do número de vagas, tendo começado em 1953 com 54 alunos (uma turma feminina e uma mista). Em 1963 foram 189 alunos matriculados nas quatro séries do curso ginásial. Os concluintes, de modo geral, desses dez anos de funcionamento progrediram na escolarização, atingindo o ensino superior em diversos cursos, como por exemplo, Direito, Serviço Social, Pedagogia, dentre outros (SOARES, 2016).

As análises históricas de Soares (2016) sobre o Ginásio Pinheirense durante os anos de 1953 a 1963 não se esgotaram, uma vez que a referida instituição escolar passou por transformações administrativas e pedagógicas com o início da ditadura civil-militar. Por conseguinte, o Ginásio Pinheirense ficou denominado no ano de 1963 como Colégio Pinheirense e procurou dar continuidade aos objetivos da educação nacional.

Nesse conjunto, percebeu-se que até o ano de 1953, Pinheiro contava na sede, apenas com dois grupos escolares: Odorico Mendes (rede estadual) e Elizabeto Carvalho (rede municipal). Quanto aos Grupos Escolares, sabe-se também da existência da Escola Domingos Perdigão (rede estadual) do Grupo Escolar Maria Paiva Abreu (rede estadual), além do Grupo

Escolar Agostinho Ramalho Marques<sup>8</sup>.

Durante o levantamento das pesquisas para esta produção acadêmica, constatou-se nos históricos da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a grande influência do Município de Pinheiro na criação da Escola Domingos Perdigão o qual compôs o cenário educacional do Município a partir de uma história pouco evidente: A educação formal da comunidade do povoado Pacas, hoje bairro distante da periferia, que iniciou-se em 1915, com a fundação de uma pequena escola particular financiada pela Igreja Católica. Em 1918, foi fundada a Escola Municipal pelo intendente José Anastácio, sendo ampliada em 1920 pelo Prefeito Josias de Abreu Peixoto. Em 1º de dezembro de 1930 o Prefeito Raimundo José Pimenta fechou a Escola e após quase um ano, ele adquiriu um novo prédio e criou a escola em novembro de 1931 então denominada Escola Domingos Perdigão.

Quanto às demais instituições do Município foi possível identificar a Escola Comercial da ACREP – ECA (1962), e o Ginásio Comercial Professora Ináh Rêgo (1971) que também estiveram em funcionamento paralelo ao Colégio Anchieta do Maranhão, no recorte temporal estabelecido para esta pesquisa (1970-1973) e, de uma forma direta ou indireta, possibilitaram avanços no sistema educacional.

A trajetória histórico-educacional da Escola Comercial ACREP-ECA, teve seu início em 1960 com a criação da Associação Comercial e Recreativa dos Estudantes de Pinheiro-ACREP, fundada pelos alunos pinheirenses que estudavam em São Luis. A Associação não era apenas uma entidade promotora de festas e jogos no período de férias, mas, uma instituição com objetivos mais amplos e metas bem definidas, sendo que uma delas era a de qualificar técnicos na área comercial aptos a preparar o comércio local para os novos desafios

---

<sup>8</sup> Com base no depoimento da Sra. Sandra Mendes, a Prof.<sup>a</sup> Deny Reis Leite (ex-Secretária Municipal de Educação) que - colaborou com as informações sobre a Educação de Pinheiro permitindo-nos identificar outros movimentos escolares contextualizando –os de forma muito breve acerca destes espaços: A rede escolar estadual no município de Pinheiro, fora ampliada com a construção do Grupo Escola Maria Paiva Abreu (1970), localizada no bairro do Campinho e o Grupo Escolar Agostinho Ramalho Marques (1970), localizado nas proximidades do bosque do babaçu. Ainda nesse contexto, a professora relatou que por falta de espaço físico para atender a demanda da matrícula, houve o desdobramento de turnos no horário diurno com a implantação do horário intermediário perfazendo um total de três turnos que se dividiam das 7h às 11h, das 11h às 14h30, das 14h30 às 18:00h, nos Grupos Escolares Odorico Mendes (1927) e Grupo Escolar Elizabete Carvalho (1940). Sobre o corpo docente, este era constituído por 50% com professoras não tituladas (leigas). O Secretário Estadual de Educação e Cultura, Dr. José Maria Cabral Marques, mediante convênio entre o Ministério da Educação e Cultura – MEC, Estado e Município, autorizou a contratação de professoras normalistas e professorandas (alunas do curso normal) do Colégio Pinheirense. Tratando ainda deste depoimento, na administração do Prefeito Manuel Maria Soares Paiva (1966-1969), foi instalado o Departamento Municipal de Educação e o cargo de Diretora foi conferido a Prof.<sup>a</sup> Deni Reis Leite. Dentre as metas operacionalizadas por este departamento, além da expansão de matrícula da rede municipal, foi realizada pela 1ª vez em Pinheiro, a capacitação dos professores municipais, mantido por voluntários e profissionais das mais diversas áreas, a saber: Dr. Arruda – Promotor Público, Dra Edinólia – médica, Dr. José Augusto – dentista, Pe. Bento Dominici – vigário, Iolanda Lopes – Assistente Social e as Professoras Maria Regina Durans e Terezinha Leite.

impostos pelo modelo que começava a direcionar a economia regional e do Estado. O início dessa instituição é mencionada com o seguinte fragmento escrito por Alvim:

Pretendíamos mudar, inovar, fazer algo que até então não fora feito. Direcionar as nossas energias para algo concreto que se revertesse em benefício para a população.[...] na outra semana já estávamos ministrando aulas á noite no Grupo Escoar Odorico Mendes , aulas de alfabetização para adultos e orientando alunos de outras escolas que não haviam conseguido resultados satisfatórios nas provas de junho. Essas atividades começaram a incomodar. Essa Sociedade não é só para fazer festa para esses meninos? Essa rapaziada tá de olho na politica . As férias acabaram e voltamos para as nossas atividades em São Luis. Três meses depois, fizemos uma reunião no auditório da Biblioteca Pública Benedito Leite com um numero maior de companheiros e decidimos pela criação de um Ginásio noturno e gratuito em Pinheiro para os estudantes que não dispunham de tempo nem de recursos para estudar no turno diurno no Ginásio da Prelazia. (ALVIM, 2006, p. 108).

Com as contribuições de todos os associados em fevereiro de 1962 acontecia o primeiro exame de admissão para o ingresso na ECA, contando com um total de 92 alunos inscritos, sendo presidido pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, Prof. Luis Rêgo vindo de São Luís exclusivamente para isso.

Em 11 de março de 1962 a Escola teve seu marco de fundação e instalação no Grupo Escolar Odorico Mendes por determinação expressa do Sr. Secretário de Educação, Dr. Eloy Coelho. Estas informações foram desenvolvidas mediante dados do livro “Pinheiro em foco” do escritor pinheirense Aymoré de Castro Alvim (2006 ) e do Jornal Cidade de Pinheiro (1962).

Conforme matéria publicada no Jornal Cidade de Pinheiro, a inauguração da Escola foi marcada por uma vasta Programação a qual transcreveremos a seguir:

Sessão solene presidida pelo Prefeito Municipal. Des. Elisabetho Barbosa de Carvalho, várias autoridades civis e eclesiásticas, diretores e professores de outros estabelecimentos escolar. Posse da Diretoria, tarde esportiva no estádio Costa Rodrigues; Aula inaugural proferida pelo Dr. José de Castro Gomes, e missa em ação de graças, no auditório do Ginásio Pinheirense (JORNAL CIDADE DE PINHEIRO, n. 2019, 1962, p. 2).

Com a organização administrativa mencionada no Jornal Cidade de Pinheiro evidenciamos a seguir um quadro que expõe o nome de todos aqueles que contribuiram para o funcionamento da ECA:

Quadro 5 – Primeiros funcionários da ECA

<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>
Francisco Reis Castro	Diretor Técnico
Marieta Franco de Sá	Secretária
Maria Regina Durans	Professora

Quadro 5 – Primeiros funcionários da ECA (cont.)

NOME	CARGO
Terezinha Durans	Professora
Lenir Dias	Professora
Elisabeto Soares	Professor
José Anastácio Soares	Professor

Fonte: Alvim (2006).

Sobre a Escola Inah Rêgo cabe mencionar que ela foi criada em 21 de abril de 1971 sendo aberta inicialmente com o nome de Ginásio Comercial Professora Inah Rêgo, para homenagear uma Educadora Maranhense, nascida na cidade de Pinheiro, tendo sido planejado e fundado pelo Professor José Raimundo Rodrigues, que era destaque no jornalismo maranhense entre as décadas de 80 a 90.

O espaço físico para acolher o Ginásio até 1972 foi o prédio da Biblioteca Pública Municipal (Maçonaria de Pinheiro) e atendia, nesse período, em torno de 50 alunos. Depois mudou-se para outro espaço situado a Rua Floriano Peixoto até 1978, quando o Ginásio passou a ter um prédio próprio. A instituição era privada e iniciou suas atividades com o funcionamento do 1º e 2º grau e habilitação para formação em cursos técnicos em contabilidade, assistente em administração, tendo sido autorizados conforme resoluções nº 190/75, 209/76 – CEE (MARANHÃO, 1972).

A partir do histórico do Ginásio Inah Rêgo, percebe-se que a instituição permaneceu como instituição privada até 1986, sendo vendido em 30 de dezembro de 1987 sob o CGC nº 06210579/0001-01 para o Município de Pinheiro, pelo valor de Cz\$ 1.52.217,00 (um milhão quinhentos e vinte e sete mil e duzentos e dezessete cruzados) conforme foi lavrada a sua escritura no cartório do 1º ofício do município, no livro nº 65 e folha nº 65, de acordo com o histórico do Colégio.

No quadro a seguir, mostraremos, o levantamento feito das instituições que compunham o cenário educacional do município de Pinheiro no período antecedente e corrente a existência do Colégio Anchieta do Maranhão.

Quadro 6 – Escolas que desenvolviam funções sociais na década de 50

INSTITUIÇÃO ESCOLAR	ANO DE ABERTURA	LOCAL	INFORMAÇÕES ENCONTRADAS ACERCA DA INSTITUIÇÃO
Ginásio Pinheirense	19 de março de 1953	Funcionava na casa de Josias Abreu- à Rua Luis Domingues	A primeira turma era mista. Depois com duas turmas: Turma A, composta de alunos do sexo feminino, Turma B, composta de alunos do sexo masculino; a primeira com quatro séries, a segunda com três séries. Ingresso mediante exame de admissão. A primeira turma era mista. Alguns de seus alunos Neném Amorim Cici Amorim, Odalva, Zuíla, Maria Costa, Luzia Freitas (irmã de Dilú), Terezinha Ramalho, Dilú Freitas. Heraldo Pimenta, Benedito Baú, Tinche, Afonso Guimarães, Zequinha Gomes.
Escola Paroquial	1950	Bairro da Matriz	Começaram em 1950, com 140 alunos.
Atelier Nossa Senhora do Sagrado Coração	-	Internato	É uma escola de corte, costura e bordados. Provida de material necessário e dirigida pelas irmãs, funcionava com uma matrícula de 30 alunas.

Fonte: Pavão (2012); Soares (2016).

Quadro 7 – Instituições que funcionavam no mesmo período do CAM

INSTITUIÇÃO ESCOLAR	ANO DE FUNDAÇÃO	NATUREZA
Grupo Escolar Odorico Mendes	1927 1ª ao 5º ano (primário)	Pública estadual
Escola Domingos Perdigão	1931 1ª ao 5º ano (primário)	Pública estadual
Grupo Escolar Elizabeto Carvalho	1940 1ª ao 4º ano (primário)	Pública municipal
Escola Comercial da Acrep – ECA	1962 11 de março de – 5ª a 8ª séries – Normal e Técnico em Contabilidade	Privada
Grupo Escolar Agostinho Ramalho Marques	1970 1ª ao 4º ano (primário)	Pública estadual
Grupo Escolar Maria Paiva Abreu	1970 1ª ao 4º ano (primário)	Pública estadual
Ginásio Comercial Professora Inah Rego	1971 21 de abril de 5ª a 8ª séries – Normal e Técnico em Contabilidade	Privada

Fonte: Pavão (2012); Soares (2016); Jornal Cidade de Pinheiro (1971); Histórico das escolas (2015).

Conforme o quadro 6, podemos perceber as escolas que contribuíram para o cenário educacional pinheirense, estando localizadas na sede do município e vinculadas a

Congregação Católica. No quadro 7, destacamos as escolas que funcionavam no mesmo período com o CAM, onde apenas uma era mantida pelo Governo Municipal, de modo que quatro eram mantidas pelo Governo Estadual e duas eram privadas.

Além dessas, outras instituições eram destinadas apenas a obras sociais<sup>9</sup> se destinando a realizações de fins social com caridade para as pessoas menos abastadas.

Como foi possível observar, tanto o governo Municipal, como o Estadual e o setor Privado fizeram parte das iniciativas educacionais pinheirenses. Diversas Escolas foram identificadas nesse contexto estabelecendo uma nova dinâmica no cenário educacional. Percebeu-se também, que o cenário educacional não foi fixo, ou seja, houve modificações nas nomenclaturas de algumas Escolas e outras tiveram seu tempo escolar muito curto devido aos entraves que ficaram evidentes nesta seção e por conseguinte ajudou-nos a compreender as mudanças no processo educacional.

---

<sup>9</sup> Patronato São Tarcísio 1952 – 1955 Av. Eurico Dutra Destina-se a educar os menores desamparados. Regime de internato. Abriu-se em 1952, com 20 educandos, número que se elevou a 27 nos anos de 1953 a 1955. Círculo Operário - fundado em 1953, com o objetivo de dar assistência aos operários, funcionou com 200 sócios, sob a direção de um padre da Prelazia. Ambulatório Nossa Senhora do Sagrado Coração das obras de ação social da Prelazia, é o ambulatório dos mais úteis. Foi dirigida por uma irmã que tem curso de enfermagem, com formidáveis os benefícios distribuídos à pobreza nos curativos, nas visitas domiciliares e nos remédios fornecidos gratuitamente.



#### **4 COLÉGIO ANCHIETA DO MARANHÃO: origens, organização e cotidiano escolar**

Esta seção objetiva descrever a criação do Colégio Anchieta do Maranhão caracterizando o seu funcionamento e a sua organização, tendo como base as informações levantadas através de entrevistas realizadas com o grupo composto por ex-professoras e ex-alunos, além de pesquisas no Jornal Cidade de Pinheiro, nos arquivos da Unidade Escolar José de Anchieta (antigo Colégio Anchieta do Maranhão) e, fundamentalmente, junto ao arquivo pessoal da Professora Maria Rita Lobato Gonçalves, uma das fundadoras desta instituição escolar. Tais dados nos permitiram perceber o seu cotidiano quais sejam: sua criação, quem compunha o quadro de professores, como eram as suas práticas, a distribuição dos alunos, atos legais, a reforma educacional da década de 1970, as normas e as festividades.

##### **4.1 As origens do Colégio Anchieta do Maranhão**

De acordo com os arquivos mencionados na 1ª seção, o Regimento Interno, possibilitou identificarmos o período da criação do CAM ocorrido em 1º maio de 1970. Este dado é correspondente a abertura do Colégio, ou seja, à inauguração, porém, o seu funcionamento só aconteceu a partir do dia 5 de maio de 1970.

O artigo I do regimento interno publicado no Diário Oficial do Maranhão - DOM, ano LXIV, n. 93, de 21 de maio de 1971, esclarece:

O Colégio Anchieta do Maranhão, sediado na cidade de Pinheiro, do Estado do Maranhão tinha como finalidades educacionais oferecer curso pré-primário (Jardim de Infância Zemariazinho), primário, admissão ao ginásio, artesanais para crianças e jovens de ambos os sexos, sendo uma instituição privada.

Dentre as finalidades do CAM registradas nos dispositivos gerais, os artigos 37º e 38º ampliam o entendimento destas finalidades, a saber:

Disposições Gerais: Art. 37º - O Colégio manterá em horário noturno, um curso primário gratuito com a duração de quatro anos para adolescentes e adultos. Art. 38º - A critério da Congregação que julgará da oportunidade, poderão ser mantidos outros cursos, tais como, secundário, normal, científico, clássico, curso de aperfeiçoamento de professores, além da escola maternal, curso de economia doméstica e outras, que o interesse da comunidade vier exigir. (MARANHÃO, DIÁRIO OFICIAL DO MARANHÃO, n. 93, 1971, p. 6).

Quanto ao contexto em que fundação do Colégio se insere, consideramos necessário trazer algumas características de como este foi formado. Segundo informações contidas no Memorial Descritivo do CAM, a instituição iniciou suas atividades em princípio como “Jardim de Infância Zemariazinho” de 1970 a 1973 e com o ensino de 1º grau de 1971 a 1973.

A partir desses elementos, narrar a História do Colégio Anchieta do Maranhão enquanto instituição de natureza privada significa refazer um longo caminho, apesar da sua curta temporalidade.

Portanto, o ciclo de vida da instituição sendo de apenas quatro anos letivos, não diminui a sua importância como espaço de ensino em Pinheiro na medida em que nosso interesse é o de verificar a contribuição deixada para o campo da educação no Município. Além disso, a relevância das fontes justifica uma análise mais atenta da sua trajetória.

O colégio surge do sonho de uma mulher, professora e mãe que perdeu seu primogênito. A Professora Maria Rita Lobato Gonçalves (Marita), dava passos largos, muito à frente de seu tempo, levando meninos e meninas a serem capazes de compreender os ensinamentos repassados e, para isso, fundou no Município de Pinheiro- MA, um Jardim de Infância. O Jardim de Infância Zemariazinho, nome dado em homenagem ao seu filho que havia falecido ainda criança, foi um estabelecimento de educação pertencente à rede privada de ensino e com capacidade para atender crianças de 5 a 6 anos. Diante disso, ela lembra que:

Em 1965, perdi o meu filho mais velho, com nove anos de idade. Perder um filho é conviver com a dor. A mãe que perde um filho nunca mais será a mesma, pois levará a dor e a saudade para sempre no seu peito. Vivia triste e para “secar as minhas lágrimas,” fundei um Jardim de Infância, o Zémariázinho. (GONÇALVES, 2018).

Desse modo, consideramos necessário fazer uma leitura de como se apresentava o espaço do Jardim de Infância instalado em uma casa alugada nas proximidades do Obelisco (marco centenário da cidade de Pinheiro), à Avenida Presidente Dutra no centro da cidade.

Conforme relata a Professora Marita Gonçalves, a organização da estrutura física foi caracterizada pelo alpendre da entrada, na expressão “sejam bem-vindos” que complementava a primeira visão do lugar e um pequeno hall onde era realizado o acolhimento das crianças. Este local era decorado por um painel de parede da Branca de Neve e os sete Anões que tomava o espaço de toda a lateral direita. Havia sido desenhado e pintado pela mentora da instituição. Pela lateral esquerda, bancos à sombra e um parque com brinquedos de madeiras. Os tons de azul, rosa e amarelo contornavam o espaço e coloriam aquele pequeno mundo infantil.

As salas encontravam-se divididas por diversas áreas de trabalho, nas quais as crianças poderiam desenvolver a imaginação e a aprendizagem, dando-lhes a oportunidade de explorar materiais e de elevar a criatividade.

Uma porta de madeira dividia os dois espaços ricamente decorados para atender os pequeninos, sendo então, uma sala de aula com dez cadeiras azuis, dez amarelas e dez em cor

de rosa e jarros com flores organizadas da mesma cor que eram pintadas as mesas se encontravam colocados no centro de cada uma delas. Na outra sala ficavam os brinquedos, baús de fantasias, roupas usadas, livros infantis, bonecas, espelhos, tábua de passar, ferro de engomar, bolas, enfim, todos os brinquedos que as crianças daquela época gostavam. O quintal era coberto de areia branca sendo um outro espaço para as brincadeiras. A professora recorda que: “Quando terminavam as aulas, os adultos buscavam as crianças, porém, aqueles que moravam próximo fugiam das suas casas para brincar no Jardim e ainda tinha uma aluna que chorava para não ir para casa”. (GONÇALVES, 2018).

Observa-se que nesse período, ainda não funcionava o ensino de 1º grau do Colégio Anchieta do Maranhão, era apenas o Jardim de Infância, que aos poucos foi merecendo crédito da comunidade o que estimulou a Prof.<sup>a</sup> Marita a criar o CAM, ofertando o ensino primário.

#### **4.2 O Colégio Anchieta do Maranhão percorrendo espaços diferentes**

Para caracterizarmos os espaços do Colégio Anchieta do Maranhão recorreremos a Nosella & Buffa (2013, p. 27), ao afirmarem que:

Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade.

Os autores alertam que os estudos que envolvem instituições escolares devem ser construídos com um conjunto de possibilidades para que aos poucos o objeto apresente um produto acabado como resultado da pesquisa. Partindo de tal lógica pontuaremos a seguir a delimitação deste estudo que será amplamente discutido no tocante aos espaços que envolvem a organização escolar do CAM.

A denominação de Colégio Anchieta do Maranhão foi adotado por sugestão da professora Marita Gonçalves em uma homenagem a José de Anchieta, “Apóstolo do Brasil”. Para explicar esta afirmativa, nos reportamos a entrevista da professora:

Adotei o nome Colégio Anchieta do Maranhão, a partir de uma pesquisa que fiz a procura de um nome que se adequasse a educação e que combinasse com o Colégio que eu queria formar. Demorou um pouco, mas ao ler sobre o Padre Anchieta, logo tomei a decisão, pois a sua história de vida era intensa Para além de padre jesuíta, foi historiador, gramático, teatrólogo, poeta e, assim, mereceu lugar de destaque, dada a riqueza e relevância dos seus trabalhos. Foi para homenagear o primeiro Professor do Brasil - Padre José de Anchieta que coloquei o nome do Colégio. Depois verificamos que no sul do Brasil, existia um Colégio Anchieta muito famoso e para

fazer a diferença, complementamos com nome do estado do Maranhão. (Gonçalves, 2018).

Em razão do crescimento no número de crianças matriculadas no Jardim e da demanda para o Ensino Primário, no dia 02 de março de 1971 começou a funcionar duas modalidades de ensino em paralelo, sendo estes os três períodos do Jardim de Infância e o 1º ano do ensino primário. Nesse momento, a atividade ainda não estava legalmente autorizado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), porém esta tramitação só veio se realizar no ano de 1973.

Segundo a depoente, naquela época, as instalações eram simples e pequenas, portanto, era necessário e urgente encontrar outro espaço para alojar a instituição. O lugar escolhido foi um prédio situado na Rua Floriano Peixoto, por ser amplo e adequado para atender os alunos e professores. Neste espaço permaneceu até o ano de 1971.

Pela imagem abaixo, observamos a arquitetura da casa, com grandes janelas, o que permitia a entrada da luz e da ventilação natural, itens necessários para um ambiente agradável e propício às práticas escolares. Isso se justifica pelo fato de que o Município de Pinheiro apresenta temperatura alta durante o ano inteiro, variando entre 23° C e 36° C, de modo que tende a baixa rsoamente durante a noite (IBGE, 2017),deste modo, este se tratava de um lugar mais espaçoso e confortável se comparado com a instalação anterior, permitindo o ingresso de novos alunos.

Foto 1 – Fachada do 2º prédio do Colégio Anchieta do Maranhão



Fonte: A autora (2019).

Pontuamos ainda, que o principal motivo para a ampliação do Colégio se deu porque o curso primário e o ciclo ginásial foram ampliados à obrigatoriedade de oito anos e denominados de ensino de 1º grau, com disciplinas de Núcleo Comum obrigatórias e uma parte diversificada para atender as características locais. O então chamado ensino de 1º grau passou a atender um público na faixa etária de sete a quatorze anos e o núcleo comum foi denominado de “comunicação e expressão, estudos sociais e ciências”, de modo que a divisão entre as disciplinas desapareceu, como descreve a citação abaixo:

Conforme consta na página oficial do Ministério da Educação, mais precisamente a da LDB de 1971, “[...] para efeito do que dispõe os artigos 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau”. (BRASIL, 1971).

Vale ressaltar, mediante informações da Prof.<sup>a</sup> Marita Gonçalves, que em Pinheiro, à época as escolas para acolher as crianças ingressantes de 5ª a 8ª série eram todas da rede privadas, não havendo escolas públicas para esta demanda.

No final do século XX, a educação no Município de Pinheiro/MA estava à margem do seu desenvolvimento e apresentava um crescimento populacional amplo. A mudança na educação fluiu quando o 5º ano primário foi extinto e os alunos(as) se viram obrigados a migrar para a 5ª série do 1º grau (antes 1ª série ginásial), pois o ensino primário foi fundido com os quatro anos do ginásial dando origem ao ensino de 1º grau com a duração de oito anos.

Neste momento, existiam apenas três escolas ginásiais privadas: o Colégio Pinheirense, fundado em 1953 e que funcionava nos turnos matutino para mulheres, vespertino para homens e noturno para mulheres e homens adultos; a Escola Comercial da ACREP, fundada em 1962, funcionando no período noturno para mulheres e homens adultos; o Ginásio Ináh Rêgo, fundado em 1971 e que, também, funcionava no horário noturno para mulheres e homens adultos.

Todavia, a demanda, em consequência da nova Lei 5692/71 – Lei das Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, aumentou consideravelmente. As crianças não poderiam estudar a noite, pois a Lei elenca critérios para o ensino diurno, envolvendo para tal período a faixa etária de 5 a 14 anos de idade conforme já anunciamos. O Colégio Pinheirense, o único dessa modalidade que funcionava no período diurno, não abarcava todas as crianças pela manhã, além disso, as mensalidades eram consideradas altas para que as famílias arcassem com tal despesa.

### 4.3 Construindo a Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão

A necessidade de expandir o CAM para a modalidade ginásial surgiu por intermédio da professora Marita Gonçalves que convidou outras colegas professoras para uma reunião no intento de ampliar a instituição que à época ainda era somente o jardim de infância Zemariazinho: “nos juntamos, eu, Terezinha Leite, Gracinha Moreira e Anete Bacelar, e formamos uma Sociedade. A Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão criada para fins de educar e instruir as crianças e os adolescentes de Pinheiro.” (Gonçalves, 2018).

Diante disto, é oportuno lembrar que Pinheiro vivia seu processo de expansão da rede privada de ensino, diante do cenário brasileiro pouco favorável financeiramente, afinal se tratava dos anos de chumbo no país. (MARANHÃO, JORNAL CIDADE DE PINHEIRO, 1971).

Desta reunião foi lavrada uma ata, narrando, em síntese, acerca da constituição de uma sociedade civil denominada “Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão” visando implantar e difundir o ensino de 1º grau na cidade de Pinheiro. Tal documento denominado de Ata da Sessão Extraordinária do Colégio Anchieta do Maranhão, foi datada de 15 de abril de 1972.

Para esta formação foi preciso definir quatro professoras que deveriam executar as atividades econômicas e pedagógicas do Colégio de acordo com a função que lhes coubessem. Pela organização administrativa mencionada na referida ATA percebe-se a preocupação com a organização do Colégio, sobre isso os excertos da ata confirmam: “[...] a ideia de transformar o Colégio Anchieta do Maranhão de primário para estabelecimento de primeiro (1º) grau de acordo com as disposições gerais dos estatutos (PINHEIRO, 1972)”, ou seja, adequar o ensino do Colégio sob os trâmites da Lei 5692/71. Desta forma, pode-se afirmar que sua formalização obedeceu aos padrões da “sociedade” para o funcionamento legal.

Na sequência, o mesmo documento segue descrevendo os deveres e tarefas de cada sócia no dia-a-dia do Colégio, verificando se os projetos e as expectativas com relação ao negócio que pretendiam abrir eram compatíveis e consensuais, pois uma sociedade ideal tem pessoas com habilidades diferentes, mas que se completam, atuando em parceria. Segundo este registro estabelece as funções e responsabilidades de cada sócia possibilitando que cada integrante executasse as suas tarefas. A reunião teve a participação das professoras que compunham a Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão formada por: Maria Rita Gonçalves Lobato Gonçalves – Diretora Pedagógica, Terezinha da Costa Leite Guterres – Diretora

Administrativa, Ana Luiza Bacelar Viana – Diretora Financeira e Maria da Graça Moreira Leite – Diretora Secretária. (PINHEIRO,1972).

A seguir, a figura 7 mostra a Ata do dia 15 de abril de 1972:

Figura 7 – Cópia da Ata da Sessão Extraordinária do Colégio Anchieta do Maranhão

Cópia

ATA da sessão extraordinária do Colégio "Anchieta do Maranhão realizada em 15 de abril do corrente ano.

Aos quinze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois (1.972), por convocação do sr. Diretor Maria Rita Lobato Gonçalves, reuniram-se, na sede provisória do CAM (Colégio Anchieta do Maranhão) à Av. José Sarney nesta cidade, as professoras Teresinha da Costa Leite Guterres, Maria da Graça Moreira Leite, e Ana Luiza Bacelar Viana Bragança, com a finalidade de constituir Uma Sociedade Civil denominada "SOCIEDADE COLÉGIO ANCHIETA DO MARANHÃO", visando fundir o ensino de 1º (primeiro grau) nesta cidade. Em seguida usou da palavra a educadora Teresinha da Costa Leite Guterres, provando em sua breve e objetiva oratória com dados estatísticos, a necessidade do surgimento de mais estabelecimento de ensino, atendendo aos anseios e realidades da classe estudantil de nossa cidade. Com a palavra o Diretor - Maria Rita Lobato Gonçalves sugeriu a idéia de transformar o Colégio Anchieta do Maranhão de modo a ser para estabelecimento de primeiro (1º) grau de acordo com as disposições Gerais dos Estatutos (Capítulo XV - arts 38 / A proposta minuciosamente examinada foi aprovada por unanimidade. Usando da palavra o Diretor Maria Rita Lobato Gonçalves, esclareceu a pronôncia da eleição para constituição da Nova Diretoria da Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão. Procedeu-se em seguida à eleição cujos resultados foram os seguintes: - / DIRETOR ADMINISTRATIVO - Teresinha da Costa Leite Guterres, com 3 (três) votos e um em branco. DIRETOR PEDAGÓGICO - MARIA RITA LOBATO GONCALVES, com tres (3) votos e um (1) em branco. DIRETOR SECRETARIO - Maria da Graça Moreira Leite, com 3 (três) votos e um em branco. DIRETOR FINANCEIRO - Ana Luiza Bacelar Viana Bragança, com 3 (três) votos e um (1) em branco. O novo Diretor Administrativo - agradeceu a confiança nela depositada e dedicou-se junto aos demais membros da Sociedade aos serviços do Colégio. Eu, ANA LUIZA BACELAR VIANA BRAGANÇA, secretária "ad hoc" escrevi a presente ata, que lida, achada conforme e aprovada por todos os presentes vai devidamente assinada. ass) / MARIA RITA LOBATO GONCALVES. ANA LUIZA BACELAR VIANA BRAGANÇA. / TERESINHA DA COSTA LEITE GUTERRES. Está conforme ao original.

Pinheiro, 15 de abril de 1.972.

\_\_\_\_\_  
MARIA RITA LOBATO GONCALVES

Ana Luiza Bacelar Viana Bragança  
ANA LUIZA BACELAR VIANA BRAGANÇA

Maria da Graça Moreira Leite  
MARIA DA GRAÇA MOREIRA LEITE

Teresinha da Costa Leite Guterres  
TERESINHA DA COSTA LEITE GUTERRES

Fonte: Ata da Sessão Extraordinária do Colégio Anchieta do Maranhão (1972).

Ainda neste mesmo mês, exatamente no dia 22, outra convocação para reunião fora feita pela diretoria, desta vez para "[...] fazer modificações no estatuto do Colégio anexando a

sociedade que fora constituída, bem como as atividades de cada membro, pois os efeitos para a autorização de funcionamento necessitavam desta adequação" (PINHEIRO, 1972).

Figura 8 – Cópia da Ata da Sessão Extraordinária do Colégio Anchieta do Maranhão

CÓPIA

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SOCIEDADE COLÉGIO "A ANCHIETA DO MARANHÃO, realizada no dia vinte e dois (22) de abril do corrente ano.

Aos vinte e dois (22) dias do mes de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois (1.972), às 10 (dez) horas, em sua sede provisória à Avenida Frederico Peixoto, nesta cidade de Pinheiro do Estado do Maranhão, por convocação do Diretor Administrativo, reuniu-se em Assembléia Geral, a Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão para fazer modificações dos Estatutos da entidade. Aberta a sessão pelo Diretor Administrativo, esta, de imediato, apresentou a proposta para alterar os seguintes artigos dos Estatutos da entidade, que passaram desta data a ter a seguinte redação: "/

CAPITULO 1º - Artigo 1º - Fica constituída uma Sociedade Civil para os fins e bases estipulados nêstes Estatutos. Parágrafo Primeiro - A Sociedade denomina-se SOCIEDADE ANCHIETA DO MARANHÃO, é de prazo indeterminado e é composta de quatro (4) membros. CAPITULO III - Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria da Sociedade não responderão solidária ou individualmente pelas obrigações contraídas em nome da entidade. CAPITULO IX - Artigo 18º - A Diretoria da Sociedade é composta de quatro (4) membros que são: DIRETOR ADMINISTRATIVO - Teresinha da Costa Leite Guterres. DIRETOR PEDAGÓGICO - Maria Rita Lobato Gonçalves. DIRETOR SECRETÁRIO - Maria da Graça Moreira Leite. DIRETOR FINANCEIRO - Ana Luiza Bacelar Viana Bragança. Parágrafo Segundo - Competem aos Diretores Administrativo e Financeiro as Funções estipuladas nas letras D e E ou separadamente. Parágrafo Quarto - Haverá obrigatoriamente reuniões mensais dos quatro Diretores para prestação mútua de contas das suas atividades. Parágrafo Quinto - As atribuições deste parágrafo competem ao Diretor Secretário. Artº 41 - Os Estatutos poderão ser modificados por deliberação da maioria dos sócios atendendo as necessidades do Colégio. Parágrafo Primeiro - Cada sócio tem direito a um voto. As deliberações serão tomadas por maioria de votos. O Diretor Administrativo presidirá as reuniões desta cabendo-lhe voto de qualidade e desempatado. Parágrafo Segundo - Será votado e poderá ser revisto sempre que necessário, o Regimento Interno. Parágrafo Terceiro - Nas faltas ou impedimentos ocasionais, o Diretor Administrativo será substituído pelo Diretor Pedagógico. Os Diretores Secretário e Financeiro, digão, e FINANCEIRO se substituirão mutuamente. Recebendo à aprovação geral dos presentes, foi ainda determinado que tais modificações entrarão em vigor após a transcrição da presente ata no Livro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Pinheiro. Na da mais havendo a tratar, eu, Maria da Graça Moreira Leite, Diretor Secretário, escrevi a presente ata que, lida, achada conforme e aprovada por todos os presentes, vai devidamente assinado. ass) TERESINHA DA COSTA LEITE GUTERRES. MARIA RITA LOBATO GONCALVES. ANA LUIZA BACELAR VIANA BRAGANCA. MARIA DA GRAÇA MOREIRA LEITE. Está conforme ao original. Pinheiro, 25 de abril de 1.972.

*Teresinha da Costa Leite Guterres*  
Teresinha da Costa Leite Guterres.  
Diretor- Administrativo

*Maria da Graça Moreira Leite*  
Maria da Graça Moreira Leite

Fonte: Ata da Sessão Extraordinária do Colégio Anchieta do Maranhão (1972).



Esta segunda Ata registra a alteração dos Capítulos I, III, IX do Estatuto do Colégio que trata da alteração da modalidade de ensino a partir da Lei 5692/71, conforme já referido, o que viria a preencher uma lacuna nesta fase de ampliação na rede privada de ensino, importante não só para os alunos de Pinheiro, mas também, para os municípios circunvizinhos.

Assim sendo, a partir de maio de 1972, para atender a demanda dos alunos, foi iniciado o 1ª grau com as 5ªs séries em combinação desenvolvida junta a Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão.

Para reafirmar a ampliação nessa modalidade de ensino do Colégio Anchieta do Maranhão, de acordo com entrevista, a Prof.<sup>a</sup> Marita Gonçalves, explica: “colocamos anúncios em jornais e fizemos reuniões com os pais, com isso, conseguimos montar duas turmas de 5ª series, uma de 6ª série e uma de 7ª série no dia 02 de maio de 1972”.

#### **4.4 Um novo espaço**

Nesse mesmo ano de 1972, o Colégio Anchieta mudou-se para outro prédio, localizado na Avenida Paulo Ramos, nº 80. Era a casa de uma das diretoras, a Professora Maria da Graças Moreira Leite, que havia locado para a sociedade do Colégio e lá permaneceu até a sua mudança para o prédio construído pelo Governo do Estado do Maranhão em fevereiro de 1974. Vale ressaltar que a sociedade Colégio Anchieta do Maranhão dispunha de um terreno ao lado do Hospital Nossa Senhora das Mercês, em Pinheiro, para a construção do prédio próprio e, com a mudança de instituição particular para a publica conforme dispunha o seu Estatuto, o bem que pertencia a sociedade foi vendido e os recursos divididos entre as sócias.

O espaço da Av. Paulo Ramos, se destacou pelo fato de representar uma nova organização escolar para abrigar os alunos nas salas de aula que eram maiores do que as dos espaços anteriores. As turmas eram mistas chegando a ter quarenta alunos em cada uma. Seu funcionamento se dava pela manhã com o Jardim de Infância Zé mariazinho e o 1º ano primário, e pela tarde com a 5ª, a 6ª e a 7ª séries do 1º grau.

Figura 9 – Fachada do Colégio Anchieta



Fonte: Raimundo BeckmanSoares(1972).

Por esta imagem, verificamos que era um prédio amplo, com salas grandes e arejadas, além de uma sala onde funcionava o pátio interno e do quintal com árvores que acolhiam em suas sombras as crianças para as brincadeiras no horário do recreio, haja vista, que o Colégio não dispunha de quadra esportiva. Tinha também, uma biblioteca, um terraço, banheiros e cozinha. Ainda com referência ao espaço, destaca-se o auditório onde aconteciam as reuniões de pais e os eventos culturais, entretanto, quando estes contemplavam um público maior, agregando professores, alunos e a sociedade local, eram realizados no Cine Iacy (local para projeção de filmes onde aconteceu também, a aula inaugural do ano letivo de 1973, conforme anúncio do Jornal Cidade de Pinheiro – Figura 12) ou no Casino pinheirense (espaço de convivência e lazer onde aconteciam os eventos culturais da cidade), visto que, eram dois espaços amplos situados no entorno do CAM.

Figura 10 – Espaço das reuniões do CAM –  
*Cine e Teatro Iacy*



Fonte: Raimundo Beckman Soares(1969).

Figura 11 – Reportagem sobre o Início do  
Ano Letivo do CAM



Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro (1973).

Nessa imagem, é possível avistar a publicação sobre o início das atividades letivas no CAM. O Jornal Cidade de Pinheiro destaca a manchete com o título “COLÉGIO ANCHIETA INICIA ATIVIDADES LETIVAS”. E sobre o fato escreveu:

[...]o auditório do Cine Iacy foi o local escolhido para o primeiro encontro dos alunos e mestres do Colégio Anchieta do Maranhão ao iniciar as atividades letivas do ano de 1973. A aula inaugural foi proferida pelo Sr. Arnaldo Domingos de Sousa, gerente do Banco do Brasil em Pinheiro que discorreu sobre o tema, “ a importância da aprendizagem no mundo atual” baseado em profundos conhecimentos sócio-econômico e psicológico [...]. (JORNAL CIDADE DE PINHEIRO, 1973, p. 3).

Percebe-se que o Jornal tem em seus escritos a postura de falar sobre a aula inaugural colocando em evidência o tema abordado pelo palestrante, bem como os conhecimentos que seriam atribuídos a partir da palestra.

Continuando a compor este estudo, O Memorial descritivo do CAM – Colégio Anchieta do Maranhão traz informações que nos auxiliaram na descrição desta seção no que tange ao número de alunos matriculados, contratação de professores, declarações da ciência quanto às disciplinas trabalhadas, contrato de locação de trabalhos, termo de aceitação, solicitação de autorização junto ao Departamento de Ensino Médio (DEM), para os professores lecionarem, corpo docente, currículo e carga horária, relação de material para o ensino e dos livros da biblioteca.

#### 4.5 O ingresso no CAM

De acordo com o Regimento Interno do CAM, foi possível perceber que os ingressos obedeciam a exigências, a saber :

Capítulo III: Das Matrículas e transferências: Art. 6º - Todos os alunos estarão sujeitos à matrícula regular em cada ano letivo não sendo permitidos alunos ouvintes; Art. 8º - Para admissão a qualquer curso, será exigido, além do requerimento dirigido à Diretoria pelo pai, mãe ou pessoa responsável pelo aluno a certidão de idade extraída do registro civil. Art. 9º - Para admissão dos alunos aos diferentes cursos do Colégio, serão consideradas as idades estabelecidas em lei.

O CAM estava voltado para atender um público composto de alunos provenientes de famílias de classe alta e média, as quais se encontravam aptas a custear a instrução de seus filhos na instituição. Contudo, outros alunos de distintos segmentos sociais também compunham o quadro discente. Em tal contexto, importa pontuar que o quadro de alunos era composto pelos filhos (as) daqueles que constituíam a elite pinheirense, ou seja, juiz, promotor, bancários, fiscal de renda (coletor), médicos, advogados, professores, comerciantes, fazendeiros, além daqueles reconhecidamente menos abastados, que tiveram seu ingresso através da concessão de bolsas de estudo.

Por essa razão, sempre surgiam comentários no Município de Pinheiro de que os alunos matriculados nesta instituição eram considerados da elite, da alta sociedade. Mediante entrevista da ex-aluna, Ana Maria Costa Ferreira (2018), “todos queriam que suas filhas e filhos estudassem no CAM, porque o jeito de ser das práticas escolares era diferente”.

Para instrumentalizar a nossa discussão, nos apropriamos dos dados que compõem os documentos para esta pesquisa:

### **1. Regimento Interno publicado no Diário Oficial do Maranhão(1971):**

CAPÍTULO IV. Da Admissão. Artigo 10º - O Colégio concederá de acordo com os requisitos disponíveis, bolsas de estudos aos alunos pobres, exigindo dos bolsistas como garantia da gratuidade até o final do curso, aproveitamento e procedimentos bons.

### **2. Memorial Descritivo do Colégio (1972)<sup>10</sup>:**

Histórico – [...] caracterizando o ideal detêr educadoras mães, imbuídas no desejo de ajudar aos alunos menos favorecidos, o Colégio concedia 23 bolsas de estudo, não obstante a exígua mensalidade. [...] o Colégio concede este ano, 48 bolsas. [...] 80% dos alunos matriculados são reconhecidamente pobres, não tendo condições de efetuar o pagamento em dias.

### **3. Documento apresentado ao Secretário de Educação do Maranhão em 8 de novembro de 1973<sup>11</sup>:**

Justificativa – conforme apresentação da situação do Colégio Anchieta do Maranhão e considerando que o mesmo abriga em sua maioria, alunos reconhecidamente pobres, as Diretoras, ao proporem doar o Colégio para o Estado, confiam na

---

<sup>10</sup>Anexo B.

<sup>11</sup>Anexo C.

Secretaria de Educação, através do seu eficiente Secretário, pois reconhecem que só um Colégio Público, atenderá as necessidades dos referidos alunos [...].

Sobre esse assunto, ainda se tem registro da entrevista com a professora Terezinha Leite Guterres, a qual afirma que o CAM proporcionava para alguns alunos, uniformes, calçados e utensílios necessários para a permanência na referida instituição. Pretende-se com isso, desobstruir a imagem que era atribuída à instituição de que esta ela atendia apenas a elite da sociedade pinheirense.

O Colégio era mantido com a mensalidade de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros), não recebendo ajuda de nenhum órgão público. Todo o dinheiro arrecadado era revertido para o pagamento do aluguel do prédio, material didático, material de expediente, folha de pagamento dos outros professores, pessoal de apoio<sup>12</sup>e obrigações sociais. Segundo a Prof.<sup>a</sup> Marita, “o Colégio funcionava sem débitos nos encargos sociais. Desde o dia que a escola abriu até o dia que fechou, pagávamos todos os impostos corretamente. Não sobrava quase nada para nós” (Gonçalves, 2018).

A seguir, elaboramos o quadro 6 que permite visualizar o total de alunos matriculados divididos por turmas.

Quadro 8 – Matrículas de 1972 (171 alunos)

<b>TURNO MATUTINO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>TURNO VESPERTINO</b>	<b>TURMAS</b>	<b>TOTAL</b>
JARDIM DE INFÂNCIA	23	1º grau 5ª série	Turma 51	55
1º SÉRIE (PRIMÁRIO)	10	–	Turma 52	56
2ª SÉRIE (PRIMÁRIO)	12	–	–	–
3ª SÉRIE (PRIMÁRIO)	08	–	–	–
4ª SÉRIE (PRIMÁRIO)	07	–	–	–

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir do Memorial descritivo (1972) e Gonçalves (2018).

<sup>12</sup> Todos os demais funcionários que não eram diretoras e nem professoras. Essa nomenclatura consta no Memorial descritivo do Colégio Anchieta do Maranhão.

No ano de 1973 ampliaram-se as matrículas, ficando assim distribuídas:

Quadro 9 – Matrículas de 1973 (390 alunos)

TURNO MATUTINO	TOTAL	TURNO VESPERTINO	TURMAS	TOTAL
JARDIM DEINFÂNCIA	46	1º Grau 5ª SÉRIE	51, 52, 53	157
1º SÉRIE (PRIMÁRIO)	24	1º Grau 6ª SÉRIE	61	88
2ª SÉRIE (PRIMÁRIO)	14	1º Grau 7ª SÉRIE	71	11
3ª SÉRIE (PRIMÁRIO)	23	–	–	–
4ª SÉRIE (PRIMÁRIO)	27	–	–	–

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir do Memorial descritivo (1972) e entrevista (2018; 2019).

A análise dos dados apresentados nos quadros 8 e 9 permite verificar que houve um aumento no número de matriculados a partir de 1972, e isto se dá devido ao fato de ela passou a receber os alunos provenientes de outras instituições e que saíram do 5º ano primário. Com isso, o total de discentes matriculados passou de 171, no ano de 1972, para 390 no ano de 1973. Vale ressaltar que não foram localizadas estatísticas dos anos de 1970 a 1971, porém as hipóteses levantadas acerca do número de alunos no início da criação do Colégio, justificam-se por ter sido o ano em que a instituição havia iniciado as suas atividades além do que a nova lei, a 5692/71, ainda não havia sido sancionada.

Neste contexto, não identificamos o total de alunos conforme o gênero, porém, quanto a idade, percebemos que estão separados mediante a divisão das turmas, ou seja, na 5ª série os alunos que frequentavam a turma 51 eram aqueles que tinham idade de 11 a 12 anos, os da turma 52 obedeciam a idade de 12 a 13 anos e os da turma 53 eram os alunos com idade acima de 13 anos “Essas turmas eram organizadas por faixa etária e cada uma tinha uma identificação em números para facilitar o trabalho pedagógico. As 5ªs séries recebiam os números 51, 52, 53, as 6ªs séries, 61, 62, e a 7ª, 71”. (GONÇALVES, 2018).

#### 4.6 Os trâmites para a autorização

O Diário Oficial do Estado, publicado sexta-feira, dia 21 de maio de 1971, Ano LXIV número 93 – páginas – 24, sob a responsabilidade do Redator-chefe Merval de Oliveira Melo, publicou o Estatuto do Colégio Anchieta, contendo em seis páginas, quinze capítulos e quarenta artigos, sob o valor de Cr\$ 425,00 – quatrocentos e vinte e cinco cruzeiros

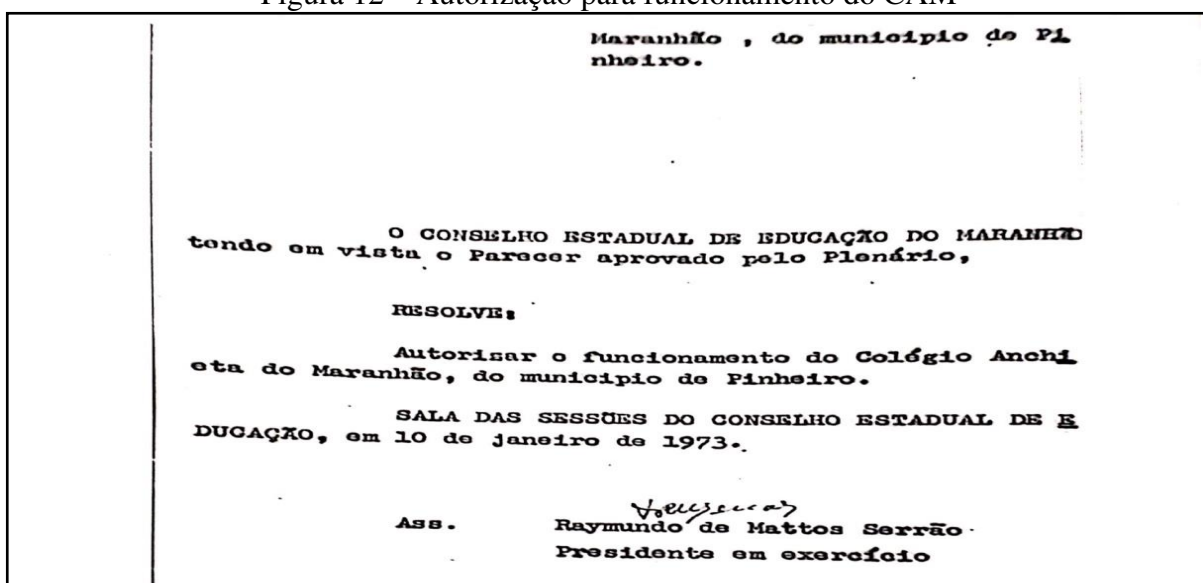
(pagamento para o Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado - SIOGE para publicação do Regimento no Diário Oficial do Maranhão) pelo Tabelião vitalício Deusdedit Carneiro Leite, sendo este o princípio passo para a autorização do CAM.

Nesse contexto, a Prof<sup>a</sup> Marita Gonçalves relata:

Éramos, então quatro diretoras. [...]fixamos um valor para as mensalidades, por toda a existência da escola, ainda assim, tínhamos mais de trinta alunos bolsistas. Desde o dia que a escola abriu até o dia que fechou, pagávamos todos os impostos corretamente. [...]Nossa escola era toda regularizada. Na época, o Conselho de Educação, demorava a fazer a autorização, mas, como tínhamos amigos por lá, não demorou nada. No Conselho de Educação, trabalhava Orlando Leite, (conhecido nosso), Mariinha, (outra amiga), o medico obstetra, Dr. Serrão, também membro do Conselho. Tínhamos três pessoas importantes no Conselho de Educação e isso facilitou a autorização. (GONÇALVES, 2018).

Criada em conformidade com a Resolução nº 14/73, de 10 de janeiro de 1973, do Conselho Estadual de Educação e seguindo sua orientação, o Colégio Anchieta do Maranhão passou a funcionar com a mesma organização curricular aplicada às demais escolas, seguindo assim a exigência da Lei 5692/71, como expressa o referido documento de autorização de funcionamento:

Figura 12 – Autorização para funcionamento do CAM



Fonte: Gonçalves (1973).

Por este documento observamos que a autorização para o funcionamento do Colégio Anchieta do Maranhão, só foi concedida em 10 de janeiro de 1973.

De acordo com a Resolução nº 04 de 31 de janeiro de 1972, o Conselho Estadual de Educação – CEE, estabeleceu normas para o funcionamento e reconhecimento do Ensino médio, a saber:

Art. 2º - Para que possam funcionar, os estabelecimentos de Ensino Médio deverão ter autorização do Conselho de Educação através da Inspeção ou órgão próprio, para o que devidamente instruídos dos elementos essenciais, farão requisição. Art. 3º - São condições para autorização e reconhecimento: [...] III - Idoneidade, irrepreensível conduta moral, capacidade e competência do Diretor, do Corpo docente e auxiliares devidamente legalizados, de acordo com as normas do Departamento Nacional de Educação - D.N.E [...] (MARANHÃO, 1972, p. 1).

Percebe-se, então, que a autorização era uma prática exigida pelo Conselho Estadual de Educação para o funcionamento das Escolas. Antes dessa data a instituição funcionava, mas, sem os procedimentos exigidos pelo CEE. A autorização dava ao CAM a condição de ensinar o 1º grau. O Jornal Cidade de Pinheiro divulgou a matéria:

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AUTORIZA COLÉGIO <<ANCHIETA>> DO MARANHÃO:** Pela resolução nº 14/73 de 11 de Janeiro de 1973 foi autorizado o funcionamento do Colégio <<Anchieta>> do Maranhão. Foi mais uma vitória conquistada graças ao idealismo das Diretoras e organização exemplar do Colégio. Por nosso intermédio e Diretoria agradece a todos que têm prestigiado o Colégio <<Anchieta>> e de modo especial o Dr. Raimundo de Mattos Serrão - Presidente do Conselho - Conselheiros Dr. Orlando da Silveira Leite e Dr. Nivaldo Macieira. (JORNAL CIDADE DE PINHEIRO, n. 2431, 1973).

Figura 13 – Matéria sobre a legalidade do CAM

**Equipe XI do Projeto Rondon em Pinheiro**

Integrada pelos estudantes: Evêlino Xavier de Jesus, Edson de Araújo, Angelina de Matheus, de Dirson, Laudemir Maria de Melo, veterinária e Rui de Albuquerque, de Dirson, e Beatriz Mastrelli de O. O grupo XI do Projeto Rondon, que atua em função de chefe da equipe, vai trabalhar em nossa cidade a partir do dia 15 de janeiro.

Os jovens estudantes que irão, uma das metas principais, procurar de ritores do governo federal, a poluição do ar, graças da juventude brasileira.

---

**SAGRIMA promete construção Barragem Jurubeba - Melo**

Acompanhado de Deputado Estadual Manoel Paiva, o secretário de Agricultura, Dr. Lourenço Vieira da Silva, ocorreu em que foram tratados assuntos de grande interesse a nossa região. No final do dia, o secretário de Agricultura, Dr. Lourenço Vieira da Silva, esteve em audiência com o governador do Estado, Dr. José Sarney, para tratar da construção da Barragem Jurubeba, obra que beneficiará a grande bacia do rio São Francisco. Também foi discutido o problema da seca e a construção de barragens de pequeno porte.

**AMAPA O MAIS NOVO PETROLEIRO NO MAR**

Com a presença de autoridades de porte brasileiro, o Ministério dos Transportes, Superintendente de Engenharia de Petróleo e do Estado de Pernambuco, foi lançado em Angra dos Reis, RJ, o petroleiro AMAPA, o primeiro navio brasileiro de uma série de 4, de 12.000 toneladas, que será construído no Brasil. O AMAPA possui 108 metros de comprimento, 25,25 metros de boca, sendo seu preço de construção de cerca de R\$ 100 milhões.

---

**HOJE A GRANDE DECISÃO DO SENADOR MADALENO SANTOS EM SÃO LUIZ S. BENTO X CODO**

**FESTAS E REIS**

DE CIDADE DE PINHEIRO. AOS SEUS LEITORES, COLABORADORES E ANUNCIANTES

---

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO VAI CONSTRUIR COLÉGIO EM PINHEIRO**

Reativado pelo Prefeito Raimundo Pinheiro, na cidade, com o objetivo de atender a demanda por vagas escolares, a Secretaria de Educação promete a construção imediata do referido prédio, devendo ser concluído até o próximo mês de junho.

**Boa Esperança a grande realidade**

A OBMAT, pela sua competência técnica e administrativa, está realizando em nossa cidade o primeiro teste para a dia 15 de fevereiro. Considerada como a referência do nosso Município, a Obmat de Boa Esperança propiciará a todos os interessados a realização de novos exames e logo a construção de maior poder aquisitivo.

**AGUA - Velho Projeto será realizado**

Assim na gestão do Sr. Prefeito Manoel Paiva, o projeto de construção de uma estação de tratamento de água em nossa cidade, que já estava em andamento, agora graças aos esforços do atual Deputado Manoel Paiva, será realizado e vai trazer a população de Pinheiro a água potável e limpa, proporcionando a todos a saúde e o bem-estar.

**SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, VAI A PINDORAMA TRAZER RUMO CERTO PARA O NOSSO DESENVOLVIMENTO**

LEIA NA 2ª PAGINA

---

**Conselho Estadual de Educação Autoriza Colégio «Anchieta» do Maranhão**

Pela resolução nº 14/73 de 11 de Janeiro de 1973 foi autorizado o funcionamento do Colégio «Anchieta» do Maranhão. Foi mais uma vitória conquistada graças ao idealismo das Diretoras e organização exemplar do Colégio.

Por nosso intermédio e Diretoria agradece a todos que têm prestigiado o Colégio «Anchieta» e de modo especial o Dr. Raimundo de Mattos Serrão - Presidente do Conselho - Conselheiros Dr. Orlando da Silveira Leite e Dr. Nivaldo Macieira.

---

**Edição de Hoje**

8 PAGINAS  
CR\$ 0,50

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, n. 2431 (1973).



Ainda na mesma página desse periódico, a Secretaria de Estado da Educação anuncia que vai construir um Grupo Escolar com oito salas de aula e pavilhão para ensino profissional a ser entregue até o mês de julho de 1973. Para melhor compreensão transcreveremos o conteúdo da matéria jornalística:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO VAI CONSTRUIR PRÉDIO EM PINHEIRO  
Reivindicado pelo prefeito Raimundo Pinheiro junto ao MEC, sairá ainda este ano um grupo escolar em nossa cidade, com oito salas de aulas e pavilhão para ensino profissional. A propósito o Secretário de Educação prometeu a construção imediata do referido prédio devendo ser concluído até o próximo mês de junho. (JORNAL CIDADE DE PINHEIRO, n. 2431, 1973).

#### 4.7 As Diretoras e Professoras

A seguir, apresenta-se a foto das diretoras e professoras do CAM, encontrada no acervo particular da Sandra Mendes, que a disponibilizou para este estudo:

Figura 14 – Diretoras e Professoras do CAM<sup>13</sup>



Fonte: Mendes (1971).

Para dar continuidade a análise dos sujeitos, passa-se então aos professores e as diretoras. O ser professor, nesse caso, fez parte do perfil que estes tiveram a partir da formação inicial no magistério. As professoras que auxiliaram a compreensão sobre esse tempo histórico (1970-1973), acompanharam o desenvolvimento social na construção do

<sup>13</sup> Da esquerda para direita: Prof<sup>a</sup> Maria Fausta de C. Gomes (visitante); Prof<sup>a</sup> Maria Rita Lobato Gonçalves (Marita); Prof<sup>a</sup> Maria da Graça Moreira Leite (Gracinha Moreira); Prof<sup>a</sup> Maria Luiza Bacelar Viana (Anete).

Colégio Anchieta do Maranhão e se tornaram os “sujeitos agentes” deste trabalho, pois exerciam também o papel de diretoras.

A diretoria foi o cerne do CAM, pois detinha domínio sobre as finanças, controlava e organizava o funcionamento da instituição garantindo o cumprimento das normas, fiscalizando o trabalho de funcionários e professores, além de manter relação com a comunidade estudantil. Tudo isso tinha finalidade de embasar o diálogo funcionando como meio de impor representações do real, que poderiam orientar diferentes práticas.

Considerando este contexto, verificamos nos excertos das entrevistas dos docentes as quais fundamentaram a seção II deste trabalho, a partir do final dos anos 50, que as mulheres que possuíam qualificação pelo magistério já apareciam à frente de várias práticas escolares no município de Pinheiro. Para complementar a professora Marita Gonçalves (2018) menciona:

Recebi como presente de formatura, a minha nomeação. Orlando Leite quem me deu. E fui para trabalhar no Odorico Mendes. Quando cheguei em Pinheiro, encontrei as professoras: Doris, Maria Quitéria Cerveira (a primeira poetisa de Pinheiro), Maria Fausta de Carvalho Gomes, Maria Vitória Leite, Maria de Nazaré Cerveira Durans e eu. Ali naquele momento, estava a nata. Todas formadas no Colégio Santa Tereza. Maria Fausta era uma professora preparadíssima.

A partir dessa passagem, o que se pode observar é que havia várias normalistas habilitadas para atuar no ensino em Pinheiro. Diante de tais registros, fica evidente o importante papel ocupado pelas professoras dentro da instituição, nos diferentes cargos ocupados durante o seu funcionamento.

Mota (2008, p. 132) tece comentários sobre o papel da mulher professora,

[...] o fazer pedagógico, ampliado por múltiplas atuações da mulher professora, constitui um desafio contra a opressão de um sistema de ensino que insiste em tratar seus sujeitos essenciais (professoras e professores) como meros coadjuvantes na história da educação. Esse fato evidencia as relações de poder e uma das dimensões da opressão nas relações de gênero, visto que as grandes decisões nos sistemas de ensino são tomadas pelos homens, apoiadas em teias de legislações, também de autoria majoritária masculina. [...] deste modo, procuramos incentivar o regaste da memória de mulheres professoras, a partir da construção de trajetórias e reprodução de vivências no cotidiano escolar e, simultaneamente, dar visibilidade ao legado educacional maranhense por meio da pessoa mulher.

No livro de declarações, termos de aceitação e contratação de serviços da Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão, verificamos que o exercício da função do magistério foi desempenhado, em sua grande maioria, por indivíduos do sexo feminino e era comum que uma mesma docente atuasse com mais de uma disciplina, porém vale considerar que havia somente um indivíduo do sexo masculino neste grupo, sendo ele o Professor Antônio Carlos Guterres que ministrava a disciplina de Educação Física, pois, nesse período era normal que

professores homens a ministrassem, e isto se justifica mediante o memorial descritivo que serviu de guia para esta pesquisa.

Para uma melhor apreciação elaboramos o quadro 10 que auxilia na compreensão do quadro de professoras que estiveram à frente da diretoria do Colégio Anchieta do Maranhão. Na sequência, cabe expor de maneira breve, apesar da sua complexidade, alguns dados que permitem compreender a conexão desses sujeitos com o colégio.

Quadro 10 – Diretoras e Professoras do CAM no período de 1970 a 1973

NOME	INDÍCIOS BIBLIOGRÁFICOS
<p><b>TEREZINHA COSTA LEITE GUTERRES</b></p> <p><b>Data de nascimento: 08/11/1929</b></p>	<p>Diretora Administrativa e Professora (Normal pedagógico) na 5ª série das disciplinas Matemática e História do Brasil (autorizada pelo Departamento de Ensino Médio - DEM) no período de 1º de maio a 15 de dezembro de 1972, no CAM. Desenvolveu importante função no município de Pinheiro. Foi a 1ª professora normalista e a 1ª diretora da Escola Nossa Senhora do Sagrado Coração. Estudou em São Luís na Escola Rosa Castro, foi aluna interna e trabalhava como secretária nesse colégio. Aprendeu como fazer e como fundar um colégio. Na escola normal do estado, no Liceu Maranhense, também foi aluna. Fez 48 cursos de aperfeiçoamento de professores, dentre eles o curso de Cades - Curso de Aperfeiçoamento de Ensino Secundário.</p>
<p><b>MARIA RITA LOBATO GONÇALVES</b></p> <p><b>Data de nascimento 29/11/1934</b></p>	<p>Fundou o Jardim de Infância Zemariazinho (1970) e o Colégio Anchieta do Maranhão, foi Diretora Pedagógica e Professora (Normal pedagógico) na 5ª série das disciplinas de Geografia e Educação Artística (autorizada pelo DEM) no período de 1º de maio a 15 de dezembro de 1972, do CAM. Iniciou seus estudos básicos em São Luís no Instituto Rosa Castro e no Colégio Santa Tereza. Aluna da professora Zoé Cerveira, na disciplina Metodologia na Escola Normal. Diplomou-se Professora em São Luís na Escola Normal do Instituto de Educação do Maranhão. Formou-se em Pedagogia pela UFMA. É Acadêmica Titular Fundadora Emérita da Academia Pinheirense de Letras Artes e Ciências – APLAC.</p>
<p><b>MARIA DA GRAÇA MOREIRA LEITE</b></p> <p><b>Data de nascimento 06/04/1937</b></p>	<p>Professora - Normal Pedagógico, Jornalista e Escritora. Foi Diretora, Secretária e Professora na 5ª série das disciplinas Ciências e Educação Moral e Cívica (autorizada pelo DEM) no período de 1º de maio a 15 de dezembro de 1972, do Colégio Anchieta do Maranhão. Iniciou seus estudos básicos em Pinheiro e continuou-os em São Luís, no Colégio Santa Tereza do Instituto das Dorotéias. Coursou o Normal no Instituto de Educação do Estado, graduou-se em Pedagogia pela UFMA. Titular Fundadora Emérita da Academia Pinheirense de Letras Artes e Ciências – APLAC, onde exerceu o cargo de Bibliotecária.</p>
<p><b>MARIA LUISA BACELAR VIANA</b></p> <p><b>Data de nascimento 18/04/1940</b></p>	<p>Professora (Normal pedagógico), Participou do Seminário de estudos pedagógicos da Lei 5692/71, Diretora Financeira e Professora na 5ª série das disciplinas Comunicação e Expressão e Francês (autorizada pelo DEM) no período de 1º de maio a 15 de dezembro de 1972, do Colégio Anchieta do Maranhão. Graduada em Letras pela UFMA.</p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir do Memorial descritivo (1972) e entrevistas (2018; 2019).

Considerando o percurso histórico, as representações, as influências, assim como as práticas destas professoras, é possível afirmar que elas se tornaram referências em educação na cidade de Pinheiro, o que se deu pelos inúmeros préstimos a área.

No conjunto que acabamos de destacar, consideramos também outras que trabalharam no CAM as quais informaremos a seguir:

Quadro 11 – Professoras do CAM no período de 1971 a 1973

<b>PROFESSORAS DO JARDIM DE INFÂNCIA E DO ENSINO PRIMÁRIO</b>	
<b>MARIA ANITA MARINHO SOARES</b>	Professora do Jardim de Infância Zémariazinho (1971 a 1973) (autorizada pelo DEM)
<b>MARIA ANGÉLICA DA PURIFICAÇÃO REIS</b>	Professora da 1ª série.(1970 a 1973) (autorizada pelo DEM)
<b>MARIA DE JESUS MARINHO SOARES</b>	Professora da 2ª série. (1971 a 1973) (autorizada pelo DEM)
<b>LUISA AMÉLIA GUTERRES CARNEIRO</b>	Professora da 3ª série. (1971 a 1973)
<b>ALMIRA DE JESUS MELO SOARES</b>	Professora da 4ª série. (1972 a 1973)

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir do Memorial descritivo (1972) e entrevistas (2018; 2019).

As Professoras eram em número de 12 sendo que 4 acumulavam a função de Diretoras. A grande maioria era autorizada pelo Departamento de Ensino Médio (DEM). Essa autorização justifica-se pelo fato de que as professoras possuíam apenas o magistério e o 4º ano adicional e o Conselho Estadual de Educação a partir da Lei 5692/71 no Capítulo V, Art. 30 alínea a, parágrafo primeiro, que trata da formação mínima para o exercício do magistério fazia exigências, observando no que couber o disposto nas Resoluções CEE, nos 4/64 e 6/66:

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau; § 1º Os professores a que se refere a letra a poderão lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro séries ou, quando em três mediante estudos adicionais correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando fôr o caso, formação pedagógica. § 2º Os professores a que se refere a letra b poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2ª série do ensino de 2º grau mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo. § 3º Os estudos adicionais referidos nos parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos superiores. (BRASIL, 1971).

Frente a isso, o Conselho Estadual da Educação, disponibilizou uma relação de documentos na Resolução CEE – nº 1/72 para o exercício do magistério que deveriam ser apresentados pelos professores que trabalhassem nas Instituições de 1º grau dentre elas, a autorização pelo Departamento de Ensino Médio (DEM).

De acordo com o Memorial Descritivo, para o cargo de Direção, as professoras se dispuseram a trabalhar voluntariamente, isso é justificado em entrevista pela professora Marita Gonçalves (2018): “acatamos a decisão de trabalharmos voluntariamente na função de diretoras porque o Colégio estava apenas começando e nesse momento teríamos que organizar o espaço para acolher os alunos”.

Sobre o trabalho voluntário das Diretoras, o Regimento Interno, expressa no capítulo IX, parágrafo III sobre a Diretoria e Administração: “Os Diretores perceberão um pró-labore mensal, estipulado de acordo com a situação econômica financeira do estabelecimento”, ou seja, se a saúde financeira não estivesse favorável, elas não deveriam receber os benefícios do trabalho.

O pró-labore dos professores pelos serviços prestados era designado por salário-hora, em conformidade com as determinações do Salário Mínimo Regional em vigor, porém, a Professora que acumulava o cargo de Secretária recebia como remuneração aos serviços prestados o valor de Cr\$ 92,00 (noventa e dois cruzeiros). No quadro a seguir exibiremos outras professoras e funcionários que foram contratados ficando assim organizada a administração deste Colégio:

Quadro 12 – Professoras (es) e funcionárias da Administração do CAM no período de 1972 a 1973

<b>PROFESSORAS DO JARDIM DE INFÂNCIA E DO ENSINO PRIMÁRIO</b>	
<b>NORMA FERREIRA</b>	Professora de Francês
<b>CINDOCA SOARES</b>	Professora de Religião.
<b>ANTONIO CARLOS GUTERRES</b>	Professor de Educação Física
<b>MARIA JOSÉ LOBATO AZEVEDO (D. DEDÉ)</b>	Inspetora de Aluno
<b>NAIR MATOS</b>	Zeladora

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Memorial descritivo (1972) e entrevistas (2018; 2019).

Sobre a sistemática de contratação destes últimos, percebe-se através do quadro, que apenas trabalhou nesta instituição, um Professor, conforme mostramos a seguir o referido contrato de trabalho e, que em relação às demais, assim que contratadas, também receberam como remuneração dos aos serviços prestados, o salário-hora em conformidade com as determinações do Salário Mínimo Regional em vigor. Vale salientar que todas as outras

Professoras e Diretoras possuem um contrato no formato que segue, os quais estarão evidentes também como anexos neste trabalho.

Figura 15 – Termo de Aceitação

Termo de Aceitação.

Pelo presente termo, declaro que aceito o contrato para lecionar no Colégio "Anchieta do Maranhão" / com sede na cidade de Pinheiro Ma, as seguintes matérias: MATEMÁTICA E HISTÓRIA.

Pinheiro, 1º de maio de 1972.  
*Terezinha da Costa Leite Guterres*  
 :- Terezinha da Costa Leite Guterres

Fonte: Arquivo do Colégio Anchieta do Maranhão (1972).

A figura 15 apresenta o modelo do Termo de Aceitação do contrato para lecionar a disciplina adequada ao perfil da professora, neste caso Matemática e História, datado de 1º de maio de 1972, constando a assinatura da professora das disciplinas, Terezinha da Costa Leite Guterres.

Esses documentos (figuras 15 e 16) evidenciam os trâmites das professoras ingressantes no CAM. Percebe-se que tais docentes só poderiam ser funcionárias se assinassem o “Termo de Aceite” que caracterizava a disponibilidade dela. Diante disso, ficou constatado que todas as professoras(es) deveriam assinar este termo para poder firmar o contrato de locação dos trabalhos, conforme mostra Figura 16.

Figura 16 – Contrato de Locação de Trabalho

Sociedade Colégio "Anchieta do Maranhão"  
 Pinheiro — Maranhão  
 5362

Contrato de locação de serviços que entre si fazem, de um lado, A Sociedade Colégio "Anchieta do Maranhão" em estabelecimento de Ensino do 1º grau, nesta cidade de Pinheiro, neste ato representada pela sua Diretora - D. Terezinha da Costa Leite Guterres, brasileira, casada, professora Normalista, domiciliada e residente nesta cidade e, de outro lado, como Lecador, o Sr. ANTONIO CARLOS CUNHA GUTERRES, brasileiro, casado, professor, domiciliado e residente nesta cidade, nesta e na melhor forma de direito, conforme as cláusulas seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA** - A Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão, contrata o Lecador para lecionar a seguinte matéria: EDUCAÇÃO FÍSICA, durante o ano letivo de 1972.

**CLAUSULA SEGUNDA** - Como remuneração aos seus serviços prestados o Colégio pagará o salário hora, de conformidade com as determinações do Salário Mínimo Regional em vigor.

Assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias, de igual teor juntamente com as testemunhas a tudo presentes.

Pinheiro (MA), 1º de maio de 1972.

\_\_\_\_\_  
 ANTONIO CARLOS CUNHA GUTERRES.  
 (PROFESSOR)

\_\_\_\_\_  
 TEREZINHA DA COSTA LEITE GUTERRES.  
 (DIRETORA)

Testemunhas:  
 01-  
 02-

Fonte: Arquivo do Colégio Anchieta do Maranhão (1972).

Com relação as demais Professoras dos quadros 9 e 10, cabe observar que não foi possível identificar se houve formação profissional de nível superior, o que se sabe é que estas possuíam o curso Normal (Magistério) conforme foi identificado no Contrato de trabalho (anexo H). Sobre o Professor Antônio Carlos Guterres, registra-se a sua participação em vários cursos de Educação Física em 1971, 1972 e 1973, conforme relato de entrevistas da professora Terezinha Leite Guterres.

O quadro 11, embora mostre que três das professoras possuíam formação profissional de nível superior, justifica-se que isto só aconteceu após o período de atuação no Colégio Anchieta do Maranhão, porém, a professora que possuía o Curso de Aperfeiçoamento de Ensino Secundário (CADES), concluiu-o na década de 60. Desta forma, alguns elementos foram se organizando de modo a indicar o crescimento desse colégio junto à comunidade pinheirense.

Sobre os casos que envolviam definição de turma, classe ou ano que cada professora iria assumir, era decidido pela Diretora pedagógica, conforme verificamos no Regimento Interno do CAM. Tal questão fica explicada através das memórias da Professora Maria Angélica.

Eu fui convidada para trabalhar no Jardim de Infância Zemariazinho quando começou. Foi o meu primeiro emprego. Aprendi tudo, com a Diretora. Sabia alfabetizar. As crianças não tinham dificuldades em aprender e saíam dali lendo tudo, porém passei só um ano no Jardim e depois fui para outra turma do primário (MARQUES, 2018).

Partindo de tal relato percebeu-se que ela foi professora pioneira da instituição, além disso, tratava do seu primeiro emprego, e no Jardim de Infância, por exemplo, não havia uma exigência legal, bastando apenas o diploma do Normal (Magistério) além de “gostar de crianças”. De acordo com a entrevista, existia um grau de amizade com a diretora e isso facilitou a sua contratação. Essa relação se fortaleceu no decorrer da atuação profissional, a partir de ações desenvolvidas dentro da sala de aula, juntamente com a professora Marita. Um trabalho que gerava saber e experiência.

É interessante observar que a professora Maria Angélica acompanhou a sua turma do Jardim quando ascendeu ao ensino primário, uma vez que relata ter passado apenas um ano como professora do Jardim. Isso se justifica pelo apego que se firmou entre as crianças e suas professoras durante o período de estudo.

Continuando a compor esta dissertação, rememorar o CAM através dos seus ex-alunos, sujeitos e agentes desta pesquisa, atribuídos pela gratidão, admiração, respeito e

reconhecimento é fazer lembrar como eram as funções desempenhadas pelas Professoras na formação dos seus alunos. Diante disso a ex-aluna Ana (2018) comenta:

Recordar esse tempo que morei em Pinheiro é voltar ao passado com excelentes lembranças. Quando comecei a estudar no Colégio Anchieta do Maranhão, havia saído de uma Escola totalmente tradicionalista onde tinha um Frei que era temido por todos. [...] o convite para estudar no CAM, partiu de uma das donas. [...] mulheres inteligentes, capacitadas e atuantes, fundaram o Colégio. O prédio era em uma casa de uma delas, que foi reformado e tinha uma decoração totalmente alegre. O Colégio era diferenciado em tudo: na farda, na sua estrutura, nas festas comemorativas, e na metodologia bem mais dinâmica do que o anterior. Todos éramos felizes aquele estabelecimento de ensino. [...] não lembro nada de ruim. O que ficou na minha memória foram momentos bons [...].

Maria Goretti (2018) diz que,

Desde os primeiros dias que fui para esse Colégio, senti que a preocupação dessas quatro mulheres de frente, era a formação integral dos alunos. Elas inventavam todo tipo de atividades para que pudéssemos descobrir os nossos talentos. [...] muitos professores me marcaram como: Cindoca – pela dimensão religiosa e espiritual, Marieta, professora de matemática, nos levava ao mundo do raciocínio lógico, exigindo sempre clareza, argumento e rapidez no raciocínio, Maria de Jesus Reis, professora de português. [...] aprendi com a maioria delas a tratar bem da Diretora a Zeladora do Colégio; sinto nas fibras do meu saber que recebi uma boa educação, dentro das possibilidades daquela época. Amei esta escola. Amei meus professores.

Os relatos delas permitem identificar outras professoras que atuaram no Colégio Anchieta do Maranhão e como aconteciam as práticas na sala de aula. Retoma-se essas memórias por evidenciar que conviviam diariamente no espaço físico escolar, ora estudando, ora organizando as atividades do Grêmio estudantil. Ali práticas diversas aconteceram, amizades foram construídas e constituídas.

Neste contexto, a análise do memorial descritivo foi necessária, por representar uma fonte de informação documental importante, visto que o discurso construído neste documento é um elemento fundamental para se compreender como o Colégio Anchieta se constituiu, uma vez que este documento representa a visão oficial do Colégio.

#### **4.8 O currículo do CAM**

Tentando entender o cotidiano do CAM, organizamos material com o conjunto de disciplinas que compunham os conteúdos curriculares que tramitaram no período da referida pesquisa, podendo ser apreciadas no quadro a seguir:



Quadro 13 – Currículo e carga horária

MATERIAS	AULAS SEMANAIS
PORTUGUÊS	04 (quatro) aulas - 5ª e 6ª séries
MATEMATICA	04 (quatro) aulas - 5ª e 6ª séries
CIÊNCIAS	03 (três) aulas - 5ª, 6ª e 7ª séries
HISTORIA	02 (duas) aulas – 5ª e 6ª séries
GEOGRAFIA	03 (três) aulas - 5ª, 6ª e 7ª séries
EDUCAÇÃO ARTISTICA	02 (duas) aulas - 5ª e 6ª séries
EDUCAÇÃO MORAL E CIVICA	02 (duas) aulas - 5ª e 6ª séries
RELIGIÃO	02 (duas) aulas - 5ª e 6ª séries
FRANCÊS	02 (duas) aulas - 5ª e 6ª séries
EDUCAÇÃO FISICA	02 (duas) aulas - 5ª e 6ª séries

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir do Memorial descritivo (1972) e entrevistas (2018; 2019).

Nesta direção, sinaliza-se que o Conselho Estadual de Educação orientou na organização do currículo para as Escolas do Maranhão, (embora esta seja particular), a partir da Resolução nº 02/72, que cada matéria seria tratada na forma de atividades, áreas de estudos e disciplinas e o seu conteúdo devidamente adequado ao nível de maturidade dos alunos, não devendo perder-se de vista as peculiaridades regionais e locais. Nos estudos maranhenses em História e Geografia deveriam ser considerados os Planos e Programas do Governo Estadual (aprovada na seção plenária do Conselho Estadual de Educação em 31 de janeiro de 1972).

No que se refere às disciplinas de Educação Moral e Cívica e Religião, merece destaque o dispositivo abaixo:

A disciplina Moral e Cívica constituía-se, na época, em uma disciplina obrigatória nos currículos de 1º e 2º Graus, conforme o Artigo 7º da Lei 5.692, de 11/8/1971, assim como as disciplinas de Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde. No mesmo artigo, no parágrafo único, está especificado que o Ensino Religioso tinha matrícula facultativa embora fosse uma disciplina integrante dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º Graus. (BRASIL, 1971).

Na análise da referente citação, percebe-se que só a partir de 1972 houve a inclusão destas disciplinas no currículo do CAM, pois, a Lei 5692/71, só foi sancionada em agosto de 1971, quando o ano letivo já estava acontecendo.

#### 4.9 Entre as práticas e representações na sala de aula

No que se refere às práticas e representações em sala de aula fizemos a opção por apresentar este espaço entre tantos outros que situam-se no colégio, por se tratar de um ambiente recorrente nas muitas lembranças relatadas pelos sujeitos agentes. Por último abordaremos as festas escolares dando destaque ao desfile de 7 de setembro e a cerimônia de formatura.

Segundo constam nas entrevistas, professoras e alunas estudavam em harmonia, por sua vez, os procedimentos adotados pelo CAM eram regidos pela legislação vigente, conforme já anunciamos e com indícios de uma organização cedida do Colégio Dom Bosco da capital do Estado.

A responsabilidade de manter a sala de aula organizada, além de ser da professora, era também dos monitores com a parceria dos outros colegas. As docentes, além de cumprir com eficiência as suas obrigações pedagógicas no tocante a assiduidade e pontualidade, deveriam, também, impor respeito:

Reconhecemos que os alunos têm direitos. Entretanto, não esqueça que cada direito corresponde um dever. Nós não temos no nosso Colégio estruturas rígidas, porém, apreciamos a ordem e a disciplina. Gostamos de ser respeitados e, por isso, respeitamos os nossos alunos. Seja bem-vindo ao “COLÉGIO ANCHIETA”! (MANUAL DO ALUNO,1972).

Embora os alunos se sentissem, às vezes, intimidados com as aulas de alguns professores, como consta em seus relatos, foram unânimes em evidenciar acerca da qualidade das aulas que eram desenvolvidas no CAM, pois elas investiam em metodologias novas para desenvolverem os conteúdos. Segundo a ex-aluna Maria Goretti (2018),

[...] lembro-me que as Professoras, Marita Gonçalves, Terezinha Leite e Graçinha Moreira, se juntavam com as outras e com entusiasmo escolhiam os Monitores das turmas e nos pediam para sermos criativos em classe. Na minha classe, que fui monitora várias vezes. A gente chegava as 13h. Entrava na sala e arrumava tudo para esperar a Professora. Colocava um jarrinho de flores sobre a mesa e quando ela chegava, rezávamos Pai nosso e Ave-Maria antes de começar a aula, e também quando terminava a aula, isto na minha turma, [...] lembro que o lado das artes e da Literatura foi bem valorizado. Aprendemos bastante poesias, e a Professora Marita Gonçalves nos fez aprender de cor o hino nacional, hino da bandeira, hino do Maranhão, hino do descobrimento do Brasil, que até hoje me lembro. O CAM, foi muito bom. Aquela época sentia orgulho de estudar lá. A Professora Terezinha Leite, organizava pequenos concursos de artes entre equipes para aprendermos com mais facilidade Geografia e História.

A ex-aluna, no esforço de rememorar o cotidiano no CAM, fez um levantamento de alguns momentos que viveu acrescentando as práticas na sala de aula, para tanto, Vinão Frago (1995) assegura que neste espaço são produzidos tanto discursos pedagógicos como disciplinares, o qual fica evidente no simbolismo presente na sala de aula pela ornamentação

da mesa do professor com o vaso de flores e o momento da oração feito pela ex-aluna Maria Goretti.

Viñao Frago (1995, p. 69), ainda nos orienta que a cultura escolar restaura as diferentes manifestações das práticas pedagógicas instauradas no interior das escolas, transitando de entre alunos e professores, portanto, abrangendo tudo o que ocorria no interior da escola, e assim o autor explica: “A cultura escolar é toda a vida escolar:[...] neste conjunto há alguns aspectos que são mais relevantes que outros, no sentido que são elementos organizadores que a formam e definem”.

Conforme mostra o depoimento da ex-aluna, além dos saberes referentes a conteúdos no interior da classe, as práticas que envolvem o primeiro momento da aula remetem à lembrança da oração. Percebe-se, também, que cada professora criava sua prática escolar na perspectiva pedagógica. Elas eram vistas como portadoras de um saber específico. Sobre isso a ex-aluna ainda evidencia afirmando que “quando as dúvidas surgiam sobre algo que envolvessem arte e geografia, por exemplo, ou em torno de um outro assunto construído em sala de aula, íamos buscar respostas com elas”. A mesma ex-aluna, relata:

A Professora Terezinha Leite me pedia para fazer mapas do Maranhão e, da cidade de Pinheiro. Eu fazia à mão, no olho e ela me dava ponto para na prova final. Lembro também que elas incentivavam bastante o nosso lado artístico e nos motivavam para a literatura, para a leitura bem feita e o gosto pela poesia. Foi no Anchieta que eu aprendi o que era fazer um jornal pessoal (um diário) inspirando-nos na história de “Poliana” da qual a professora Marita Gonçalves, era fã. Começar a escrever poesias, à buscar o significado de todas as palavras, ia lendo ou ouvindo. Aprendemos a fazer nosso próprio dicionário e as professoras nos ajudavam (SILVA, 2018).

Nota-se pelo trecho acima que existia uma certa valorização quanto ao “capricho” despendido pela aluna diante da tarefa escolar, identificando-se que o desenho era concebido como verdadeira arte onde cada mapa era desenhado com a muita cautela, pois, nesse contexto, tanto a ex-aluna quanto a professora Marita Gonçalves, “eram mestras”.Essas informações são de momentos vividos no CAM e serviram para se ter uma ideia de como era composto esse ambiente da instituição.

O cotidiano da sala de aula do CAM foi destacado a partir dos conteúdos das aulas, pela maneira como estes eram repassados aos alunos pelas professoras. No início do ano letivo cada professora informava aos alunos os livros que deveriam ser adquiridos. Alguns eram de custo elevado e nem todos apresentavam recursos para a aquisição, mesmo assim, os conteúdos eram anotados no quadro de giz e algumas vezes, eram ditados “pontos” que eram reproduzidos pelos alunos nos seus cadernos. Como se sabe, cadernos e livros eram os meios de acesso aos conteúdos à época, de modo que destinavam-se um para cada matéria.Inclusive,

na memória da autora cada aluno tinha um caderno de pontos, de exercícios e de borrão (rascunho).

Mas minhas reminiscências, lembro-me como aluna da instituição, que todo conteúdo das aulas, era copiado no caderno, de modo que este último poderia ser considerado como o melhor companheiro dos alunos. Todos bem organizados com bordas coloridas sobre o efeito das canetas e lápis de cores que faziam as cercaduras nas páginas para emoldurar os conteúdos. Às vezes eram colocados nas bordas, desenhos com flores, outras vezes, recortes dos desenhos das revistas em quadrinhos, os personagens de Walt Disney e de Mauricio de Souza.

Outra atividade marcou as práticas das professoras do CAM, conforme menciona a ex-aluna Maria Goretti (2018),

Lembro que para melhorar o nosso português, a professora Marita Gonçalves inventou um caderninho e dividiu com as letras do alfabeto e que devíamos escrever todas as palavras desconhecidas que íamos ouvindo ou lendo e procurar os significados. De vez em quando ela revisava nossos cadernos nos perguntava o significado de uma palavra.

Retomando a realização de copiar os conteúdos do quadro, de escrever os pontos ditados pelas professoras e de enfeitar a borda dos cadernos, surge nesse momento à prática da escrita em duas formas, como uma reprodução na cópia do quadro e, no ditado, como uma produção realizada pelos alunos.

Nesse sentido, ao falar em produção e reprodução, entendemos que estamos tratando de “práticas culturais” que emergem das representações. Acerca delas, vale ressaltar que as mesmas são “[...] um espaço de trabalho entre textos e leituras, no intuito de compreender as práticas, complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação” (CHARTIER, 1990, p. 28). Desse modo, a organização e a estética dos cadernos por parte das alunas era determinada pelas representações que estas transmitiam ao fazer das suas produções as suas práticas. Assim, de acordo com Barros (2005, p. 157), as práticas culturais podem ser consideradas:

Antes de mais nada, e acompanhando o que já foi exposto, convém ter em vista que esta noção deve ser pensada não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às instituições várias, às técnicas e às realizações (por exemplo os objetos culturais produzidos por uma sociedade), mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador. São práticas culturais não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiro.

Nessa perspectiva, é preciso compreender que tanto as representações como as práticas se apresentaram neste espaço para destacar as produções e as reproduções vivenciadas pelos sujeitos agentes no cotidiano do colégio. Destarte, a professora Maria Angélica, do Jardim remonta sobre as práticas da sala de aula, fazendo uma alusão a partir de como os seus alunos aprendiam com facilidade, se apropriando do método ensinado e criando estratégias. Neste sentido recorda-se a professora Marita Gonçalves (2018): “lá as minhas crianças já estavam alfabetizadas com um mês de permanência. Sabiam ler e escrever. As letras eram todas iguais, por causa da medida das linhas que tinham nos cadernos número um”.

Sobre as atividades, desenho, caligrafia, cópias, estas eram elaboradas pelas professoras Marita Gonçalves e Branca Marques, para estimular a coordenação motora das crianças, deixando claro que isto só acontecera na Alfabetização, entretanto, afirmam que os alunos facilmente começavam a escrever as primeiras palavras. Nesse sentido, a Professora Branca Marques, esclarece:

Ler certinho, a ler tudo acho que não, mas me lembro de desenhar no caderninho das crianças para começar a aprender as primeiras letras, pois a nossa intenção era mesmo preparar os alunos para a primeira série, é claro que tem alguns que já saem do jardim sabendo ler e escrever, muitos também porque tem a ajuda dos pais em casa, mas a coordenação motora era treinada com o desenho no caderno e a música: “meu gatinho noite e dia, brinca, brinca sem parar, o novelo da linha sabe bem desenrolar”. (MARQUES, 2018).

A professora Maria Angélica, aborda que o intuito das demais, no Jardim de Infância, era preparar o aluno para desempenhar as atividades pertinentes à primeira série. Outra informação importante é que, entre os alunos, existiam aqueles que conseguiam sair da Alfabetização lendo e escrevendo. Sobre isso a professora Marita Gonçalves rememora:

Os alunos faziam tudo sozinhos. Eu reunia aos sábados com as professoras e fazíamos os planos semanais sobre o que deveria ser trabalhado. Mostrava as professoras como elas deveriam ensinar as crianças. Eu era a diretora pedagógica administrativa. As professoras ensinavam na sala o dever do dia seguinte e as crianças só prestavam atenção. Um método que eu criei. (GONÇALVES, 2019).

Em se tratando dos livros didáticos, estes foram utilizados tanto pelos professores como também pelos alunos que podiam comprar. Todas as disciplinas tinham indicação de livros. Neste espaço, priorizamos a disciplina Comunicação e Expressão que envolve a língua portuguesa, para rememorar as práticas de leitura realizadas pelas ex-alunas entrevistadas que, em suas falas, remetem a momentos de leituras orais e silenciosas, por vezes atreladas a uma produção escrita:

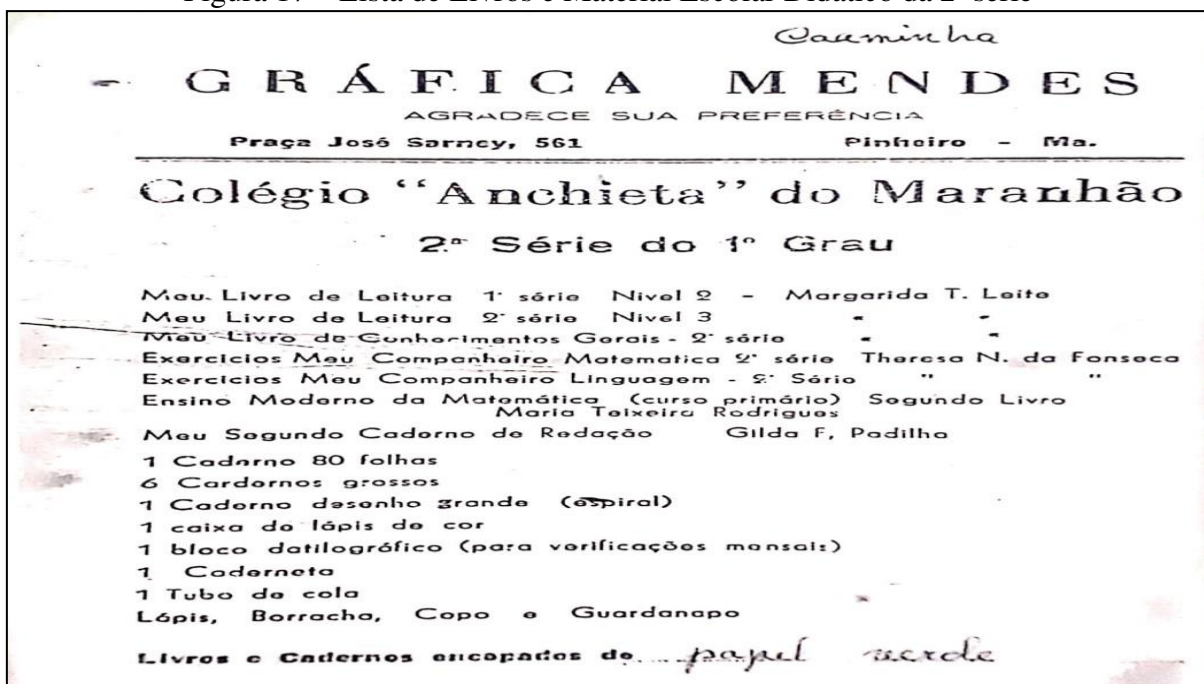
[...] ela mandava abrir o livro em uma determinada página e mandava a gente fazer a leitura silenciosa e depois e depois fazer uma redação e quando a gente terminava tinha que ler em voz alta [...] quando cometíamos um erro de fonética na hora de ler ou de recitar uma poesia, não perdoava nada e fazia soar a sua voz com um “o quêêê? Como? Repete aí menina(o)!” Outro detalhe considerado importante era que

quem não tinha livro, ou sentava ao lado de quem tinha, ou às vezes ia buscar na biblioteca (SILVA, 2019).

Nesse contexto, um aspecto que não pode deixar de ser mencionado, é sobre as preferências individuais pela leitura, pois, segundo o relato da professora Gracinha Moreira nem todos se apropriavam da mesma forma dessa prática, “muitos dos alunos tinham vergonha de ler e não liam, outros já queriam ler tudo de uma vez só, era preciso passar adiante para não prosseguirem”. É a partir desse contexto que no cotidiano das salas de aula são vivenciadas as práticas escolares permeadas por culturas, apropriações, estratégias e táticas, mencionadas pela leitura e escrita consideradas como saberes escolares, os quais fizeram parte desta subseção.

A seguir, apresentamos uma lista dos materiais didáticos que o Colégio indicava aos alunos, e algumas figuras das capas dos livros das autoras apontadas na lista, porém das outras séries referentes ao ensino primário dessa instituição.

Figura 17 – Lista de Livros e Material Escolar Didático da 2ª série



Fonte: Arquivo particular da Professora Marita Gonçalves [19--?].

A imagem compõe, além de outros materiais, os livros didáticos adotados pelas professoras do CAM: Meu Livro de Leitura e Meu Livro de Conhecimentos Gerais da autora Margarida Fialho Thompson Leite, Ensino Moderno da Matemática da autora Maria Teixeira Rodrigues. Para atividades que envolviam exercícios destacamos as seguintes obras: Meu Companheiro de Matemática e Meu Companheiro de linguagem, ambos da autora Thereza Neves da Fonseca e Meu Segundo Caderno de Redação da autora Gilda Figueiredo Padilha.

Observa-se também nesta figura, que todos os livros e cadernos obedeciam a padrões determinados pela instituição sobre as cores que deveriam ser encapados.

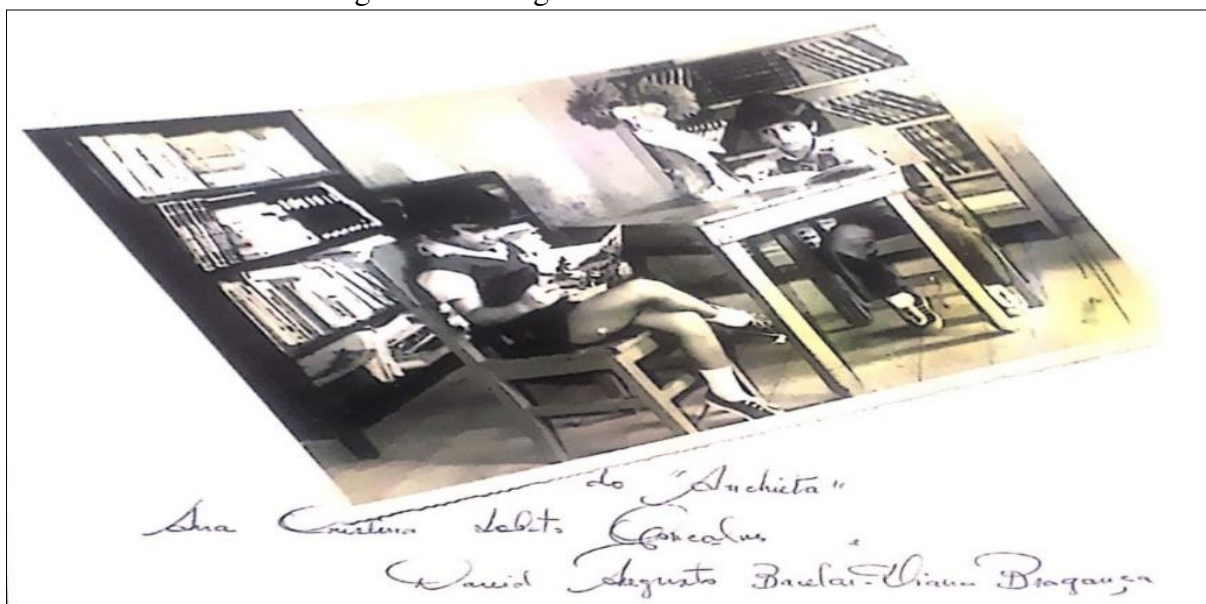
Figura 18 – Livros Didáticos da década de 1970



Fonte: Mercado Livre (2019).

Ao vislumbrar os indícios do currículo, apontados com brevidade nesta pesquisa, e ao adentrar este outro espaço, apontaremos a biblioteca, devido ao rico acervo que encontramos descrito no relatório do memorial, (anexado a este trabalho, com os respectivos autores e volumes disponíveis).

Figura 19 – Imagem da Biblioteca do CAM



Fonte: Acervo particular da Prof. Marita Gonçalves (1972).

É visível nesta imagem, duas crianças do Jardim de Infância acomodadas nas cadeiras e, ao que parece, estão concentradas na leitura dos livros da biblioteca do CAM. Usam o uniforme da escola e podemos perceber a mesa muito bem arrumada, com um pequeno detalhe em cima dela, o que caracteriza um sinal de decoração nesse espaço.

A biblioteca parecia um local tranquilo e muito bem iluminado. Perante isto é possível visualizarmos o piso com características limpas, o que representa a valorização da higiene do

local. No que se refere a este último, a professora Marita Gonçalves se recorda, “os alunos todos os sábados inventavam de ir lavar o Colégio, só para escorregarem no sabão. Mas isto se tornava uma brincadeira muito divertida entre eles.”

Percebemos que a sala dispõe de mais de um armário, preenchido com livros bem organizados nas prateleiras. Isto justifica o que mostraremos no quadro a seguir, conforme distribuído no relatório, pois, a existência da biblioteca escolar, nos dá pistas de quais leituras eram realizadas no Colégio.

Quadro 14 – Acervo dos livros da biblioteca do CAM

<b>RELAÇÃO DOS LIVROS DA BIBLIOTECA DO CAM</b>			
<b>LIVROS</b>	<b>QTD</b>	<b>LIVROS</b>	<b>QTD</b>
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	29	METODOLOGIA, PSICOLOGIA E DIDÁTICA	16
MATEMÁTICA	23	POESIAS	16
CIENCIAS FISICAS E BIOLÓGICAS	20	EDUCAÇÃO E SAÚDE	07
EDUCAÇÃO MORAL E CIVICA	16	LITERATURA	17
HISTORIA	10	RECREAÇÃO E DIVERSOS	28
GEOGRAFIA	22	LITERATURA INFANTIL	60
ENCICLOPÉDIAS	08	REVISTAS	09
DICIONÁRIOS	05	–	
LIVROS DO JARDIM DEINFÂNCIA	04	–	
RELIGIÃO	08	–	
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	05	–	
<b>TOTAL DE LIVROS</b>			<b>274</b>

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir do Relatório do Memorial descritivo (1972).

A compreensão acerca deste quadro remonta ao acervo da biblioteca, constatando que houve uma gama de livros dos mais diversos assuntos. Perguntamos sobre a acessibilidade aos livros à Professora Marita Gonçalves e ela nos informou que cada Professora auxiliada pelo monitor(a), se responsabilizava por sua turma, pois não havia funcionário destacado exclusivamente para a biblioteca no CAM.

O acervo, conforme mostra o quadro, possuía 274 (duzentos e setenta e quatro) exemplares, mas na leitura do relatório alguns livros têm várias coleções, assim como as revistas tinham a coleção completa e outras eram números avulsos, o que tende a aumentar o total destes exemplares.



Acredita-se que este acervo tenha sido adquirido pelas Professoras para atender o 1º grau. Seria interessante saber quais eram as revistas com coleção completa e quais eram as avulsas e se eram destinadas as professoras ou aos alunos, quais eram os títulos e autores das obras literárias, porém essas informações não constam no relatório.

Ao analisarmos as práticas que se referiram a algumas das disciplinas relatadas pelos sujeitos agentes desta pesquisa, é possível afirmar que no momento dos relatos, as representações das práticas da escrita e do desenho foram evocadas com maior recorrência. Por essa razão, o conceito de representação deve levar em consideração que “como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço” (CHARTIER, 1990, p. 27).

De modo algum, deseja-se entender memória como se fosse história, pois gera dúvidas e suspeitas, como sendo um fato dado ou como uma verdade, mas produzir narrativas que geram interpretações e estas, geram representações, pois como nos assegura Pesavento (2008, p. 16), “tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas”. Considerando esse contexto, passa-se a estudar em uma subseção, as normas disciplinares e as festas que se destacaram nesta instituição educativa onde se localizou a pesquisa em questão.

#### **4.10 As normas que disciplinam**

Os seres humanos constroem suas redes de sociabilidade delimitadas por regras e normas, sendo que ambas são diretrizes escritas ou subentendidas, acordos formais ou informais adotados por sujeitos em ambientes relacionais. As organizações escolares possuem seu conjunto de dispositivos disciplinares voltados a manutenção da ordem e do combate ao caos social que pode se estabelecer na ausência delas (PARADA, 2009). Assim, no Colégio Anchieta do Maranhão, o Regimento Interno trata no Capítulo VIII fundamentado através dos artigos 23º ao 34º sobre o Regime disciplinar, e de maneira geral constata-se o entendimento de muitas normas do dia a dia na instituição. Seu artigo 23º é esclarecedor, já que se refere à obediência a todos que compõem o colégio:

Do regime disciplinar: art. 23º - constitui falta disciplinar dos alunos: a) deixar de obedecer ou observar as ordens da diretoria, professoras ou qualquer auxiliar da casa. b) tornar parte, com outros alunos do estabelecimento em qualquer violência. c) danificar o prédio, mobiliário ou material escolar. d) praticar atos (dentro ou fora do estabelecimento) ofensivos à moral aos bons costumes. (BRASIL, 1970).

A lógica para esse entendimento pode afirmar que, mesmo havendo uma disciplina dura em conformidade aos escritos do Regimento Interno, tanto as professoras como os

alunos mantinham um bom relacionamento, fato este comprovado pelo estreito laço de partilha das fontes durante a pesquisa para este estudo.

Para adentrar ao quesito “normas disciplinares” e complementar as práticas escolares deste trabalho nos apropriamos de alguns artigos do Regimento Interno CAM, pautado no destaque do art. 23º do capítulo XIII. De acordo com esse artigo, ficaram estabelecidos os critérios para o Regime Disciplinar do Colégio, dos quais foram elencados alguns dispositivos como intermediários para a construção do Manual do aluno.

Essas normas atuam de acordo com alguns rituais e símbolos que são vistos pela direção como fundamentais para a manutenção da ordem no ambiente do colégio, como por exemplo, o cumprimento da carga horária, o horário de funcionamento, o controle do sino, a matrícula, respeito aos professores e funcionários, o tempo entre as aulas e o uniforme.

Os rastros das entrevistas permitiram perceber que o ano letivo do CAM que não tinha início antes do primeiro dia de março e, o atraso nos dois primeiros anos, justifica-se devido os percalços para a sua criação. A carga horária estendia-se até o início do mês de dezembro, com dois períodos de férias, um em julho e outro mais longo que ia de dezembro até o final de fevereiro.

Sobre a organização do ano escolar, estava, de acordo com os registros da Resolução nº 1/72 do Conselho Estadual de Educação do Maranhão – CEE (anexo) constam dispositivos acerca da carga horária designada para as escolas de 1º grau em que:

Art.4º - os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus poderão organizar calendário escolar próprio que permita maior número de períodos letivos no ano civil, eliminando a capacidade ociosa do período de férias com vistas a atender a população escolarizável, sem prejuízos da qualidade de ensino [...], o ano e o semestre letivo, independentemente do ano civil, terão, no mínimo, 180 a 90 dias de trabalho escolar efetivo[...] (MARANHÃO, 1972, p. 1).

Como salientava a Reforma a partir de 1972, os anos letivos, independentemente do ano civil, teriam no mínimo, 180 a 90 dias de trabalho escolar efetivo, excluindo o tempo reservado às provas finais. Vale observar que o Regimento Interno do Colégio estava em sintonia com a resolução do CEE e isso justifica o elo para a legalidade na construção dos seus ideais.

A escola funcionava em dois turnos: pela manhã das 7h30min às 11h aconteciam às aulas do jardim, e a tarde das 13h20min às 17h30min funcionava o primário. Todas as entrevistadas relataram que era muito tranquilo. O que destacaremos aqui é que nessa organização, tanto as professoras como os alunos e demais funcionários tinham que cumprir seus horários diariamente.

O colégio mantinha regularidade nos horários de entrada e saída, tudo isso para manter a imagem da sua organização. Ainda conforme o Regulamento Interno, capítulo III, art. 5º, as matrículas deveriam ser regulares a cada ano letivo, não sendo permitido alunos ouvintes, ou seja, somente os alunos matriculados poderiam comparecer as aulas que aconteciam de segunda a sexta. Os tempos entre a entrada e saída e entre uma aula e outra, eram controlados pelo sino. A ex-aluna Maria Goretti aponta a lembrança desse tempo no excerto da entrevista:

O sino nas mãos da inspetora de aluno, Dona Dedé, demarcava esta norma. Não se podia mais sair do Colégio, a não ser por ordem de uma das diretoras. E o aluno que não pudesse ficar até o último horário, deveria trazer um bilhete por escrito pelos pais ou responsáveis. Nunca chegávamos atrasados, muito pelo contrário: saíamos de casa logo após o almoço, para conversarmos com os colegas sobre as peripécias do dia e sobre as atividades ou mesmo para comprarmos a merenda no comércio próximo. Minha mãe costumava falar que íamos abrir o Colégio. Na sala de aula, tínhamos um espaço rápido enquanto chegava outro professor que dava para tomar água e ir às vezes ao banheiro. Lembro também que o recreio era muito curto. A maior parte do tempo era mesmo na sala de aula (SILVA, 2018).

Como se percebe, havia o controle do tempo pelo sino que servia para gerar um “corre-corre” pelo corredor do Colégio, momento em que os alunos se dirigiam ao banheiro ou ao bebedouro para prover suas necessidades. O controle, como se vê, atingia não apenas os alunos, mas também as professoras, pois teriam que ser pontuais.

O relacionamento entre as professoras e os alunos foi marcado pelo respeito. Todos os entrevistados informaram que nunca houve tumultos entre eles. Esse bom relacionamento também se explica devido ao fato de que as pessoas se conheciam no município de Pinheiro, por se tratar de uma cidade pequena.

Figura 20 – Manual do aluno



Fonte: Arquivo pessoal da Professora Marita Gonçalves (1972).

O CAM prezava pelas boas maneiras e pelo bom comportamento dos seus alunos e, para tanto, as Diretoras escreveram o Manual do Aluno, sendo ele uma espécie de cartilha que era entregue a cada um sempre no primeiro dia de aula informando as regras de conduta que deveriam ser seguidas. Por sua importância, trataremos acerca deste documento:

Querido aluno do Colégio Anchieta do Maranhão.  
Para nós é um prazer recebê-lo, depois de um período de férias.  
Nosso desejo é que se adapte a nossos novos métodos de trabalho, faça amigos entre os professores, funcionários, demais alunos e tenha amor a seu Colégio. Esperamos eu você se sinta aqui como em sua casa. [...] reconhecemos que o aluno tem direitos. Entretanto, não esqueça que a cada direito corresponde um dever. Nós não temos no nosso Colégio estruturas rígidas porém, apreciamos a ordem e a disciplina. Gostamos de ser respeitados e, por isso, respeitamos os nossos alunos. Seja bem – vindo ao Colégio “Anchieta”. (MANUAL DO ALUNO, 1972, não paginado).

De acordo com a introdução do Manual do Aluno, percebe-se que este, atribuía direitos e deveres ao aluno e que tudo dependeria do comportamento pautado nos princípios deste.

Como se vê na figura 21, esta era a capa do Manual do Aluno, o qual foi desenhado e pintado à mão pela Professora Marita Gonçalves, refletindo como era o uniforme escolar desta instituição. Ao partir para a exploração do material o item que trata sobre “as coisas importantes para as quais você deve estar atento a fim de evitar dissabores” (deveres), verifica-se que o seu uso é obrigatório para todos os alunos ficando claro, segundo o Manual do aluno (1972, não paginado) na seguinte nota:

Vista-se corretamente. Uma boa apresentação é fator de sucesso. Não tente entrar no Colégio com o uniforme incompleto ou acrescido com enfeites ou complementos estranhos ao mesmo. Procure outros meios de chamar atenção use a inteligência.

O uniforme caracterizava-se, em ter um azul natier ou azul royal, diferente do azul marinho, a cor que predominava nas outras instituições, com isso, representava uma identidade significativa uma distinção entre os alunos(as) deste colégio e dos demais, conferindo status às mesmas. A descrição do uniforme se apresentava da seguinte maneira, conforme relato da Professora entrevistada:

O uniforme masculino apresenta camisa branca, calça azul natier ou royal, confeccionada em terbrim. A camisa era obrigatoriamente para dentro da calça com cinto preto. O uniforme feminino constava de blusa branca com abas nos lados esquerdo e direito, com detalhe de nervuras que desciam do ombro até as abas, obrigatoriamente para dentro da saia. A saia era azul natier ou royal confeccionada em terbrim com cinto em verniz vermelho. O emblema do colégio no bolso esquerdo da camisa do aluno e na manga esquerda da blusa das alunas, contendo as iniciais do colégio, CAM. Os sapatos devem ser totalmente pretos para os alunos e conga (tênis) vermelha para as alunas e meia branca sem adornos para os dois (GONÇALVES, 2018).

O relato da professora traz informações para se entender o objetivo de identificarmos os alunos de acordo com o colégio, garantindo assim a segurança e a disciplina, além de contribuir para que todos fossem tratados da mesma forma.

Conforme descrito no referido manual, cabia ao aluno apresentar-se trajado decentemente, usando os uniformes prescritos, manter a ordem e o asseio no ambiente escolar e reparar os danos causados ao recinto ou a objetos do Colégio.

Para ele todas as atenções deveriam ser voltadas. O modo como os alunos se apresentavam à sociedade pinheirense era através do seu uniforme, a partir dele demonstrava-se o vínculo com uma instituição que havia começado recentemente e que a cada dia, prosperava. A partir do uniforme, os alunos representavam toda a carga simbólica que o CAM possuía no Município de Pinheiro robustecido pela representação de uma instituição conceituada. Assim, a exigência do uniforme obedecia a necessidade de padronização das formas de vestir, trazendo em seu arsenal simbólico, normas, valores e intencionalidade (PARADA, 2009).

Figura 21 – Primeiros alunos da Instituição de ensino com a Professora



Fonte: Arquivo particular da Profª Marita Gonçalves (1970).

A figura 21 mostra a Professora Marita Gonçalves cercada por duas meninas e seis meninos. Ao buscar quem eram esses sujeitos, muito embora a fotografia faça menção dos seus nomes, optamos por transcrevê-los: na fileira de cima, em pé, da esquerda para a direita estão os alunos: Érico Arruda, Rita Filomena, Pedro Luis Almeida e Fernando Augusto. Na fileira de baixo, sentados, da esquerda para a direita, os alunos: Fernando Antonio Chaves, Ana Cristina L. Gonçalves, David Augusto, e Silvio Mendes. Percebemos que todos estão uniformizados. Perguntamos a professora Marita Gonçalves, mas, ela não soube informar com clareza se esse registro foi feito no mesmo momento da inauguração do Colégio ou nos dias de funcionamento das aulas, porém, o que ela esclareceu é que o registro foi feito pelo pai de um dos alunos.

No jardim de Infância, o uniforme das meninas era uma jardineira vermelha de brim, com o emblema do Jardim no peito do lado esquerdo, blusa de xadrez azul e branco, tênis vermelho e meia branca. Os meninos vestiam macacão comprido vermelho combinado com a blusa de xadrez azul, tênis vermelho e meia branca. Embora a Figura 21 não seja colorida, os relatos das entrevistas mostrou-nos essas características.

Como se verificou, conforme o Manual do Aluno e o relato das entrevistas, o espaço escolar, dentro da sua cultura, é produtor de identidades e de exigências quanto à disciplina dos educandos. Um exemplo disso é o uso do uniforme.

A seguir exibiremos as figuras do Manual do Aluno e as determinações das normas que constam no seu interior:

Nós gostamos de linguagem precisa. Assim, quando dissermos a você que sugerimos que faça isso ou aquilo, você é livre de seguir ou não nosso conselho. Porém, quando você for advertido de que é proibido de fazer qualquer coisa, por favor entenda que é pra valer. Nós gostamos de ser simpáticos e, em geral somos bem humorados. No entanto, não confunda liberalidade com franqueza. Nunca ponha em dúvida a autoridade de seus professores e principalmente não se iluda em relação as nossas atitudes: nós dizemos NÃO poucas vezes, porém nosso NÃO é não mesmo. (MANUAL DO ALUNO, 1972, não paginado).

Diante deste fragmento extraído do Manual, percebemos que a comunicação das professoras com os alunos do CAM, era essencial para a aquisição conjunta de atitudes e valores adequados a construção do colégio, assim como a aplicação concreta dos valores que, quando não são aplicados na prática, perdem o conteúdo. Nesse contexto, exibiremos as figuras do Manual do Aluno comentando alguns dos fragmentos que residem no seu interior.

Figura 22 – Regulamento do Manual do aluno

NOSSO REGULAMENTO:

Você sabe que toda instituição tem um Regulamento ou Regimento. Durante o ano letivo, em reuniões mensais, você terá oportunidade de conhecer, analisando, as normas do Regimento do Colégio "Anchieta" do Maranhão. No entanto, nós queremos lembrar-lhe alguns pontos que são importantes na vida diária e que devem logo ser conhecidos por você:

- Nós gostamos de linguagem precisa.
- Assim, quando dissermos a você que sugerimos que faça isso ou aquilo, você é livre de seguir ou não nosso conselho:
- Porém, quando você for advertido de que é proibido fazer qualquer coisa por favor, entenda que é para valer.
- Nós gostamos de ser simpáticos e, em geral, somos bem humorados. No entanto, não confunda liberalidade com franqueza. Nunca ponha em dúvida a autoridade de seus professores e, principalmente, não se iluda em relação às nossas atitudes: nós dizemos NÃO poucas vezes, porém nosso NÃO é não mesmo.

É claro que você pode argumentar quanto quiser; no entanto, não espere mudar decisões nossas só com "conversa fiada".

- Não obstante, acredite, não nos consideramos infalíveis: quando erramos num julgamento, temos coragem para reconhecer nosso erro e até para nos desculparmos com você, se tivermos praticado uma injustiça.

DIREITOS QUE VOCÊ TEM NO CAM.

- 1-Quando você, por motivo relevante, perder uma prova, poderá requerer segunda chamada apresentando justificativa em 48 horas. Se o motivo for doença, é suficiente que seu pai faça uma comunicação à Diretoria -não é necessário atestado médico. Para nós, o "atestado" dado por seu pai é digno de crédito.
- 2-Quando você estiver com graus baixos, poderá corrigí-los. Na primeira semana de julho, você poderá inscrever-se para uma prova de recuperação a ser feita logo depois das férias, na primeira semana de agosto. Esta prova é uma espécie de segunda época, no meio do ano letivo e requerer estudo intensivo. Entretanto, cuidado. Veja se, realmente, está preparado: não vá rebaixar ainda mais seus graus.

Fonte: Arquivo particular da Professora Marita Gonçalves (1972).

Figura 23 – Regulamento do Manual do aluno

3-No fim do ano letivo, se você ficar reprovado em uma só disciplina, poderá ser transferido de série e, no período seguinte, refazer a matéria em que ficou deficiente. Isto se chama «ser promovido com dependência» - esteja atento: se você depois de mais um ano de repetição da mesma disciplina ainda não alcançar aprovação, você terá que repetir a série que está cursando até quitar-se completamente

4-Quando num trabalho escolar ou prova, você obtiver grau que lhe pareça inferior ao que esperava, você poderá solicitar uma "revisão" de grau.

Também é direito seu receber de volta seus trabalhos, depois de corrigidos pelo professor. Aliás, você deve mesmo reclamá-los sempre, para verificar pessoalmente os erros que cometeu. Convém, também, que você archive tais trabalhos para qualquer verificação futura.

X X ————— X X

Coisas importantes para as quais você deve estar atento a fim de evitar dissabores:

1-Você não nasceu no tempo do "homem das cavernas". É pessoa civilizada, logo, evite qualquer depredação de material do Colégio ou seu próprio. Cuide bem dos seus livros e cadernos. Zele pelo bem moral e material de seu Colégio e seu também.

2-Você precisa adquirir bons hábitos. Seja pontual nos horários de chegada ao Colégio ou de entrada na sala de aula.

Não saia da sala durante a aula sem razão justa. Principalmente, não dê motivo ao professor para retirá-lo.

3-Vista-se corretamente. Uma boa apresentação é fator de sucesso

Não tente entrar no Colégio com uniforme incompleto ou acrescido com enfeites ou complementos estranhos ao mesmo. Procure outros meios de chamar atenção: faça brilhar sua inteligência.

4-Para tudo há momento adequado: - "Brincadeira" tem hora. Durante as aulas não se distraia, nem aos colegas com assuntos estranhos às mesmas.

5-Você não fixará os assuntos estudados se não fizer os exercícios necessários. Portanto:

- traga sempre o material indispensável (livros de texto, material de desenho, etc )

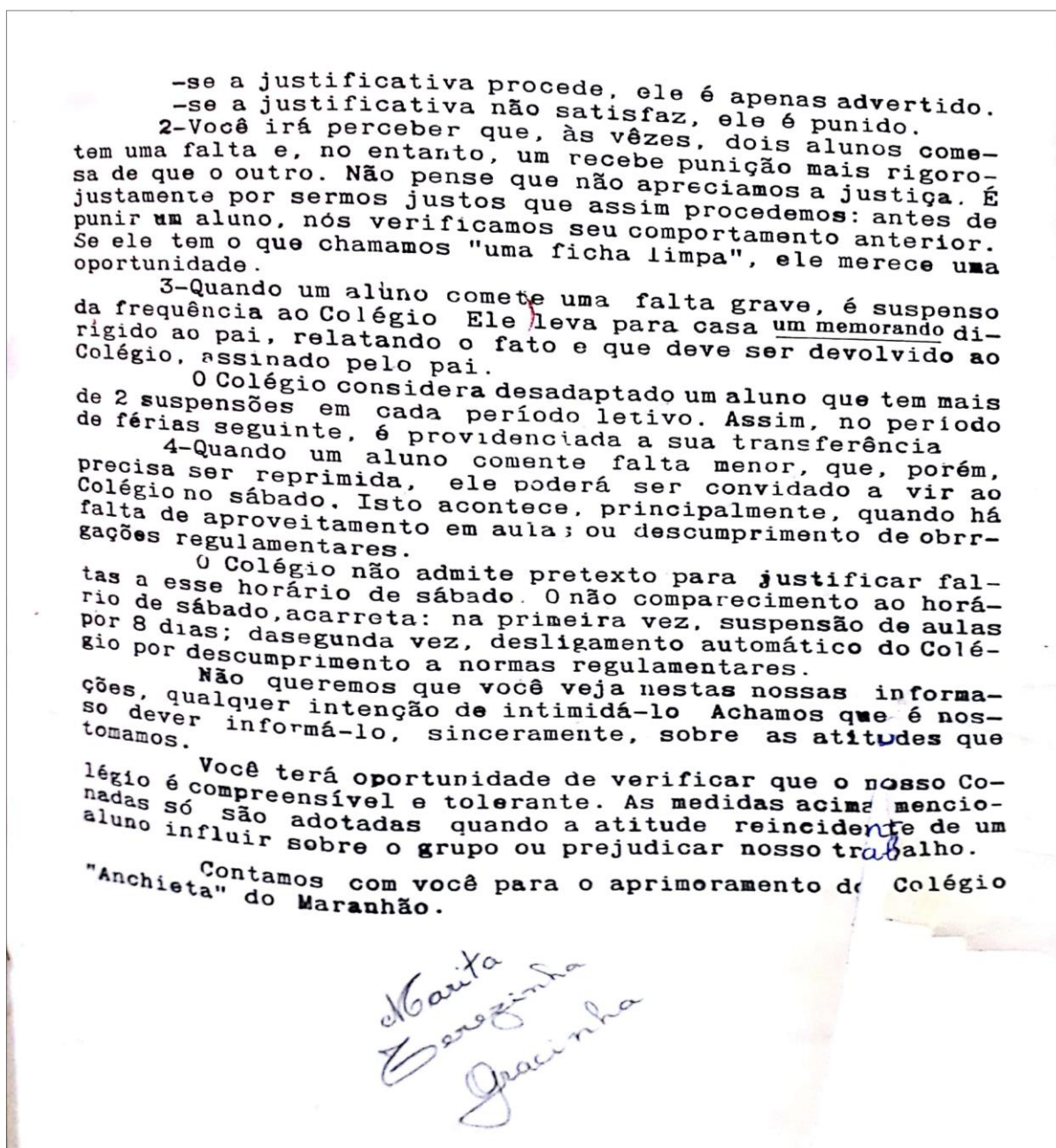
- cumpra os prazos para entrega de exercícios, relatórios e trabalho de equipe.

6-A utilização de meios fraudulentos é crime previsto no Código Penal. A utilização de apontamentos não autorizados pelo professor durante provas e exercícios é "meio fraudulento".

A chamada "cola", pelas suas implicações deve ser punida no CAM.



Figura 24 – Regulamento do Manual do aluno



Fonte: Arquivo particular da Professora Marita Gonçalves (1972).

Verificamos que o Manual do aluno é composto de Direitos e Deveres. Dentre os deveres e sanções incluíam-se limites e valores, tais como mostrar receptividade, assim como de se dirigir a todas as pessoas da escola com respeito, destacando-se, também, o dever de valorizar o colégio, evitando qualquer depredação de material, zelando pelo bem moral e material da instituição e do pessoal. Em relação às normas disciplinares, cabia ao aluno apresentar-se trajado decentemente, usando os uniformes prescritos, manter a ordem e o asseio no e reparar os danos causados ao ambiente ou a objetos do colégio.

Os alunos que infringissem as regras de maneira grave eram suspensos da frequência ao colégio. Ele levava para casa um memorando dirigido ao pai, relatando o fato, que deveria ser devolvido ao colégio devidamente assinado. O colégio considerava desadaptado um aluno que tivesse duas suspensões em cada período letivo. Assim, no período de férias seguinte era providenciada a sua transferência. Para concluir este item, percebe-se novamente, que há uma conexão entre os prescritos do Regimento Interno, através dos artigos 23º ao artigo 34º com os prescritos do Manual do Aluno conforme as figuras de n.º 21, 22, 23.

Interessa mencionar, de acordo com o relato da entrevista das professoras, que este Manual não era e não deve ser visualizado como algo punitivo ou de extrema rigorosidade no espaço do CAM, mas sim, ações entendidas como necessárias de modo a contribuir para as boas relações entre alunos e professoras, de tal modo que suas definições elevam-no ao patamar de ser um dos documentos que define a organização do espaço do escolar tomado como um orientador de condutas.

#### **4.11 As Festas Escolares**

Para complementar as práticas escolares do Colégio Anchieta do Maranhão, descrevemos como principais festividades que aconteciam em seu cotidiano, a festa cívica em comemoração à Independência no dia 7 de Setembro e a Solenidade de Formatura do Jardim de Infância Zemariazinho. Além destas, outras eram também comemoradas, tais com o Dia de Anchieta, no dia 9 de junho e Dia das Mães no mês de maio.

A esse respeito, Juliá (2001) elucida ao afirmar que as Festas Escolares são estratégias da cultura escolar que circunscrevem-se nas relações de poder. Existem na perspectiva de impor formas de sentir, pensar e agir definem conhecimentos a ensinar e devem ser analisados considerando estes aspectos elucidativos, sendo que tais dispositivos são nada perceptíveis enquanto fundamentos localizados nas práticas de sociabilidade punitiva.

Nesse sentido, é compreensível o destaque que o ex-aluno Joel Nunes destaca a estas festas escolares, lembrando práticas como cantar hinos, enfeitar o ambiente, organizar desfiles, carregar bandeiras, para que todos os alunos se solidarizassem em torno do acontecimento:

Os desfiles e as festas eram levados muito a sério. O aluno sabia porque estava ali e gostava de fazer parte da festa. As diretoras inseriam quase todos os alunos nestas atividades e atribuíam tarefas a todos. Só ficavam sem participar aqueles que o pais faziam a justificativa. Os alunos eram convocados e se preparavam com poesias, representações, desfiles. Toda data era comemorada. Nada passava em branco. (NUNES, 2018).

A exemplo do que o ex-aluno relata na sua entrevista, encontramos no Jornal Cidade de Pinheiro de 10 de junho de 1973, ano LI, n. 2454, uma notícia sobre as comemorações do Dia Nacional de Anchieta que foi feita no Colégio, momento este em que aproveitou-se o ensejo para eleição da diretoria do Grêmio estudantil Orlando Leite<sup>14</sup> que ficou constituído pelos alunos no quadro a seguir:

Quadro 15 – Diretoria do grêmio estudantil “Orlando Leite”

ALUNO	CARGO	TURMA
Marcionilio Braga	Presidente	Turma 71
José Maria Cabral	Vice- presidente	Turma 61
Mildret R. Chagas	1º Secretário	Turma 62
Miolanda M. Oliveira	2º Secretário	Turma 71
Maria Goretti O. Cardoso e Silva	1º Tesoureiro	Turma 52
Raimundo Nonato Mota	2º Tesoureiro	Turma 53
Joel Nunes	1º Orador	Turma 62
Léa Marinho Soares	2º Orador	Turma 61
Joaquim Antonio O. Silva	Diretor do Dep. de Cultura	Turma 71
Antonio A. L. Gonçalves	Diretor Dep. de Esportes	Turma 71
Joel Nunes	Dir. Dep. de Recreação	Turma 62
Rubens Garcia	Dir. do Dep de Divulgação	Turma 62

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro (1973).

O ex-aluno Joel Nunes (2018), foi membro da diretoria do Grêmio Estudantil e relatou ainda que: “em algumas situações eram articuladas as atividades com homenagens cívicas e ocorriam também representações ou jograis, produções de trabalhos literários e artísticos, campeonato de futebol de salão, que estimulavam o desenvolvimento de outras aptidões artísticas”.

O Jornal Cidade de Pinheiro, além de informar a função de cada um dos alunos, exibiu no fim da matéria, o slogan do grêmio: “EDUCAÇÃO POR AMOR”. Perguntamos ao mesmo mesmo entrevistado o significado do slogan na matéria do Jornal que falava sobre o Grêmio

<sup>14</sup> Orlando José da Silveira Leite – O Grêmio Estudantil do Colégio Anchieta homenageou – o, como patrono. Com seu voto o Colégio Anchieta do Maranhão foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação. Foi bacharel em Direito, Professor catedrático da Ufma, Chefe de Gabinete de Governadores do Maranhão, Procurador do Tribunal de Contas e de Justiça do MA, Conselheiro Estadual de Educação do MA, recebeu o título de cidadão pinheirense, é patrono da cadeira nº 12 da Academia Pinheirense de Letras - APLAC.

e ele nos falou que “defendia a ideia de que o afeto deveria ser incorporado ao trabalho dos alunos e dos professores como um todo, por meio de vivências no CAM”.

O Dia 7 de Setembro, no Município de Pinheiro, era comemorado com os desfiles das escolas públicas e privado. Todas dispunham nas ruas da cidade seus alunos enfileirados, marchando em homenagem ao aniversário da Pátria e fazendo juntos uma festa organizada. Era nesta data que o CAM apresentava às autoridades de Pinheiro, que preenchiam o palanque na Praça José Sarney e à sociedade pinheirense, o que possuía de melhor: seus alunos.

O desfile das escolas era um momento esperado por todos e o CAM se dedicava o mês inteiro organizando o desfile dos alunos. Os alunos se apresentavam fantasiados, com alegorias, nos pelotões representando um fato da época. Descrevendo esse momento de festa, uma das professoras entrevistadas, relata com riqueza de detalhes o seu envolvimento com as festividades,

[...] desenhava, costurava e pintava, todos as fantasias dos pelotões. Os alunos nos ajudavam durante o mês inteiro. Eles gostavam de tudo isso. Minha casa parecia um atelier de costuras. Tudo era muito bem organizado. Uma das minhas sócias, falava que eu gastava todo o dinheiro do Colégio nesses investimentos. Mandava comprar muita coisa em São Luis, pois em Pinheiro faltava material nos armarinhos. Era muito difícil, um aluno não participar, porque aquele que não podia comprar a fantasia ou o uniforme novo, nós ajudávamos. Quando chegava a véspera do Desfile, eu sempre ficava até a madrugada organizando a rua por onde o Colégio iria passar. Das lembranças desse tempo, o ultimo desfile do nosso Colégio, celebramos o slogan que circulava as escolas do Brasil na época, “O Brasil merece o nosso Amor”. Trabalhamos o nosso desfile em cima desse slogan. O palanque desse ano era no primeiro andar do Colégio Pinheirense, então quando as escolas passavam tinham que se apresentar para as autoridades, ou seja, fazer uma parada obrigatória. Com isso, a madrugada toda fiquei desenhando e pintando o chão em frente ao Colégio pinheirense e também enchendo muitos baldes com pétalas de flores para serem jogadas nos nossos alunos quando passassem por lá desfilando [...]. (GONÇALVES,2018).

Destarte, para que “tudo saísse bonito”, havia os ensaios durante o mês de agosto que preparavam os alunos para o desfile do dia 7 de Setembro. Para descrever esse momento uma ex-aluna relata que:

[...] todos os alunos tinham que comparecer aos ensaios. Eram rígidos. Tínhamos eu marchar bem para mostrar postura. O professor de Educação Física, Sr. Antonio Carlos Guterres, era quem comandava essa organização. Os professores acompanhavam, mas, era ele quem arrumava as filas e todos obedeciam ao som do apito que ele conduzia. E quando chegava o dia do desfile, estar nas ruas uniformizada representando o CAM, requeria uma postura específica dos alunos. Disciplina, sobriedade e elegância. Todo mundo bem vestido, bem engomado. Você nem mexia a cabeça, nem virava o rosto para olhar nada. Era muita elegância mesmo (SILVA, 2019).

Mediante esse relato, pode-se observar que os ensaios para o desfile eram realizados com antecedência e rigor. Esse momento representava a ordem do Colégio perante a sociedade. Mostrar a postura que a ex-aluna relata, diz respeito não apenas a elegância no

desfile, mas, também, a atitude do aluno que o colégio estava formando, bem como demonstrava o comportamento daqueles indivíduos que estavam entrando na fase da adolescência, afinal algumas das ex-alunas entrevistadas estudavam na 5ª série do 1º grau, estando entre as idades de 12 a 13anos.

Figura 25 – Desfile dos alunos do CAM, 7 de Setembro



Fonte: Arquivo particular da Sra. Sandra Mendes (1973).

Figura 26 – Desfile dos alunos do CAM, 7 de Setembro



Fonte: Arquivo particular da Sra. Sandra Mendes (1973).

Figura 27 – Desfile dos alunos do CAM, 7 de Setembro



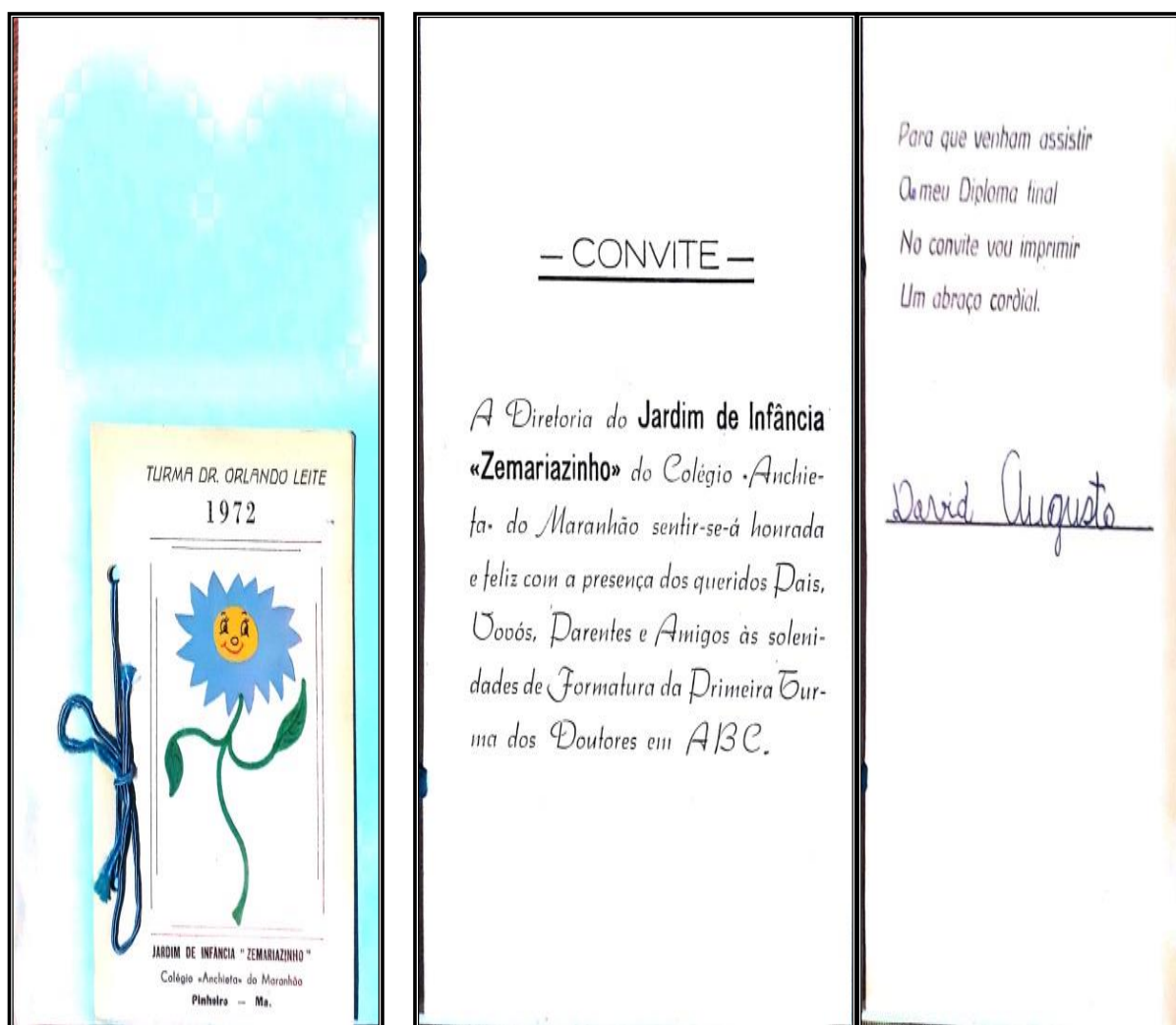
Fonte: Arquivo particular da Sra. Sandra Mendes(1973).

A partir de Chartier (1991), entendemos que a cultura se apreende partindo dos bens simbólicos, produzindo assim, usos e significações diferenciadas. O autor sustenta que, nos “[...] espaços assim projetados se registram todo o trabalho de uma história das práticas

sociais e de acordo com a história diferenciada e de uma história das representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos” (CHARTIER, 1991, p. 179). Dessa forma, quando a escola propõe certas práticas sociais, como as festas e os desfiles cívicos estão produzindo sensações e emoções na vida dos alunos e na comunidade a qual faz parte.

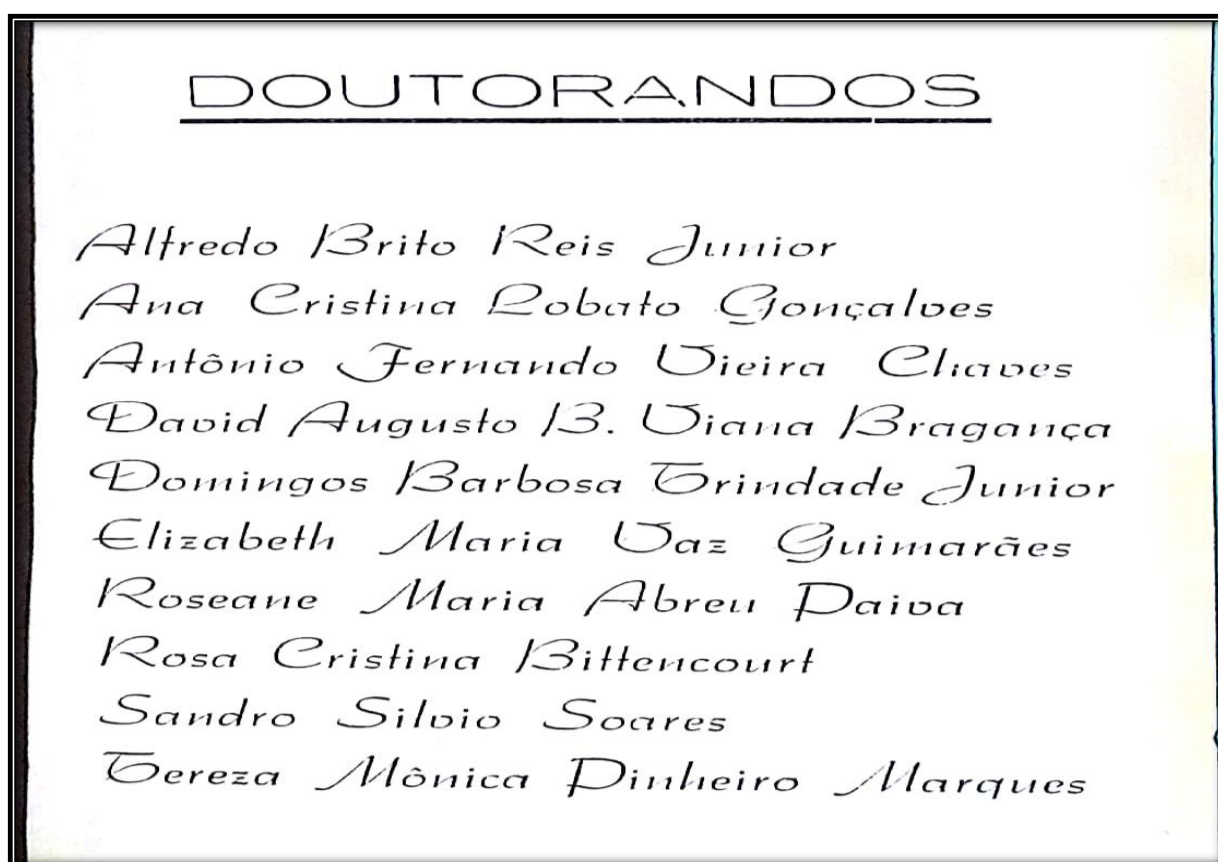
Outra festividade que se destacou no CAM, foi a diplomação dos alunos que deixariam o 3º período do Jardim de Infância e passariam a frequentar as primeiras séries do 1º grau (primário). Portanto, essa parte do texto consistiu em descrever como era constituída a cerimônia de formatura e como foram a apresentação da colação de grau pelos alunos. O convite informa que a primeira turma do Jardim de Infância Zemariazinho, concluiu suas atividades nos dias 16 e 17 de dezembro de 1972 conforme programação das solenidades que constam nas figuras abaixo relacionadas a partir do convite do evento no qual ocorria a entrega do diploma.

Figura 28 – Convite de Formatura, Turma Dr. Orlando Leite



Fonte: Arquivo particular da Profª Marita Gonçalves (1972).

Figura 29 – Convite de Formatura (doutorandos)



Fonte: Arquivo particular da Profª Marita Gonçalves (1972).

Os dados que se apresentam neste convite direcionam a entender o modo como ele é feito. Todas as professoras entrevistadas falaram que estes eram idealizados, escritos, desenhados e pintados pela professora Marita Gonçalves e depois levados para a Gráfica Mendes para ser impresso e enviado às famílias e aos convidados. No anexo desta dissertação, tem-se outro exemplar de um convite que circulou concomitantemente com o convite da figura 25. Perguntamos às entrevistadas sobre a circulação de dois convites de formatura para a mesma turma, mas, ninguém soube nos informar.

Este momento também foi explorado pela matéria publicada no Jornal Cidade de Pinheiro com uma vasta reportagem sobre a cerimônia percorrendo todo o momento da festa sob o título “Colégio Anchieta do Maranhão promove Noite de Gala com a Colação de Grau dos Doutorandos do ABC”. O Jornal informou acerca dos sujeitos que estiveram presentes na solenidade, com seus respectivos cargos naquele período.

Figura 30 – Reportagem da Festa de Colação de grau do CAM

23 de Dezembro de 1972

**PINHEIRO**

## Colégio «Anchieta» do Maranhão Promove Noite de Gala com a Colação de Grau dos Doutorandos do ABC

O Grêmio Cultural e Recreativo Pinheirense foi palco de uma das mais belas e significativas festas cívicas, quando da entrega de Diplomas aos doutores em ABC e encerramento do ano letivo de 72 do conceituado Colégio «Anchieta» do Maranhão.

Inicialmente, a Diretora Terezinha Leite Guterres convidou as autoridades presentes para comporem a mesa que ficou assim constituída: Dr. Orlando da Silveira Leite — Patrono e Parainfo da Turma, Dr. Ozias Mendonça, Meritisimo Juiz de Direito; Dr. Eurico de Arruda Filho — Promotor Público; Dr. Manoel Soares Estrela — Professor Titular da Universidade do Maranhão, Sra. Maria do Socorro Lima — Funcionária do Conselho Estadual de Educação; Sr. César Augusto Mendes Bragança — Colaborador do Colégio «Anchieta» do Maranhão; Sr. Conrado Saldanha — Representante dos pais dos alunos da 5.ª série do 1.º grau; Sr. Agnelo de Carvalho — Representante dos pais dos alunos do primário.

A seguir, sob calorosos aplausos, deu entrada a turma de mim-doutores trajando a farda do Colégio, sobre a qual usavam beca vermelha. Acompanhados de seus padrinhos, receberam os Diplomas, prestando em seguida o juramento de praxe.

Oraador da Turma foi o doutorando David Augusto Bacelar Viana Bragança, que, com grande desembaraço, proferiu interessante discurso.

Neste momento teve início a festa de despedida, constando de um Calendário Cívico, narrado pela sra. Maria José Arruda.

Abriando a festa a graciosa moçinha Rosário Soares, segurando uma flor onde se lia 1972 dava sequência aos meses em desfile. Contemporaneamente, foram lidos tópicos, intercalados por uma coreografia correspondente a cada mês.

Janerio — Representando o Ano Novo — Alfredo Augusto Bacelar Viana Bragança.

Fevereiro — Num misto de ritmo e cores o Arlequim — Helena Cristina Soares, representava o Carnaval.

Março — Início das aulas, — Quadro representado por um grupo de alunos, com o uni-forme do Colégio.

Abril — Páscoa — Os coelhinhos Silva na Régio de Carvalho e Jaqueline Soares Marques, graciosamente, festejam a alegria do Cristo ressurgido.

Maior — Mãe — Almerinda com ternura e graça cria um bebê.

Junho — Os folguedos de São João são simbolizados pela alegria das coipirinhas Itelma Almeida, Nini Oliveira, Nilcelene Lobato e Marlyvan Alencar que seguravam o balãozinho — Débora Nery.

Julho — A satisfação da gostosa temporada das férias traduzida pelo desembaraço de Luis Carlos Almeida, Salette Mota e Cristiano de Castro.

Agosto — A intrepidez e bravura do Soldado Brasileiro, reverencia a memória de seu Patrono. E as Forças Armadas representadas garbosamente pelos competidos garotos: Jo-nald Pimenta, Pedro Lobato de Azevedo e Deus dedit Leite Filho homenageam a Pátria numa respeitosa continência à Bandeira no som do Hino do Soldado.

Setembro — «Independência ou Morte» foi o grito que ecoou impondo a nossa admiração a figura de D. Pedro, tão bem representada por Erico Gomes de Arruda.

Outubro — Mes da criança. Chapeuzinho Vermelho — Dulce Maria M. Leite; Cinderela — Carmim Lucia Gonçalves e gato de Botas — Ana Cristina Gonçalves vêm por um momento, o Mundo Encantado dos Contos de Fadas.

Novembro — A Bandeira. Despertando sentimentos cívicos, um grupo de alunos, com carinho comovente, confeccionou, com flores naturais no centro do selão a Bandeira Brasileira — Augusto Pavilhão Nacional. Emoldurado pela belíssima voz da sra. Maria José Arruda este foi o quadro mais emocionante da festa.

Dezembro — A mensagem de Natal anunciada pelo Papai Noel — Jucelino Lopes, delicia a garatada distribuindo balões.

Mereceu especial destaque pela originalidade, o Coral do Colégio, fazendo o fundo musical correspondente a cada quadro em desfile.

Encerrando tão agradável acontecimento Cívico — Cultural, foi proferida a brilhante oração do Patrono e Parainfo Professor Orlando Leite que, emocionado, ressaltou o trabalho, a dedicação, o despreendimento das dirigentes do «Anchieta».

De parabens, portanto, a Diretoria e alunos do referido Estabelecimento de Ensino.

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro (1972).

Como se percebe, o Jornal Cidade de Pinheiro cita o colégio em várias matérias no percurso deste trabalho. A reportagem sobre a Colação de grau dos Doutorandos do ABC, de certa maneira, valorizou a atividade desenvolvida pelos profissionais da Educação que tiveram seu ofício na referida instituição além de oferecer visibilidade. A notícia divulgada no periódico relata como a festa foi organizada e a partir dela transcrevemos os destaques sobre as autoridades presente:

[...] o Grêmio Cultural Recreativo Pinheirense (Casino Pinheirense), foi palco de uma das mais belas e significativas festas cívicas quando da entrega do Diploma aos Doutores do ABC e encerramento do ano letivo de 1972 [...] as autoridades presentes ficaram assim constituídas: Dr. Orlando da Silveira Leite — patrono e parainfo da turma, Dr. Ozias Mendonça — juiz de direito, Dr. Eurico de Arruda Filho — Promotor público, Dr. Manoel Soares Estrela — professor titular da Ufma, Sra Maria do Socorro Lima — funcionária do CEE, Sr. Cesar Augusto Mendes Bragança — colaborador do CAM, Sr. Conrado Saldanha — representante dos pais dos alunos da 5ª série do 1º grau, Sr. Agnelo de Carvalho — representante dos pais dos alunos do Primário [...]. (JORNAL DA CIDADE DE PINHEIRO, 1972, PÁGINA, p. 6).



Cabe ainda destacar no anúncio do Jornal, a maneira como aconteceu a entrega dos diplomas:

[...] os doutores do ABC, usavam a farda do Colégio sobre a qual usavam a beca vermelha por cima acompanhado de seus padrinhos, recebiam seus diplomas prestando em seguida o juramento [...] o orador da turma foi o Doutorando David Augusto Bacelar Viana Bragança [...]. (JORNAL DA CIDADE DE PINHEIRO, 1972, p. 6).

O Jornal esclarece ainda como foi a apresentação do Calendário Cívico Social, “[...] um calendário cívico narrado pela Sra. Maria José Arruda. Abrindo a festa a graciosa menina Rosário Soares segurando uma flor onde se lia 1972 dando sequência aos meses em desfile [...] intercalados por uma coreografia”.

Como lembrança, a memória da professora entrevistada destaca:

A comemoração era algo que fazia parte do cotidiano e sua importância para a história do CAM, foi imensurável. As solenidades tinham que ser preparadas pelas Diretoras e professoras da melhor maneira possível, tudo nos mínimos detalhes para a elaboração da formatura. Na festa de formatura dos meus primeiros alunos do Jardim, escrevi um texto sobre o calendário cívico social e os transformei em teatro. Gracinha falava que eu gastava tudo com as atividades de 7 de setembro, e as festas do Colégio (GONÇALVES, 2018).

Nota-se que a festa de formatura do Jardim de Infância Zemariazinho foi relevante em Pinheiro conforme o anúncio do Jornal Cidade de Pinheiro e que o calendário cívico social escrito em forma de teatro para que os alunos do CAM participassem das solenidades e recepcionassem os “doutores do abc” que estavam em festa foi inovador. O desempenho dos alunos, das diretoras e das professoras foi avaliado pela sociedade em geral, através das apresentações veiculadas nos dias da festa.

A organização da cerimônia, do convite e da notícia divulgada no Jornal Cidade de Pinheiro demonstrou o tipo de visão acerca do colégio e da representatividade que os alunos possuíam. A entrevista da professora Terezinha Leite (2019), relata que esse evento era muito aguardado por todos:

A cerimônia de diploma do Jardim era muito organizada. A festa era muito falada em Pinheiro. Ao apresentarem a coreografia do Calendário cívico social, as melhores, fantasias eram escolhidas. Não poderia ser nada de papel, tinha que ser de pano e cheia de brilho. O casino não tinha lugar para tanta gente, de tão bonita que era a festa. Nós e Marita não nos importávamos de gastar o que fosse para a festa ficar bonita.

Percebemos que o CAM teve o seu destaque na sociedade pinheirense, mediante as festividades cívicas e sociais que aconteceram tais como: o desfile da independência, as brincadeiras planejadas pelo Grêmio Estudantil, “Dr. Orlando Leite” que também teve seu destaque como Patrono e paraninfo da turma do Jardim de Infância no momento da sua formatura. O ex-aluno Joel (NUNES, 2018), relembra que,

o ambiente do Colégio era muito organizado e festivo, sempre haviam algumas comemorações ocorrendo no CAM, e às vezes eram festas abertas ao público, como a entrega do diploma, no Casino Pinheirense, o dia das mães, o aniversário de um aluno ou de um professor, o desfile de brinquedos, eram comemoradas na sala mesmo ou na porta do Colégio.

Ainda em relação às festas do CAM, a ex-aluna Maria Goretti (2018), relata as festas que existiam no Colégio e, em seguida, recorda a importância do teatro apresentado no dia da formatura:

Lembro-me das festas que aconteciam no colégio, lembro mais das preparações para as festas do que as festas em si, porque quando ia acontecer um teatrinho, ou algum desfile, algo que seria mostrado aos pais, a gente ficava ensaiando por mais de um mês, todo dia tinha que ensaiar um pouquinho, por isso eu me lembro mais dos meses que ficamos ensaiando porque eles duravam muito tempo enquanto as festas, eram apenas em um dia. Claro que teve a festa da formatura do Jardim que marcou muito a gente, acho que por se tratar de fazermos parte dela, apesar de ser colação de grau do Jardim, porém, o teatro apresentado, narrado, e cantado, a mais iremos esquecer.

Na Figura que segue, observa-se como aconteceram as festividades para a entrega do diploma.

Figura 31 – Fotografias da Cerimônia de Formatura



Fonte: Acervo particular da Professora Marita Gonçalves (1972).

Esta mesma figura, remete a uma imagem também pertencente ao arquivo da Professora Marita Gonçalves que retrata a solenidade de formatura. Mesmo já tendo mencionado anteriormente nos escritos sobre este acontecimento a partir do anúncio do jornal, achamos pertinente descrever. Na fotografia 32 pode ser notada a presença de membros da sociedade que participavam da cerimônia, em uma mesa que se destacava por sua organização, na qual estavam presentes da esquerda para direita: o pai de um aluno, Sr. Conrado Saldanha; Dr. Estrela; Sr. César Bragança; Dr. Arruda; Dr. Osias; Dr. Orlando Leite; Sra. Mariinha (C.E.E); Sra. Terezinha Leite; Sr. Dunga, gerente do Armazém Arius em Pinheiro. O palco acima mostra os alunos do 1º grau enfileirados e uniformizados. São os alunos do ginásio que estavam presentes na festa apreciando um dos momentos que foi atribuído a todos os que passaram pela história do colégio.

Abaixo, a mesma fotografia destaca, à frente, a professora Marita Gonçalves, com um vestido em poá, caracterizando a moda da época e a aluna Ana Cristina, narrando o juramento da cerimônia, conforme os escritos da ilustração.

Na sequência mencionou-se como foi desenvolvida a passagem do Colégio Anchieta do Maranhão para o Governo do Estado, denotando também as dificuldades encontradas pelas professoras que formavam a Sociedade Anchieta.

#### **4.12 Razões e motivos do Colégio Anchieta do Maranhão deixar de ser privado e passar a ser instituição de ensino público**

Em setembro de 1973 com a visita do Secretário Estadual de Educação e Cultura, Dr. Carlos Magno Bacelar à Pinheiro para vistoriar a obra do Colégio do Estado que estava sendo implantada, foi oficializado o traslado do CAM, conforme desenvolveremos a seguir.

A mudança de instituição privada para instituição pública se deu a partir da reforma educacional fixada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei nº 5692/71. A lei, como já mencionamos, mostrava que as escolas deveriam ter oficinas para ensinar os alunos uma profissão, ou seja, os pequenos estabelecimentos escolares deveriam ampliar as salas para montar as oficinas com aptidões e iniciação para o trabalho no ensino de 1º grau conforme mostra a citação a seguir:

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento. § 2º A parte de formação especial de currículo: a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau (BRASIL, 1971, não paginado).

Mediante relato da professora Marita Gonçalves, em Pinheiro, na época, o Estado já estava em fase de conclusão de um prédio amplo para comportar as diretrizes da nova lei. O CAM não dispunha desse espaço e, com isso, as Diretoras que formavam a Sociedade Anchieta do Maranhão, decidiram que o Colégio não tinha como funcionar de acordo com estes ditames o que fez com que marcassem uma reunião com o Secretário Estadual de Educação e Cultura, Dr. Magno Bacelar, na intenção de pedir a encampação do Colégio ao Governo do Estado. A seguir trataremos sobre os motivos dessa mudança, nos excertos de um dos sujeitos agentes da pesquisa:

O Colégio passava por dificuldades financeiras. Em Pinheiro o estado já estava em fase de conclusão de um prédio amplo para comportar essas mudanças da nova lei. Foi aí, que acordamos para a realidade. Não tínhamos espaço suficiente em nosso Colégio. A estrutura que a lei exigia, era imensa. A escola do estado, em Pinheiro tinha tudo de bom, inclusive as oficinas; Só na oficina de ciências tinham 25 microscópios e nas oficinas de marcenaria tinha de tudo, desde serrotes a martelos. Então, decidimos que íamos fechar nossa instituição. Em setembro desse mesmo ano, chega a Pinheiro, o Dr. Magno Bacelar e lá fomos nós falar com ele na Prefeitura. Pedimos para ele encampar o Colégio no Estado. Levamos toda a documentação e mostramos. Já havíamos escrito ao Ministro de educação na época, Jarbas Passarinho, mas não tivemos êxito. (GONÇALVES, 2018).

A entrevistada, nos diz ainda:

Na nossa conversa com o Secretário de Estado da Educação e Cultura Dr. Magno Bacelar pedimos uma ajuda para o CAM, mas este falou que o MEC não estava ajudando escolas particulares e foi então que decidimos pedir para ele encampá-lo ao Estado, em troca ele deveria nos levar para trabalhar lá e manter o mesmo nome. Choramos demais, mas esta era a última alternativa. Logo ele pediu que fizéssemos um Memorial sobre o Colégio e entregássemos a ele. E assim foi feito. Nosso Colégio passou a ser do estado, muito rápido. Não quisemos fazer parte da diretoria. Teresinha Leite, era secretária, Marita Gonçalves, professora de Geografia, Gracinha Moreira, não quis ir para lá e Anete Bacelar, já havia saído da sociedade. Com os pais dos alunos foi feita uma reunião para tratarmos o assunto e todos entenderam a situação. (GONÇALVES, 2018).

De acordo com o Memorial, transcreveremos a seguir o texto que acompanhou a documentação:

Omitimos o pedido da perpetuação do nome de “Anchieta” no futuro Complexo Escolar Estadual, porque na realidade não o reivindicamos, essa determinação surgiu de um gesto generoso do magnânimo Secretário Carlos Magno Duque Bacelar. Este fato comoveu-nos profundamente, pois a nossa admiração de Educadoras por José de Anchieta é justa. Dele procuramos seguir o exemplo e o amor pelo magistério. A ele devemos os ensinamentos e o estímulo das nossas primeiras realizações. (MEMORIAL DESCRITIVO, 1972, p. 5).

A Instituição que tivera o nome de Colégio Anchieta do Maranhão, nesse novo espaço passou a ser renomeado Complexo Escolar de 1º grau José Anchieta e passou a viver a partir deste momento uma nova fase da sua história. De acordo com as informações contidas no Memorial que foi entregue ao Secretário de Estado da Educação e Cultura, e que se encontra

em anexo neste trabalho, a justificativa se constitui da seguinte maneira conforme mostra a Figura 32:

Figura 32 — Justificativa de doação do Colégio para o Governo do Estado do Maranhão

Sociedade Colégio "Anchieta do Maranhão"  
Pinheiro — Maranhão

J U S T I F I C A T I V A

Conferre apresentação da situação do Colégio "Anchieta" do Maranhão e considerando que o Reg no abriga, em sua maioria, alunos reconhecidamente pobres" as Diretoras, ao proporem doar o Colégio para o Estado, " confia na Secretaria de Educação, através do seu eficiente e eficiente Secretário, pois reconhece que só um COLÉGIO PÚBLICO, atenderá às necessidades dos referidos alunos.

o fizessem com o coração dilacerado, entretanto, convictas " de isto constituirá um bem para nossos alunos - quase filhos - pois só o Governo tem condições econômicas de por em prática " a maravilhosa Filosofia da Reforma.

Aproveitamos a oportunidade para nos " colocar à disposição da Secretaria de Educação.

Serenos, humildes instrumentos que es- tarão dispostos a batalhar, com denodo, pela nobre causa da E - Educação de nossa terra.

\_\_\_\_\_  
Maria Rita Lobato Gonçalves

\_\_\_\_\_  
Maria da Graça Moreira Leite

\_\_\_\_\_  
Terezinha da Costa Leite Guterres

Fonte: Memorial Descritivo(1972).

Figura 33 — Reportagem sobre o traslado do CAM para o prédio do Estado

# NOTA DE ESCLARECIMENTO

Ao findar o ano letivo de 1973, a Diretoria do CAM sente se será um marco de segurança e de progresso. Quanto ao fato da mudança dos alunos do Anchieta para o Colé- gio do Estado, cumpre nos esclarecer o seguinte:

Quando da estada do Secretário de Educação - Sr. Carlos Má- so idealismo levou nos a fundar o Anchieta, dando oportunidade aos me- no Bacelar nesta cidade, em 8 de setembro próximo passado, a Diretoria nos favorecidos, suprido assim uma lacuna. Jamais interesses pessoais do Colégio Anchieta do Maranhão o procurou e propôs doar o referido estabelecimento de Ensino ao Estado. A proposta foi aceita pelo Sr Secre- tário, que naquela oportunidade se encontra ladeado pelo Prefeito Muni- cipal e Dep. Manoel Paiva, os quais, cumpre ressaltar, evidenciaram sobrepuseram o ideal que nos alimentou durante dois anos. Esta dizer que neste exercício estudaram como bolsistas do Anchieta. 52 alunos não obstante as dificuldades financeiras enfrentadas. Quando surge um Colégio Público em Pinheiro, que aplicará a filosofia da Reforma, atendendo os alunos menos favorecidos, nossa missão finda.

Esperamos nesta hora, a felicidade do dever cumprido e tranquilamente confiamos os nossos alunos, quase filhos à mães mais po- derosas convictos de que lhes darão a bagagem intelectual e moral de que necessitam para vencer.

Pinheiro, 07 de dezembro de 1973

Terezinha Costa Leite Guterres  
Maria Rita Gonçalves  
Maria da Graça Moreira Leite

Aguardemos alunos a matrícula dentro em breve, pois o Com- plexo Escolar em Pinheiro é uma realidade, que prenuncia novos horizon- tes para a juventude de nossa terra. A Reforma do Ensino implantada no Brasil,

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, n. 2478 (1973).

A publicação da matéria feita pelo Jornal Cidade de Pinheiro circulou no município no dia 8 de dezembro de 1973 e estampou como título “Nota de Esclarecimento”, apresentando no seu conteúdo as informações sobre o traslado do CAM para o prédio do novo Complexo Escolar do Estado. De acordo com a assinatura da reportagem, fica claro que as professoras escreveram tal nota com o objetivo de justificar à sociedade pinheirense pelo ocorrido. Segue um trecho dessa matéria para facilitar a compreensão dos escritos do Jornal:

Ao findar o ano letivo de 1973, a diretoria do CAM sente-se na obrigação de tranquilizar os Senhores pais de alunos no que se refere a matrícula de seus filhos para o ano de 1974. Quando da estada do Secretário de Educação – Sr. Carlos Magno Bacelar nesta cidade em 8 de setembro próximo passado, a Diretoria do Colégio Anchieta do Maranhão o procurou e propôs doar o referido Estabelecimento de Ensino ao Estado. A proposta foi aceita pelo Sr. Secretário que naquela oportunidade se encontrava ladeado pelo Prefeito Municipal e Deputado Manoel Paiva, os quais cumpre-nos ressaltar, evidenciaram esforços no sentido de mostrar a autoridade educacional que o nosso trabalho era muito válido e que essa medida seria oportuna, uma vez que o Colégio Anchieta abriga na sua maioria alunos pobres. Estejam, portanto tranquilos os alunos do Anchieta porque o Sr. Magno cumprirá a palavra empenhada. Como se não bastasse a hombridade da pessoa que dirige atualmente dos destinos da Educação no Maranhão, a Diretoria do Colégio Anchieta recebeu, ontem, através do Sr. Filadelfo Mendes, a confirmação do fato. (JORNAL CIDADE DE PINHEIRO, 1973,n. 2478, p. 1).

A matéria foi longa, haja vista que o discurso elencado para a sociedade pinheirense, não só justifica o acordo entre o CAM e o Governo do Estado, mas também a segurança aos pais em manter seus filhos matriculados em um estabelecimento educacional com o aval das diretoras.

Para a despedida no CAM, a professora Marita Gonçalves escreveu uma cartinha para cada uma das suas alunas. Algumas foram colocadas no correio e outras entregues em mãos. Trinta anos depois, ao encontrar com uma das alunas, esta lhe falou que a Professora era responsável por um fato em sua vida de estudante que a marcara profundamente: a carta de despedida que havia sido escrita para ela. Ela decorou a carta e isto representou para a Professora, uma grande emoção. Assim falando, pegou um papel e uma caneta e reproduziu a cartinha:

Laurimar, hoje estou me despedindo de vocês. Não poderia fazê-lo sem antes lhe dirigir algumas palavrinhas do afeto que vocês tanto merecem. Tê-la como minha aluna, foi uma grande felicidade, pois eu conheci e pude descobrir toda beleza de alma de menina pura, boa e educada. Felicidades! Um abraço! Marita. (GONÇALVES, 2018))

Com tais comentários, entende-se o afeto e as atitudes da professora para com seus alunos assim como a reciprocidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou compreender o processo histórico do Colégio Anchieta do Maranhão nos anos de 1970 a 1973, sendo esta uma instituição privada que ofertava cursos pré-primário, primário e ginásio no município de Pinheiro/MA .

Nessa perspectiva, aponta-se que a investigação permitiu perceber a intenção de resgatar a historicidade de uma instituição importante para a constituição do campo educacional pinheirense pela inexistência de pesquisas nesta área sendo que isso nos levou a construir um itinerário em textos, memórias orais, fotos e outros materiais que ajudaram-nos a tecer a história deste estabelecimento considerando as culturas escolares, os sujeitos e as práticas, entrelaçadas em tempos e espaços.

A nossa análise privilegiou as representações, concedidas a partir da narrativas das professoras e ex-alunos que compunham o cotidiano da mesma, no período de 1970 a 1973, no entanto articulamos este procedimento acrescido aos demais que permeiam esta pesquisa.

As entrevistas nos possibilitaram construir as configurações sócio educacionais do Colégio Anchieta do Maranhão, ajudando-nos a caracterizar a sua cultura escolar mediante as práticas escolares vivenciadas, bem como a organização com seus saberes, as normas disciplinares e as festividades. Sobre estes aspectos destacamos algumas constatações: a) Os saberes do currículo escolar eram mediados pelo espelho da Lei 5692/71 voltada a uma proposta que valorizava aulas em conjunto, interagindo com outras escolas e trabalhando uma didática diferenciada de outros estabelecimentos; b) Sobre as normas disciplinares segue o manual do aluno; c) No que diz respeito as festividades enquanto produções culturais a escola atendia as datas comemorativas e criava outras de acordo com as necessidades internas do estabelecimento.

A dinâmica institucional levou o Colégio a produzir uma multiplicidade de documentos e registros, exigidos pela administração nos aspectos que envolviam a estrutura e organização para o seu funcionamento, que perpassaram inclusive o âmbito pedagógico dentro de um recorte temporal que iniciou-se em 1970, ano da criação do Colégio Anchieta do Maranhão como instituição escolar privada, e que foi até 1973, ano em que passou a ser uma escola pública estadual renomeada de Complexo Escolar de 1º Grau José Anchieta.

No que diz respeito ao processo histórico do Colégio Anchieta do Maranhão considerando as culturas escolares acreditamos que este desenvolveu uma política educacional compensatória para muitos sujeitos que não possuíam condições de ingressarem em outras escolas, no entanto alguns aspectos socioeconômicos foram negligenciados.

O modelo educativo vislumbrava práticas desenvolvidas em escolas da capital sendo a sua aplicação, muitas vezes, distante da realidade local, porém acreditamos que muitas delas engendradas foram assimiladas pelos sujeitos da escolarização e aderidas principalmente pelo nível de aprendizagem já desenvolvido no interior do Colégio.

As escolas privadas eram voltadas para o ensino noturno e por essa razão, acolhia o público adulto fazendo com que o CAM preenchesse uma lacuna contribuindo para o cenário das escolas pinheirenses que atendiam um público específico de crianças e adolescentes.

Acerca da identificação quanto a origem da criação do Colégio Anchieta do Maranhão e a sua organização no cotidiano escolar foram evidenciados, sem tantas dificuldades considerando que tanto os entrevistados quanto os documentos fornecidos nos permitiram traçar os percursos originários, as motivações para a fundação da escola e o lugar que ela ocupou na cidade. Esclarecemos também, que poucas pessoas conhecem esta etapa da trajetória dessa instituição incluindo as motivações para a sua criação e as mutabilidades pelas quais a instituição passou, sobretudo as mudanças de prédio, além dos acontecimentos e práticas educativas que se deram em seu interior.

Nesse sentido, os aspectos elencados foram as práticas no interior da sala de aula, as práticas de leitura e escrita como um fio condutor dos demais saberes, as “mil maneiras de fazer” com ordem e disciplina e as formas de quantificar, ou seja, os registros da aprendizagem escolar. Destacam-se as práticas de leitura e escrita como pontos-chave no Ensino Primário na instituição escolar enquanto atividades norteadoras para o ensinamento dos demais saberes. Pudemos perceber sob este último aspecto que a utilização de produções de desenhos, frases, redações, poesias, ditados, cópias, leituras e declamações, ocorriam no cotidiano da sala de aula, nas lições de casa, e nas comemorações escolares.

Outro aspecto a destacar foi a ordem e a disciplina como condutores das formas de organizar questões como a pontualidade, o uso do uniforme escolar, o comportamento dentro e fora do ambiente escolar, os tempos, os espaços e as práticas escolares.

Identificou-se também que os alunos conservavam laços estreitos com o referido Colégio, ou seja, atuavam com compromisso, empenhados com as atividades do Grêmio Estudantil e das Festas Escolares, aperfeiçoando os valores, os princípios e as práticas obtidas pelo Manual do Aluno caracterizado pelo ambiente fazendo com que todos participassem das atividades educativas, tais como as Festas Cívicas e educativas. Estas atitudes estimulavam a permanência da família na escola e motivavam a ocorrência de novas matrículas.



Nos saberes e práticas pedagógicas observou-se que o currículo escolar oferecido pelo CAM era formado por disciplinas obrigatórias em conformidade com a lei 5692/73 vigente à época e comum às demais escolas.

Por sua vez, no que se refere as festividades escolares, foi observada na pesquisa o envolvimento dos alunos e dos pais, de modo que eram realizados as representações teatrais e palestras envolvendo toda a comunidade escolar, assim como as formaturas do ABC que para a época em questão faziam parte da cultura escolar ali instalada.

A pesquisa também assinalou que a maioria dos alunos matriculados no CAM eram provenientes de famílias que possuíam recursos financeiros para o pagamento dos estudos dos filhos, porém, outros alunos eram reconhecidamente menos favorecidos, de modo que estes foram beneficiados durante a sua permanência com bolsas de estudos.

Quanto à formação profissional das professoras, a pesquisa mostrou que estas apresentavam experiências educativas como normalistas e que só após o encerramento das suas atividades no CAM que se habilitaram a nível superior.

Percebeu-se que no percurso da pesquisa muitas foram as escolhas e os recortes feitos, além disso, foram percebidas lacunas e potencialidades para outras pesquisas, pois além do alargamento da análise em um período temporal maior envolvendo a continuidade das atividades educativas do colégio e de outros aspectos da cultura escolar, seriam importantes.

Esses elementos foram reiterados em cada entrevista efetuada com os ex-alunos e ex-professoras, podendo serem considerados características desta instituição de ensino.

Por fim, o CAM, por ser hoje uma instituição às vésperas de completar 50 anos, teve o poder de proporcionar diversas formas de olhar a história contribuindo para que se pudesse conhecer o caminho percorrido pela educação pinheirense até o marco final da pesquisa em 1973, e por conta disto, não pretendemos esgotar o assunto aqui, pois foi narrada apenas uma parte da história desta instituição, no intuito de ser o início do processo para que se instigue novos pesquisadores a se questionarem: Que práticas pedagógicas foram utilizadas nas décadas seguintes? Que leis estavam vigentes à época? Quem de certo modo centralizava o poder? Quais as várias facetas que permearam as concepções dos alunos? Quais as ‘novas’ formas de cultura que foram instauradas dentro da escola? Assim, deseja-se que novos pesquisadores surjam para desvendar esta rica história que ainda está, em partes, em forma de suspense.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. *In*: PINSK, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155 -202.

ALVIM, Aymoré de Castro. **Pinheiro em Foco: crônicas**. São Luis, 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Reunião 10 livros de poesia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

BACELAR, Ana Luisa [Anete]. Entrevistas de diretoras e professoras do Colégio Anchieta do Maranhão. [Entrevista cedida a] Violeta Cristina Soares Moraes. São Luís, 2018.

BARROS, José d'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiografia. **Revista Textos de História**, UNB, vol. 11, n. 1 e 2, dez. 2003, p.145-171.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier. **Revista Diálogo**, Maringá, v.9, n.1,p. 125-141, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526860014.pdf>. Acesso em: 23 de jul. de 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo:UNESP, 1992. (Biblioteca Básica).

CAETANO, Wagner Aparecido. **Memórias de professores na construção da educação escolar em Presidente Prudente (1950-1970)**. 2018. Tese. (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153931>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SILVA, Maria Goretti Oliveira Cardoso e. Entrevistas de ex-alunos e alunas do Colégio Anchieta do Maranhão. [Entrevista cedida a] Violeta Cristina Soares Moraes. São Luís, dez. 2018.

CARNEIRO, Rita de Cássia Oliveira. **Quando a casa é a escola: trajetórias de professoras leigas no interior da Bahia (1950-1980)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018. Disponível

em:<http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/1036/1/TESE%20RITA%20DE%20CASSIA%20O%20CARNEIRO.pdf>. Acesso em 20 jul. 2018.

CASTRO, César Augusto. A educação da infância desvalida no Maranhão oitocentista: a casa de educandos artífices. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 4., 2006, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: PUC-GO, 2006.p. 1-11. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Cesar%20Augusto%20Castro%20-%20Texto.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CASTRO, César Augusto. Os Estudos e as pesquisas sobre Instituições Escolares no norte e Nordeste Brasileiro. *In: Encontro de Pesquisa Educ Norte Nordeste*, 23., 2014, Natal. **Anais [...]**. Natal, UFRN, 2014. p. 17-18.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velazques. Estratégias de apropriação das fontes documentais para o resgate histórico das Casas de Educandos Artífices no Brasil Império. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS*, 7., 2009. Campinas. **Anais [...]**. Campinas, Unicamp, 2009. p. 1.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990. Disponível em: [https://moodle.fct.unl.pt/pluginfile.php/122510/mod\\_resource/content/0/Leituras/Chervel01.pdf](https://moodle.fct.unl.pt/pluginfile.php/122510/mod_resource/content/0/Leituras/Chervel01.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

COSTA, C. R. **A Baixada Maranhense**. São Luis: SIOGE, 2008.

COSTA, Diulinda Pavão. **O cenário educacional na Princesa da Baixada (1930-1950)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em:  
<http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/222/1/DISSERTACAO%20DIULINDA.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

COSTA, Cleonice Marques. **Modernidade e atraso na educação pública maranhense: Uma análise do discurso governamental (1966 a 1979)**. Dissertação (Monografia, Licenciatura em História) UEMA, São Luís, 2008. – Licenciatura em História – 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)**. 2.ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FERREIRA, Ana Maria Costa. Entrevistas de ex-alunos e alunas do Colégio Anchieta do Maranhão. [Entrevista cedida a] Violeta Cristina Soares Moraes. São Luís, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. **Projeto História**. Ética e História oral, São Paulo, nº 15, p.157-164, abr. 1997.

FORQUIN, J. Claude. **Escola e Cultura**: a sociologia do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FURTADO, Alessandra Cristina; SCHELBAUER, Anaete Regina; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira(org.). **Itinerários e singularidades da institucionalização e expansão do ensino primário no Brasil (1930-1961)**. Maringá: Eduem, 2019. p. 218-242.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. *In*: ARAÚJO, J. C. S; GATTI JÚNIOR, D. (org.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira**: instituições escolares e educação pela imprensa. Campinas: Autores Associados, Uberlândia: EDUFU, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

GONÇALVES, Maria Rita Lobato [Marita]. **A história de uma casa, contada por ela mesma**. Pinheiro, 2012. Disponível em: <http://herasmoleite-ph.blogspot.com/2012/12/a-historia-de-uma-casa-contada-por-ela.html>. Acesso em: 26 abr. 2019.

GONÇALVES, Maria Rita Lobato [Marita]. Entrevistas de diretoras e professoras do Colégio Anchieta do Maranhão. [Entrevista cedida a] Violeta Cristina Soares Moraes. São Luís, ago./nov. 2018.

GOOGLE MAPS. **Mapa do Maranhão e de Pinheiro**, 2019. Disponível em: <tps://www.google.com/maps>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GUTERRES, Teresinha da Costa Leite [Teresinha Leite] . Entrevistas de diretoras e professoras do Colégio Anchieta do Maranhão. [Entrevista cedida a] Violeta Cristina Soares Moraes. São Luís, 2018.

HALBWACHS, Maurice. A memória nos idosos e a nostalgia do passado. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 7, n. 21, p. 633- 658, 2006. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/rbse/halbwachs\\_traducao.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/rbse/halbwachs_traducao.pdf). Acesso em: 12 jun. 2019.

JOVCHELOVICH Sandra; BAUER; Martin W. Entrevista Narrativa. *In*: BAUER; Martin W;

GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n.1, jan./jun., p. 9- 43, 2001.

LAZZARON, Vanessa. **História do Colégio do Carmo de Caxias do Sul/RS: praticas pedagógicas e rotinas escolares(1908-1933)**. 2015.Dissertação (Mestrado em Educação)

–Programa de Pós graduação em Educação. Universidade de Caxias do Sul,RS, 2015.  
Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/1060>. Acesso em: 12 jun. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernado Leitão *et al.* 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEITE, Graça. **Bem- ti -vi bem te conto**. São Luis, Estação Gráfica, 2007. (Crônicas pinheirenses).

LEITE, Maria da Graça Moreira [Gracinha Moreira]. Entrevistas de diretoras e professoras do Colégio Anchieta do Maranhão. [Entrevista cedida a] Violeta Cristina Soares Moraes. São Luís, 2019.

MAGALHÃES, Justino. A construção de um objecto do conhecimento histórico do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições. **Educação Unisinos**, vol. 11, n. 2, ago. 2007. Disponível em: [file:///H:/violeta/violeta%20anexos/5694-17709-1-SM%20\(1\).pdf](file:///H:/violeta/violeta%20anexos/5694-17709-1-SM%20(1).pdf). acesso em: 25 abr 2019.

MARQUES, Maria Angélica Reis [Branca]. Entrevistas de diretoras e professoras do Colégio Anchieta do Maranhão. [Entrevista cedida a] Violeta Cristina Soares Moraes. São Luís, 2018.

MERCADO LIVRE. **Cartilha Exercicios Meu Companheiro 3 Serie**. Disponível em: [https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-968277605-cartilha-exercicios-meu-companheiro-3-serie-\\_JM?quantity=1](https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-968277605-cartilha-exercicios-meu-companheiro-3-serie-_JM?quantity=1). Acesso em: 22 abr. 2019.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão**. São Luis, Editora Universitária, 2003.

MUYLAERT, Camila Junqueira *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. esc. enferm.** São Paulo:, vol. 48 n. 42. São Paulo p. 193-199. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342014000800184&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342014000800184&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 12 abr 2019.

NASCIMENTO, T. L. **Análise documental: teoria e prática**. Palmas: IFT, 2012

NAVARRO, A. Guida. O POVO DAS ÁGUAS: carta arqueológica das estearias da porção centro-norte da baixada maranhense. **Caderno de Pesquisa**. São Luis, set./dez.2013.Disponívelem: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/2264/363>>. Acesso em: 23 de julho de 2019.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Linea, 2013.

NUNES, Iran de Maria Leitão. **Ideal Mariano e docência: a identidade feminina da Proposta Educativa Marista.(1908-1920)**. UFMA, 2006.

NUNES, Joel. Entrevistas de ex-alunos e alunas do Colégio Anchieta do Maranhão. [Entrevista cedida a] Violeta Cristina Soares Moraes. São Luís, 2018.

PARADA, Mauricio. **Educando corpos e criando a nação**. São Paulo: Editora PUC Rio, 2009.

PAVANI, Aline Rubiane de Carvalho. **Um estudo sobre a criação das instituições escolares do município de Itápolis**, São Paulo, na primeira metade do século XX. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação Escolar. Faculdade de Ciências e Letras. UNESP, Araraquara, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150275>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Historia e Historia Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, v. 7, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

\_\_\_\_\_. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

\_\_\_\_\_. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção: História & Reflexões).

PESSOA, Claudeilson Pinheiro. **Aobra educacional dos irmãos de Nicollet em Guimarães MA (1953-1965)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/273/1/Dissertacao%20Claudeilson.pdf>. Acesso em 12 jan. 2019.

SAVIANI, Demerval. A trajetória da pedagogia católica no Brasil: da hegemonia à renovação pela mediação da resistência ativa. Da história do tempo ao tempo da história. In: SAVIANI (Org.). **História do tempo e tempo da história: estudos de historiografia e história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. p. 55-68.

SAVIANI, Demerval. Da história do tempo ao tempo da história. In: SAVIANI (Org.). **História do tempo e tempo da história: estudos de historiografia e história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. p. 1-10.

SOARES, Alairton Luis Araujo. **Ginásio Pinheirense: criação e inserção no contexto sociocultural da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense (1953 – 1963)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30112016-105424/pt-br.php>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SOARES, José Jorge Leite. **Lugar das Águas; Crônicas Históricas**. São Luis, 2006.

SOUZA, Anderson Teixeira de. **A memória revelando práticas educativas: representações da configuração docente na cidade de Aracaju – Década de 1980**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Tiradentes, Aracaju – SE, 2015. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/1057>. Acesso em 12 jan. 2019.

VASCONCELOS, M. C. C. **A casa e os seus mestres**: a educação no Brasil de oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VINÃO FRAGO, A. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, p. 63-82, 1995. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FRAGO.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Apontamentos para a história pública e particular do Maranhão:1929 a 1989 (2ª parte)**.São Luis, 2014.

## **FONTES HISTÓRICAS**

### **ATAS**

PINHEIRO (MA). Ata da sessão extraordinária do Colégio “Anchieta” do Maranhão realizado em 15 de abril do corrente ano. **Livro de atas**. Pinheiro, 1972.

PINHEIRO (MA). Ata da sessão extraordinária do Colégio “Anchieta” do Maranhão realizada em vinte e dois (22) de abril do corrente ano. **Livro de atas**. Pinheiro, 1972.

### **MATERIAIS DE ACERVOS PARTICULARES**

#### **ACERVO PARTICULAR DE MARIA RITA LOBATO GONÇALVES [MARITA]:**

A CASA DOS GONÇALVES. Pinheiro, 2005. 1 Fotografia color.

CONVITE DE FORMATURA. Turma Dr. Orlando Leite. Pinheiro, 1972. Folder color.

CONVITE DE FORMATURA . Doutorandos. Pinheiro, 1972. Il. color.

FOTOGRAFIAS DA CERIMÔNIA DE FORMATURA. Pinheiro, 1972. 1 Fotografia color.

IMAGEM DA BIBLIOTECA DO CAM. Pinheiro, 1972. 1 Fotografia p&b.

MANUAL DO ALUNO. Pinheiro, 1972. Il color

MEMORIAL DESCRITIVO DO COLÉGIO “ANCHIETA” DO MARANHÃO: instalação, histórico, manutenção e autorização. Pinheiro: Sociedade Colégio “Anchieta” do Maranhão, 1973.

PRIMEIROS ALUNOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO COM A PROFESSORA. Pinheiro, 1970. 1 Fotografia p&b.

#### **ACERVO DO ARQUIVO DO C.E. JOSÉ DE ANCHIETA:**

MARANHÃO. Regimento interno. **Diário Oficial do Maranhão**, 21 de maio de 1971.

MARANHÃO. Resolução n. 04 de 31 de janeiro de 1972. **Diário Oficial do Maranhão**, 31 de janeiro de 1972. .

#### **ACERVO FOTOGRÁFICO DO ÁLBUM DA FAMÍLIA DO FOTÓGRAFO RAIMUNDO BECKMAN SOARES (BABU):**

CARTÃO POSTAL DA AV PRESIDENTE DUTRA. Pinheiro, 1970. 1 Fotografia p&b.

CARTÃO POSTAL DA AV. GETÚLIO VARGAS, PINHEIRO – DÉCADA DE 1970. Pinheiro, 1970. 1 Fotografia color.



CARTÃO POSTAL DA CATEDRAL DE SANTO INÁCIO DE LOIOLA. Pinheiro, 1970. 1  
Fotografia color.

CARTÃO POSTAL DA PRAÇA JOSÉ SARNEY – DÉCADA DE 1970. Pinheiro, 1970. 1  
Fotografia color.

### **JORNAL CIDADE DE PINHEIRO**

PINHEIRO. A ECA. **Jornal Cidade de Pinheiro**, ano XLI, n. 2001, fev. 1962. 6 p.

PINHEIRO. Ginásio Ináh Rêgo. **Jornal Cidade de Pinheiro**, ano LI, abr. 1971. 6 p.

PINHEIRO. A cerimônia de formatura. **Jornal Cidade de Pinheiro**, ano LI, n. 2428, dez. 1972. 8 p.

PINHEIRO. Início do ano letivo. **Jornal Cidade de Pinheiro**, ano LI, n. 2439, mar. 1973. 6 p.

PINHEIRO. Autorização para funcionamento. **Jornal Cidade de Pinheiro**, ano LI, n. 2431, jan. 1973. 8 p.

PINHEIRO. Atividade do grêmio estudantil. **Jornal Cidade de Pinheiro**, ano LI, n. 2454, jun. 1973. 6 p.

PINHEIRO. Nota de esclarecimento. **Jornal Cidade de Pinheiro**, ano LI, n. 2478, dez. 1973. 6 p.

## **APÊNDICES**



## APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS PARA AS DIRETORAS PROFESSORAS

### **ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

#### **Roteiro das entrevistas para as diretoras- professoras:**

Dados de Identificação:

Nome:

Idade:

Local que reside:

Função que assumiu no Colégio:

Formação escolar:

Período em que ficou na Instituição:

O que você lembra e poderia contar sobre a história do Colégio Anchieta do Maranhão?

Qual era o papel do Colégio na comunidade pinheirense?

Como eram as relações do Colégio com a comunidade?

Como eram as relações com os professores, alunos e funcionários?

O que vocês priorizavam na educação?

Como era a organização dos currículos escolares?

De que forma eram selecionados os professores e funcionários que trabalhavam/trabalham no Colégio?

Como era a relação dos professores e funcionários com a direção?

Quais eram as principais atividades e festividades desenvolvidas no Colégio?

Como era o dia-a-dia no Colégio? Como era a organização do Colégio?

Quais eram os alunos? Como era a relação deles com a direção?

Quais eram/são as principais atividades desenvolvidas pela direção?

O que mudou quando o Colégio passou para a responsabilidade do Estado?



## APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS PARA OS EX-ALUNOS

### **ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

#### **Roteiro das entrevistas para os ex-alunos:**

Dados de Identificação:

Nome:

Idade:

Local que reside:

Formação escolar:

Período em que ficou na Instituição:

O que você lembra e poderia contar sobre a história do Colégio Anchieta do Maranhão?

Como era sua relação com o Colégio?

O que mais lhe marcou durante o período em que esteve no Colégio?

Como eram as relações com as Diretoras?

Como eram as relações com professores, funcionários ?

Como eram os professores?

Como era organizado o currículo do Colégio?

Quais foram os recursos didáticos utilizados?

Como eram as normas disciplinares do Colégio? Como elas eram cobradas?

Quais as principais atividades e festividades realizadas?

Como era o dia-a-dia no Colégio?

**ANEXOS**

## ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
 FUNDAÇÃO INSTITUÍDA PELA LEI Nº 5.152 DE 21/10/1966  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

O (a) Senhor (a) está sendo **convidado(a)** pela pesquisadora Violeta Cristina Soares Moraes (pesquisadora mestranda) e pelo pesquisador Dr César Augusto Castro (professor orientador) vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, a participar como voluntário(a) de um estudo científico sobre o **Colégio Anchieta do Maranhão: história de uma instituição escolar - Pinheiro/MA (1970-1973)**.

Nesta pesquisa pretendemos analisar as motivações e possíveis modificações decorrentes da passagem desse Colégio enquanto instituição escolar privada no contexto da cultura escolar, evidenciando a sua organização e, por conseguinte as suas práticas escolares. Para a realização desta pesquisa é imprescindível a participação das Diretoras, professoras e ex-alunas (os) do colégio no referido período.

Para esta pesquisa adotaremos como procedimentos de coleta de dados As entrevistas serão realizadas na própria casa dos Senhores(as) em local e horário previamente acertado e tendo o cuidado para não prejudicar as atividades do(a) participante. As entrevistas só serão gravadas se o(a) participante der autorização expressa para isso.

Os riscos envolvidos nesta pesquisa consistem em: interferência na vida e na rotina dos participantes, invasão de privacidade, responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, perda de autocontrole e integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados, divulgação de dados confidenciais e tomar o tempo do participante ao responder a entrevista. Porém, tomaremos todas as medidas para evitar e/ou amenizar esses riscos. Ao garantirmos o acesso aos resultados individuais e coletivos, minimizaremos desconfortos, garantindo que a pesquisadora esteja habilitada ao método de coleta dos dados, ficando atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto, assegurando a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem, garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos participantes, assumindo a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos, garantindo que o estudo será suspenso imediatamente

ao perceber algum risco ou dano ao sujeito participante da pesquisa, conseqüente à mesma, não previsto no termo de consentimento, garantindo que os sujeitos agentes participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização, garantindo a divulgação pública dos resultados da pesquisa, garantindo que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes dos sujeitos agentes participantes da pesquisa, assegurando a inexistência de conflito de interesses entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa e garantindo que as informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para a finalidade prevista nesta dissertação, conforme aprovação no TCLE. A pesquisa contribuirá para a ampliação do campo dos estudos da História das Instituições Escolares na área da história da educação maranhense, pois, traz subsídios para a compreensão do processo de expansão e/ou interiorização do sistema escolar ao situar as inter-relações do poder privado, municipal e estadual.

Em virtude de estarmos fazendo uma pesquisa com seres humanos, nos comprometemos a seguir todos os procedimentos éticos das pesquisas em ciências humanas e sociais nos processos de coleta de dados e nos demais procedimentos adotados no desenvolvimento desta pesquisa (Resolução nº 510/2016). Desse modo, reconhecemos a liberdade e a autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, respeitaremos os direitos humanos e não praticaremos nenhuma forma de arbítrio ou autoritarismo, assim como respeitaremos os valores e identidades culturais, sociais, morais, religiosos, bem como os hábitos e costumes dos participantes da pesquisa.

Outrossim, nos comprometemos, ainda, a garantia de consentimento dos participantes da pesquisa, dando total esclarecimento sobre seu sentido e implicações, assim como total confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz, porém nesta pesquisa é de grande valia o nome desses entrevistados, haja vista serem os pioneiros da história do Colégio.

Nos comprometemos ainda, a prestar qualquer esclarecimento, tirar dúvidas e disponibilizar qualquer material produzido pela pesquisa, tendo o participante o direito de ter qualquer informação sobre os processos de coleta de dados e demais procedimentos da pesquisa. Nesse sentido, garantimos que de forma alguma será utilizada, por parte da pesquisadora, qualquer informação obtida na pesquisa que possa prejudicar os seus participantes. Assumimos, portanto, o compromisso de propiciar assistência e eventuais danos

materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário.

Para participar da pesquisa, a(o) Senhor(a) não terão nenhum custo e nem receberá nenhum tipo de vantagem financeira, ficando assegurado que se vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação, previsto ou não neste Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, o direito à indenização, por parte do pesquisador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa. Os resultados da pesquisa serão apresentados na dissertação de mestrado da pesquisadora e através da produção de artigos e apresentação de trabalhos em eventos científicos. Em todos esses trabalhos, o(a) senhor (a) não será identificado e fica garantido total sigilo quanto ao seu nome e informações confidenciais. Ao senhor(a) é garantida a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicação prévia. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é tratado pelo pesquisador ou pela escola.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida ao Senhor(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução nº 510/2016 do CEP/CONEP, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, contato \_\_\_\_\_, fui informado dos objetivos da pesquisa **“Colégio Anchieta do Maranhão: história de uma instituição escolar - Pinheiro/MA (1970-1973).”** de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Concordo em dar meu consentimento para a participação na pesquisa. Recebi uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisadora: Violeta Cristina Soares Moraes. Mat.2017108710



Endereço: Rua dos Bicudos, 10, Edifício Toulon, Apto 201, Bairro: Ponta do Farol. São Luis - MA.

Telefone: (98) 984023942

Email: [violeta7cristina@gmail.com](mailto:violeta7cristina@gmail.com)

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFMA – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal do Maranhão

Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética

CEP: 65.080-040

São Luís – MA

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: [cepufma@ufma.br](mailto:cepufma@ufma.br)

São Luís, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do Pesquisador

## ANEXO B — Memorial Descritivo do Colégio "Anchieta" do Maranhão

Sociedade Colégio "Anchieta" do Maranhão  
 Finheiro — Maranhão — fls. 3.

MEMORIAL DESCRITIVO DO COLÉGIO "ANCHIETA" DO MARANHÃO.  
 LOCALIZADO NA CIDADE DE FINHEIRO, MUNICÍPIO DO MESMO NOME.

I - HISTÓRICO: 1972

1 - Instalação:  
 - Surgiu em 1972, com objetivo de colaborar com a Secretaria de Educação, amparando 9 (nove) turmas de 5ª ano.

2 - Histórico:  
 - Concretizando o ideal de três educadoras mães, imbuídas do desejo de ajudar aos alunos menos favorecidos, o Colégio "Anchieta" iniciou suas atividades em maio de 1972 com 148 alunos assim distribuídos:

<u>Curso</u>	<u>Alunos</u>
Jardim	23
1ª a 4ª séries	37
5ª série	88
Total	148

3 - Manutenção:  
 - Foi mantido com a mensalidade de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros).  
 - O dinheiro arrecadado foi investido em aluguel do prédio, carteiras, material didático e de expediente.  
 - As professoras fundadoras abaixo assinadas, trabalharam sem ônus.  
 - O colégio concedia 23 bolsas de estudo, não obstante a exígua mensalidade.

4 - Autorização:  
 - Foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação pela Resolução 14/73 de 10 de janeiro de 1973.

ARTÓRIO DEUSDEDIT LEITE

Racanhoca, por semelhança, a firm.  
 (Da) Da

leil.º 4 do acórd.º

Finheiro, 12.05.76

Maria da Graça Moreira Leite ML  
 Maria da Graça Moreira Leite

Teresinha da Costa Leite Guterres TL  
 Teresinha da Costa Leite Guterres

Maria Rita Lobato Gonçalves MR  
 Maria Rita Lobato Gonçalves

## ANEXO C — Proposta de doação de vagas e aplicação da Lei nº 5692

Sociedade Colégio "Anchieta do Maranhão"

Pinheiro — Maranhão

Ex.<sup>o</sup> Sr. Secretário de Educação do Maranhão.

Pinheiro, 08/09/73.

As Diretoras do Colégio "Anchieta do Maranhão", propõem-lhe respeitosamente doar o referido estabelecimento de Ensino com todo material escolar, no Estado, apresentando as seguintes reivindicações:

I- Que sejam garantidas 380 (trezentas e oitenta) vagas, assim distribuídas:

Série	Alunos
1 <sup>a</sup>	46
2 <sup>a</sup>	24
3 <sup>a</sup>	14
4 <sup>a</sup>	23
5 <sup>a</sup>	27
6 <sup>a</sup>	157
7 <sup>a</sup>	88
8 <sup>a</sup>	11

Total 380 380 alunos

II- Aproveitar as referidas Diretoras, com remuneração condizente ao seu trabalho, oferecendo-lhes assim a feliz oportunidade de colaborar de maneira humilde e despretenciosa para a implantação da Lei nº 5692 em nosso Município.

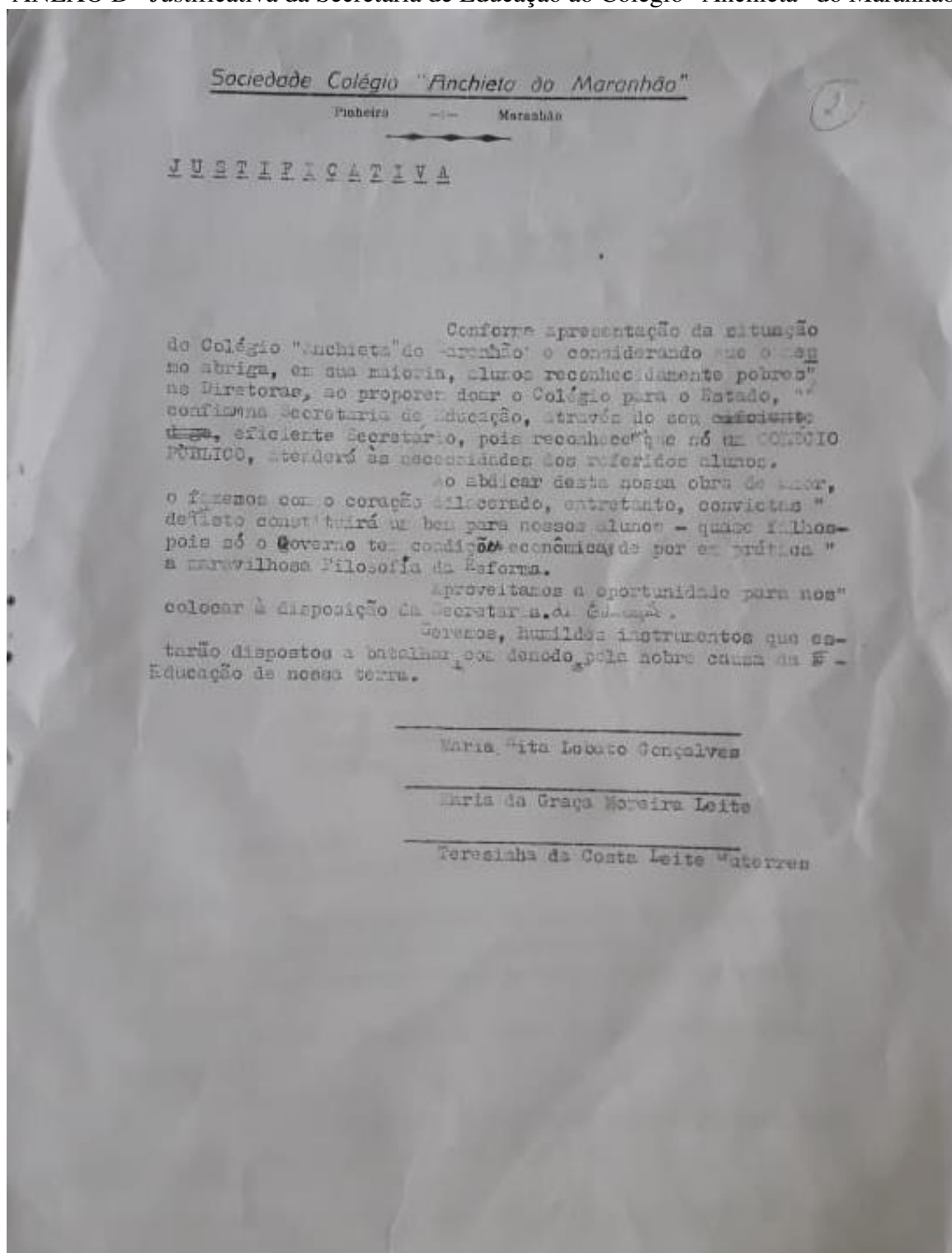
Aproveitamos a oportunidade para renovar a V.Exa., nossos protestos de elevada estima e consideração.

TERESINHA DA COSTA LEITE GOMES  
(Diretora-Administrativa)

MARIA RITA LOBATO GONÇALVES  
(Diretora-Financeira)

MARIA DA GRÇA NORRIRA LEITE  
(Diretora-Secretaria)

## ANEXO D- Justificativa da Secretaria de Educação ao Colégio "Anchieta" do Maranhão



## ANEXO E – Situação do Colégio “Anchieta” do Maranhão em 1973

Sociedade Colégio “Anchieta do Maranhão”  
 Fátima — Maranhão

SITUAÇÃO - 1973

1 - Matrícula:

- Jardim ..... 46 alunos  
 - 1º Grau:

Série	Alunos
1ª	24
2ª	14
3ª	23
4ª	27
5ª	157
6ª	88
7ª	11
T o t a l 344.....344 alunos	

- Matrícula Geral ..... 390 alunos

2 - Professores:

- Número : 15 ( 3 acumulando função de Diretora)  
 - Situação Funcional : - a maioria dos professores acha-se autorizado pelo D.E.N

3 - Salas de aula:

- 7 salas adaptadas

4 - Mensalidades:

- A mensalidade continua sendo de Cr\$ 15,00  
 - O Colégio, concede este ano, 48 bolsas.  
 - 80% dos alunos matriculados são reconhecidamente pobres não tendo condições de efetuar o pagamento em dias.

5 - Manutenção:

- Continua sendo mantido somente com a mensalidade dos alunos, não tendo recebido até o presente momento ajuda de qualquer órgão.  
 - O Colégio paga neste exercício :

- de aluguel .....	Cr\$ 350,00
- Obrigações Sociais.....	557,00
- Folha de pagamento de professores e pessoal subalterno	<u>3.600,00</u>
	4.507,00

## ANEXO F — Memorial sobre o nome “Anchieta”

Sociedade Colônia “Anchieta” da Maranhão  
Florianópolis — Maranhão

Fls. 5.

**MEMORIAL**

Omitimos o pedido da perpetuação do nome de “Anchieta” no futuro Complexo Escolar Estadual, porque na realidade não o reivindicamos, essa determinação surgiu de um gesto generoso do magnânimo Secretário Carlos Magno Duque Bacelar.

Esse fato comoveu-nos profundamente, pois a nossa admiração de Educadoras por José de Anchieta é justa. Dele procuramos seguir o Exemplo e o Amor pelo magistério. A ele devemos os ensinamentos e o estímulo das nossas primeiras realizações.

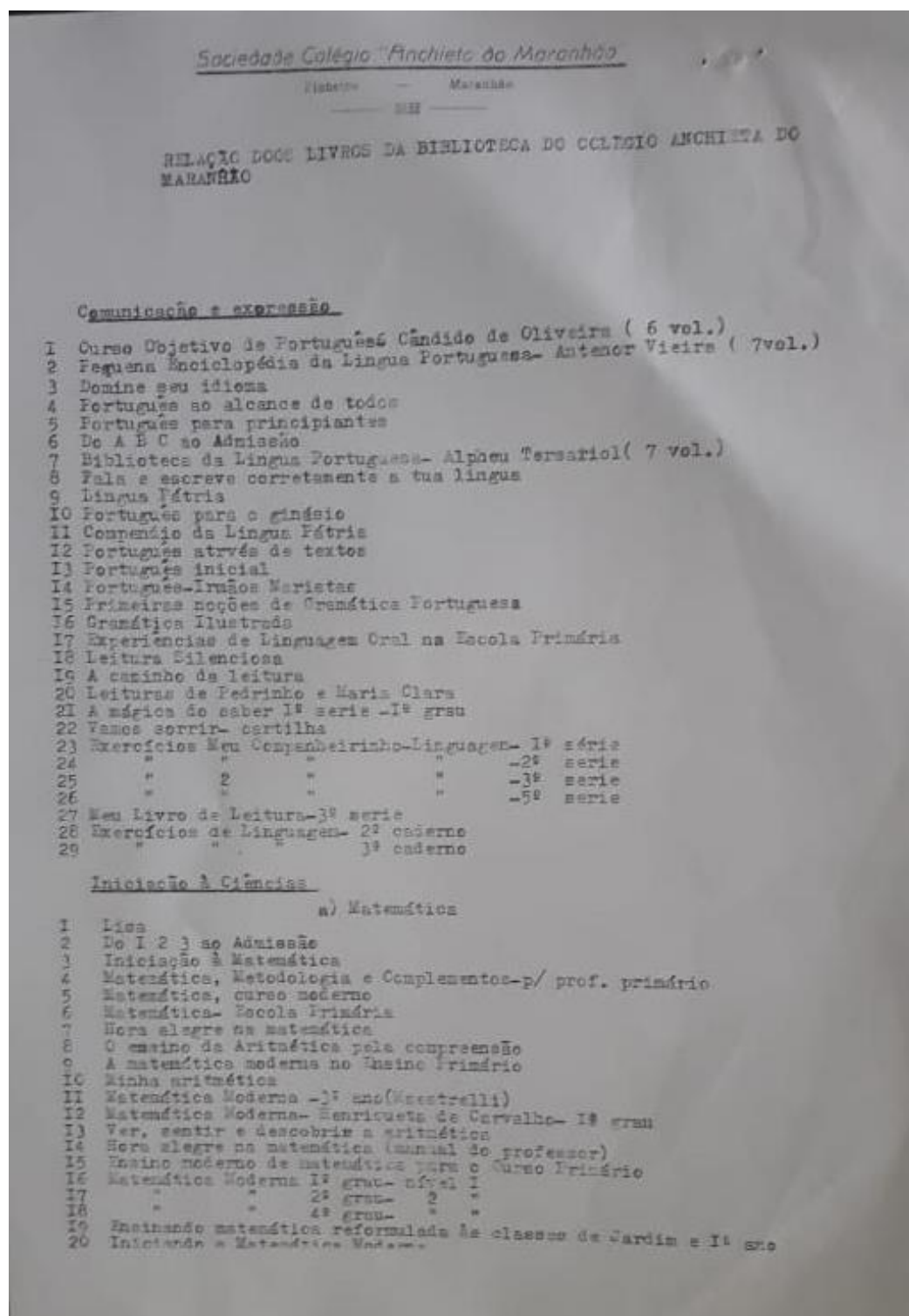
N.º 1) Comunidade da Escola Leite Leite  
Teresinha da Costa Leite Guterres

A.º 2) Comunidade da Escola Leite Leite  
Mária Rita Lobato Gonçalves

U.º 3) Comunidade da Escola Leite Leite  
Mária da Graça Noreira Leite

**CARTORIO DEUSDEDIT LEITE**  
Reconheço por semelhança, a firma  
de Deusdedit Leite  
Em lch.º 10 da cidade  
de Florianópolis  
Poderes 12.05.76  
Deusdedit Leite

## ANEXO G — Relação dos livros da biblioteca do Colégio “Anchieta” do Maranhão



## ANEXO G — Relação dos livros da biblioteca do Colégio “Anchieta” do Maranhão (cont.)

Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão  
 Físicas - Maranhão  
 III

Continuação

21 Vamos aprender matemática  
 22 Exercícios Meu Companheirinho 2ª série (matemática)  
 23 Exercícios Meu Companheirinho 3ª série (matemática)

b) Ciências Físicas e Biológicas

1 Caminho do Cientista  
 2 Magnetismo  
 3 Eletricidade  
 4 Som  
 5 Radioatividade  
 6 Iniciação à Ciência  
 7 A B C-Ciências- MEC  
 8 Minhas descobertas em Ciências Naturais  
 9 Mamíferos  
 10 Aves  
 11 Ciências para o curso primário  
 12 Ciências para crianças  
 13 Ciências para o Curso Primário- 2º livro  
 14 Noções de História Natural  
 15 Ciências na Escola Primária  
 16 Os seres vivos  
 17 Ciências para pequeninos 1ª série  
 18 Ciências para pequeninos 2ª série  
 19 Estudo dirigido de Ciências- Química e Física Iª grau  
 20 Ciências Físicas e naturais- PNB

Integração Social

a) Educação Moral e Cívica

1 Calendário Cívico- Amaral Fentoura (2 vol)  
 2 Organização Social e Política do Brasil  
 3 Educação Cívica  
 4 Iniciação ao Cívismo  
 5 Princípios de Educação Moral e Cívica  
 6 Educação Moral e Cívica 1ª série  
 7 Educação Moral e Cívica (manual do professor)  
 8 O Brasil é você  
 9 Moral e Cívismo- 1º livro  
 10 Moral e Cívismo- 4º livro  
 11 O que é a Constituição  
 12 Direitos e Deveres do Cidadão Brasileiro  
 13 Etiqueta Social  
 14 Guia de Boas Maneiras  
 15 Juvenilina (Canção para vida do colégio e do lar)  
 16 Curso de Educação Moral e Cívica

b)- História

1 História do Brasil - Claudio M. Thomas { 4 vols }  
 2 História da Arte e da Civilização { 4 vols }  
 3 Compendio de História Geral { 2 vols }  
 4 Grandes Vultos da História do Brasil  
 5 Pequena História de D. Pedro II  
 6 D. Pedro II  
 7 História Fundamental do Brasil  
 8 Pequena História do Maranhão  
 9 Cadernos do MEC de História do Brasil ( 3 vols )  
 10 Vultos Históricos e Luz da Crítica Moderna

11 c): GEOGRAFIA

1 Geografia Ativa  
 2 Geografia Ilustrada (De Abril Cultural) nº 1/a/38  
 3 Atlas Geográfico  
 4 Cartografia



## ANEXO G — Relação dos livros da biblioteca do Colégio “Anchieta” do Maranhão (cont.)

<u>Sociedade Colégio "Anchieta do Maranhão"</u>	
FUNDADA — Maranhão	
— 1911 —	
continuação.	
05 - Atlas Enciclopédico Brasileiro	
06 - Gravuras no Ensino de Estudos Sociais	
07 - Geografia do Brasil	
08 - Cadernos de Geografia	
09 - Curso Moderno de Geografia do Brasil	
10 - Atlas do Brasil	
11 - Estudos Sociais e Naturais	
12 - Linguagem e Estudos Sociais 1º e 2º Livro	
13 - Estudos Sociais (Programa de Emergência MEC)	
14 - Habilidades de Estudos Sociais	
15 - Os Grandes Rios do Mundo	
16 - Estudos Sociais 2ª série	
17 - Conhecimentos Gerais 1º grau	
18 - Mapas e Globos no Ensino de Estudos Sociais	
19 - Estudos Sociais (História e Geografia do Brasil)	
20 - Conhecimentos Gerais 1º e 2º grau	
21 - Conheça o Maranhão.	
22 - Galaxias	
<u>ENCICLOPÉDIAS</u>	
01 - Minha primeira Enciclopédia ( 6 vol )	
02 - Enciclopédia Brasileira Mérito (20 vl)	
03 - Tesouro da Juventude ( 18 vol )	
04 - O Mundo da Criança ( 15 vl )	
05 - Conhecer ( 2 vl )	
06 - Biblioteca Dinâmica do Ensino Moderno (10 vl )	
07 - Conhecer ( 2 vl )	
08 - Biblioteca Familiar do Lar ( 8 vl )	
<u>DICIONÁRIOS</u>	
01 - Cândido Figueirêdo (4 vl )	
02 - Dicionário Brasileiro Ilustrado ( 6 vl )	
03 - Dicionário Espanhol-Português	
04 - " " Francês - " " 2 vl	
05 - Novo Dicionário de Língua Portuguesa 2 vl	
<u>JARDIM DE INFÂNCIA</u>	
01 - O que é o Jardim de Infância	
02 - A criança de 4 anos	
03 - Festas de A,B,C.	
04 - Período Preparatório e Aprendizagem da Leitura	
<u>RELIGIÃO</u>	
01 - A Bíblia Sagrada	
02 - Vida de Jesus	
03 - Palácio de Deus aos Pequenos	
04 - Liturgia da Semana Santa	
05 - A Legião de Maria	
06 - Amor e Responsabilidade	
07 - O Maior Livro do Mundo	
08 - Uma História Verdadeira	
<u>ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR</u>	
01 - Como Organizar Um Currículo	
02 - Orientação Educativa	
03 - Currículo Moderno	
04 - A Reforma do Ensino 1º e 2º grau	
05 - Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1.971.	
<u>METODOLOGIA, PSICOLOGIA E DIDÁTICA</u>	
01 - Didática Geral.	
02 - Práticas Escolares	
03 - Psicologia Geral	
04 - Higiene Mental da Criança Escolar	
05 - Fundos de Didática Geral.	
06 - Didática Sintese	

## ANEXO G — Relação dos livros da biblioteca do Colégio “Anchieta” do Maranhão (cont.)

Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão  
 Maranhão - Maranhão  
 1951

08- O livro didático  
 09- Ensinando à criança  
 10- Manual Pedagógico para a T.Moderna - I.Artística - Física e Musical.  
 11- Guia de Ensino  
 12- Sugestões de Plano de Curso  
 13- Unidade de Trabalho  
 14- Como utilizar o Livro Didático  
 15- Formação e desenvolvimento de conceitos  
 16- Testes e medidas de avaliação

Poesias  
 01- As mais belas e patrióticas poesias de exaltação à Pátria  
 02- Os escravos e a Cachoeira de Paulo Afonso  
 03- Canção sobre o espelho  
 04- Crianças e poesia  
 05- Seusandra (inéditas)  
 06- Meus poemas preferidos  
 07- Felhas soltas-Fernando Vianna  
 08- Felhas soltas-Lucinda Santes  
 09- Poesias de amor  
 10- Ribalta  
 11- Horas da noite  
 12- O balet das palavras  
 13- Gonçalves Dias-Galeria dos grandes homens  
 14- Obras completas de Camilo de Abreu  
 15- O poder da flier  
 16- Espera

Educação e saúde  
 01- Parasitoses  
 02- Economia doméstica e puericultura  
 03- Noções de economia doméstica  
 04- De onde vem os bédos  
 05- Saúde, educação e civismo  
 06- A maior das maravilhas-Meu filho  
 07- Instrução sexual na escola

Literatura  
 01- Maravilhas dos Contos-12 vol.  
 02- Meu pé de laranja lima  
 03- As confissões do Frei Abdora  
 04- Lenda da terra  
 05- Rosinha, minha canoa  
 06- Arrais de fogo  
 07- O pequeno príncipe  
 08- O pequeno Lord  
 09- Fellianna  
 10- Humberto de Campos (coleção)  
 11- Nessas lendas  
 12- Lendas e fábulas do Brasil  
 13- Biblioteca de Selecões  
 14- Formação de caráter  
 15- Estrelas de alto mar  
 16- Literatura oral para a infância e a juventude  
 17- Rui Barbeza (coleção)

Recreação e Diversões  
 01- Manual de classificador  
 02- Sem apetite  
 03- Juvenilia  
 04- Manual pedagógico de educação artística  
 05- Responsabilidades sociais do homem de negócios  
 06- Quando voce casar  
 07- Jogos para recreação infantil

## ANEXO G — Relação dos livros da biblioteca do Colégio “Anchieta” do Maranhão (cont.)

*Sociedade Colégio "Anchieta do Maranhão"*  
 Ilhéus — Maranhão  
 1952

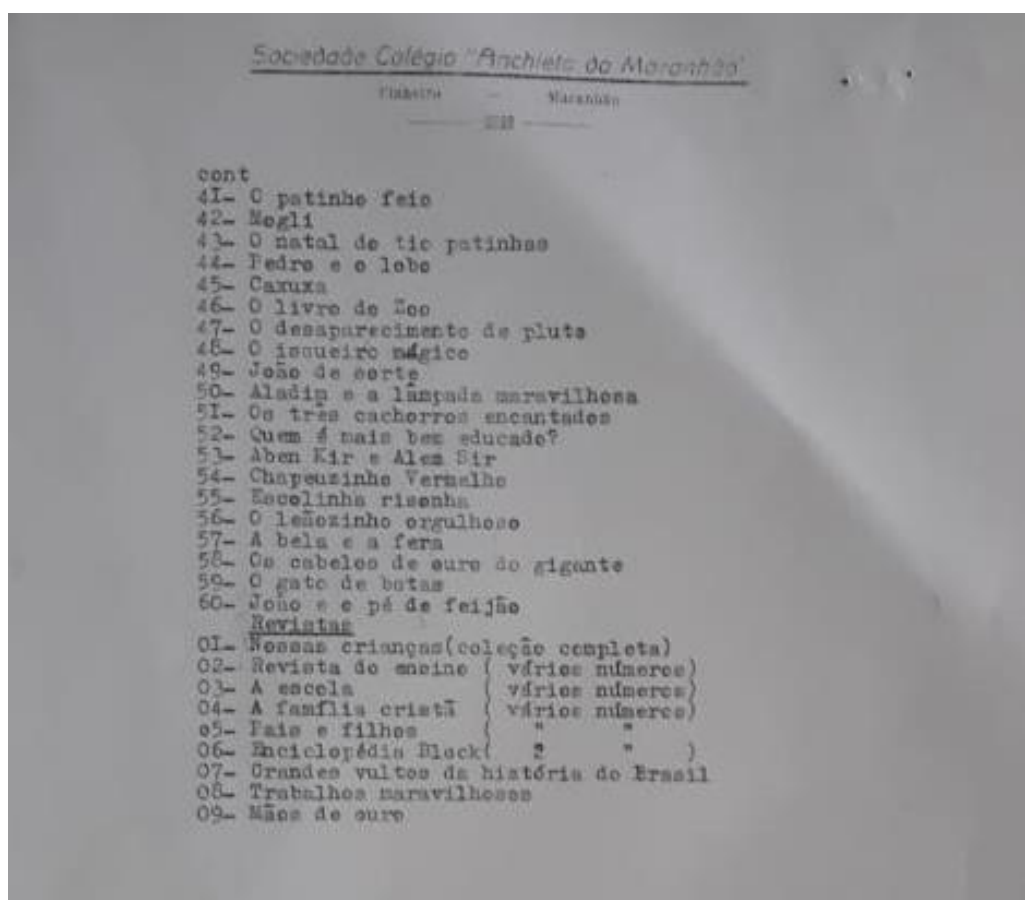
cont.

- 08- Tete infantil
- 09- Minha vida na sala de aula
- 10- Flanelógrafo
- 11- Mural didático
- 12- O quadro de giz
- 13- Por que?
- 14- Jogos para recreação
- 15- As três chamas do lar
- 16- Brincando com os dedos
- 17- Brincando para construir
- 18- Dramatização na escola primária
- 19- O diário de Dany
- 20- Para minha filha Raquel
- 21- Romance crônicas maranhenses-Vencidos e degenerados
- 22- O seminarista
- 23- Histórias escolhidas
- 24- O quarto misterioso
- 25- Bodas de maio
- 26- Retrato de um casamento
- 27- Minha vida de menina
- 28- Reflexões-Quo "Vadis"

Literatura infantil

- 01- O espelho que vê por dentro
- 02- A cabeça de ouro
- 03- João Bolinha
- 04- Memórias de um burro
- 05- Negrinho do pastoreiro
- 06- Dona aranha
- 07- Godofredo, o suco
- 08- O pardalzinho
- 09- A minhoca e o espelho
- 10- Cigi vai ter filhos
- 11- A ratinha Marilu
- 12- A Jeaninha
- 13- A formiga
- 14- Deixem passar os marrequinhas
- 15- O mundo das aves
- 16- A sementinha bailarina
- 17- O eco misterioso
- 18- As duas velinhas de aniversário
- 19- Amor de mãe
- 20- D. Formiga, mestre tatu e o imposto de renda
- 21- Estórias de Cristiana- Aventuras em gatópolis
- 22- No país dos anões
- 23- Os quatro irmãos
- 24- Que é um cão?
- 25- O livro do urso
- 26- O pastorzinho
- 27- O indiozinho Amazonas
- 28- O pequeno bandeirante
- 29- A história de uma cidade contada por ela mesma
- 30- Cinderela
- 31- A bela adormecida
- 32- Aventuras de uma andorinha
- 33- O grilinho brincalhão
- 34- O burro que espirrava dinheiro
- 35- Rapunzel
- 36- Rosa vermelha e rosa branca
- 37- Branca de Neve
- 38- Os três porquinhos
- 39- Aventuras no vale feliz
- 40- Bambi

## ANEXO G — Relação dos livros da biblioteca do Colégio “Anchieta” do Maranhão (cont.)



## ANEXO H— Contrato de locação de serviços I

Sociedade Colégio "Anchieta do Maranhão"  
 Pinheiro — Maranhão

— III —

Contrato de locação de serviços que entre si fazem, de um lado, A Sociedade Colégio "Anchieta do Maranhão", Estabelecimento de Ensino do 1º grau, nesta cidade de Pinheiro, neste ato representado pela sua Diretora - D. Teresinha da Costa Leite Dutraes, brasileira, casada, professora Normalista, domiciliada e residente nesta cidade e, de outro lado, como Locadora, a Sra. Maria Rita Lobato Gonçalves, brasileira, casada, professora Normalista, domiciliada e residente nesta cidade, nesta e na melhor forma de direito, conforme as cláusulas seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA-** A Sociedade Colégio Anchieta do Maranhão, contrata a locadora para lecionar as seguintes matérias: GEOGRAFIA e EDUCAÇÃO ARTÍSTICA, durante o ano letivo de 1.972.

**CLAUSULA SEGUNDA -** Como remuneração aos seus serviços prestados o Colégio pagará o salário hora, de conformidade com as determinações do Salário Mínimo Regional em vigor.

Assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias, de igual teor juntamente com as testemunhas a tudo presentes.

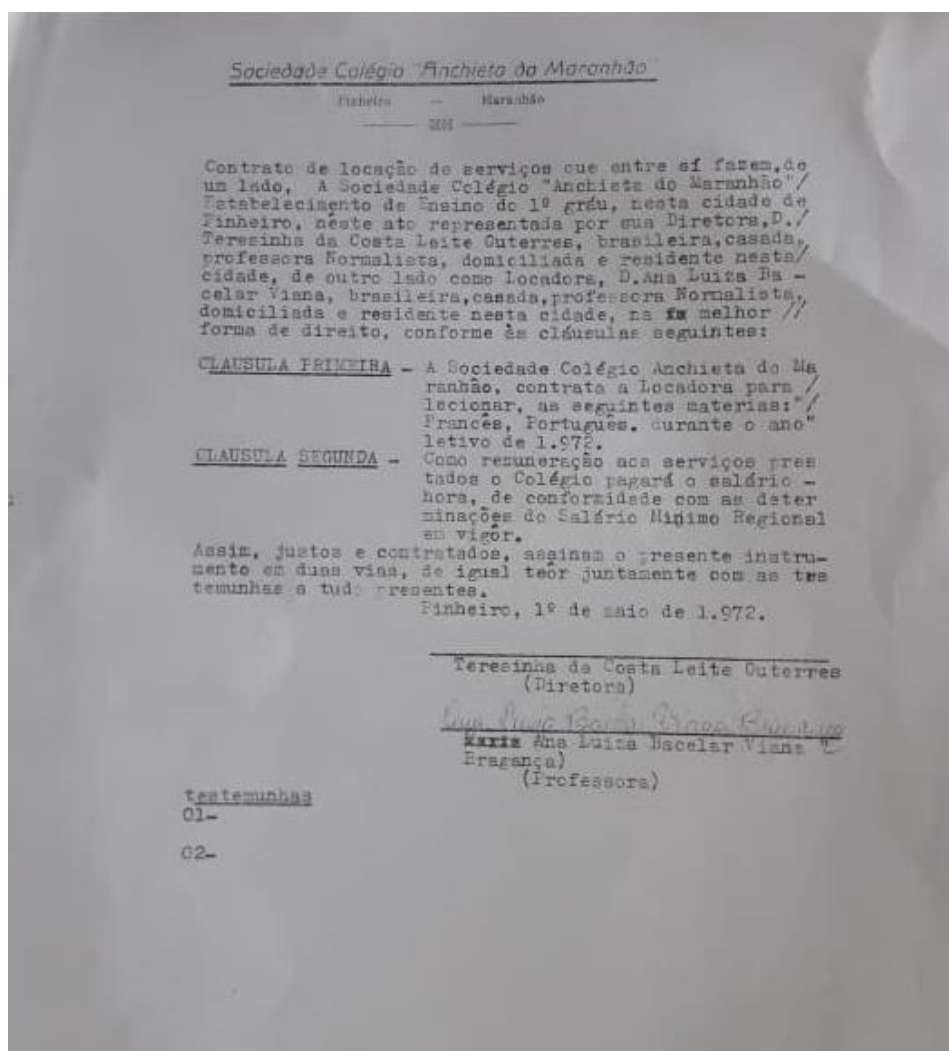
Pinheiro (Ma), 1º de maio de 1.972.

TERESINHA DA COSTA LEITE DUTRAES  
(DIRETORA)

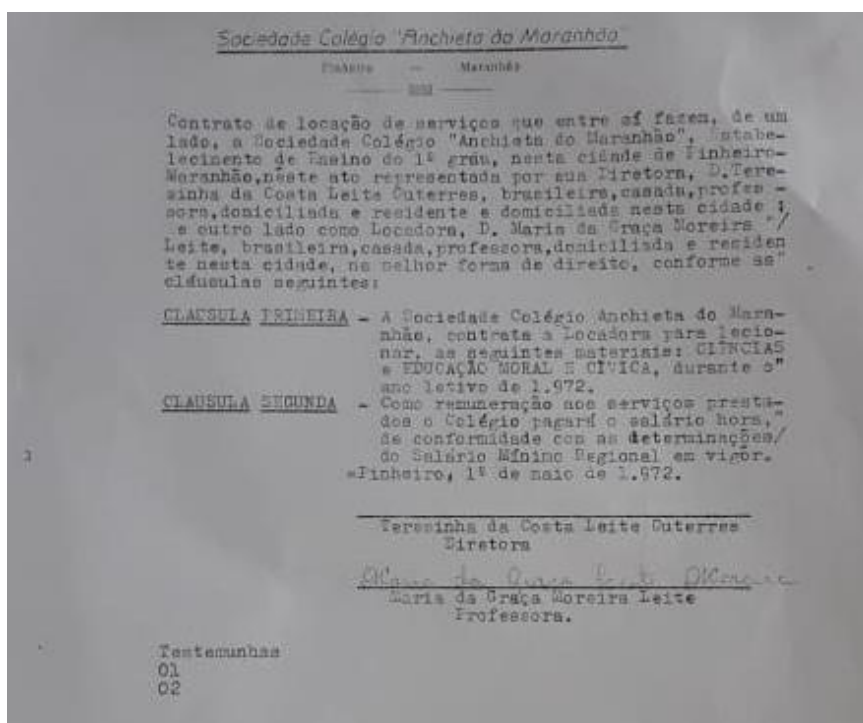
*Maria Rita Lobato Gonçalves*  
MARIA RITA LOBATO GONÇALVES  
(PROFESSORA)

testemunhas:  
01 -  
02 -

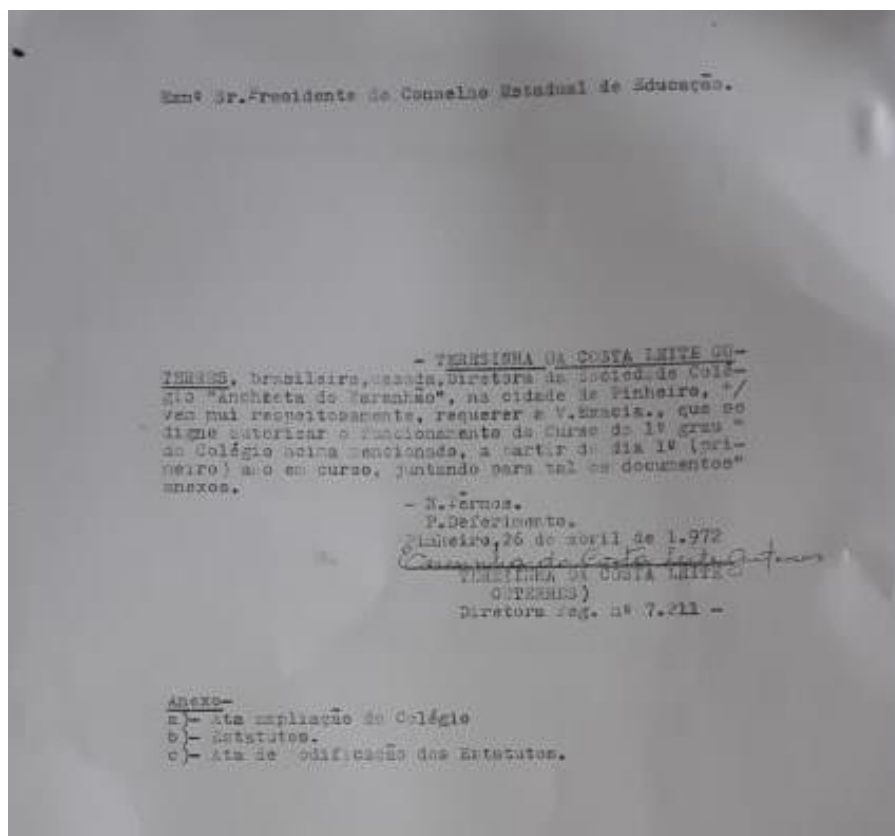
## ANEXO I — Contrato de locação de serviços II



## ANEXO J — Contrato de locação de serviços III



## ANEXO K — Requerimento de Teresinha da Costa Leite Guterres I



## ANEXO L—Requerimento de Teresinha da Costa Leite Guterres II

Sociedade Colégio "Anchieta do Maranhão"  
Pinheiro — Maranhão  
— 222 —

Ilm<sup>o</sup> Sr. Diretor do Departamento de Ensino Médio (D.E.M.)

Teresinha da Costa Leite Guterres, brasileira, casada, professora normalista, portadora de registro de Diretora nº 7. 211 . . ., residente e domiciliada / nesta cidade de Pinheiro -MA, requer a V. Sa., que se digne autorizar-me a exercer o cargo de Diretora da Sociedade Colégio "Anchieta do Maranhão".

N. Termos  
F. Deferimento  
— Pinheiro, 1<sup>o</sup> de maio de 1.972.

TERESINHA DA COSTA LEITE GUTERRES.

## ANEXO M – Requerimento de Maria da Graça Moreira Leite

Sociedade Colégio "Anchieta do Maranhão"  
Pinheiro — Maranhão  
— 222 —

Ilm<sup>o</sup> Sr. Diretor do Departamento de Ensino Médio (DEM)

Maria da Graça Moreira Leite, brasileira, casada, professora normalista, residente e domiciliada nesta cidade de Pinheiro -MA., requer a V. Sa., que se digne autorizar-me a exercer o cargo de Secretária da Sociedade Colégio "Anchieta do Maranhão".

N. Termos  
F. Deferimento  
— Pinheiro, 1<sup>o</sup> de maio de 1.972.

MARIA DA GRAÇA MOREIRA LEITE.



## ANEXO N – Licitação de autorização para lecionar matérias

Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Conselho de Educação do Estado de Maranhão.

- Considerando a necessidade de professores para o funcionamento do Colégio "Anchieta de Maranhão", se licite autorização para lecionar, as seguintes matérias:  
a) História do Brasil e História Geral (Reg. n<sup>o</sup> 36.915-D) CADES, MATEMÁTICA e ORGANIZAÇÃO POLITICA, anexando os documentos exigidos.

H. Ternes

P. Deferimento

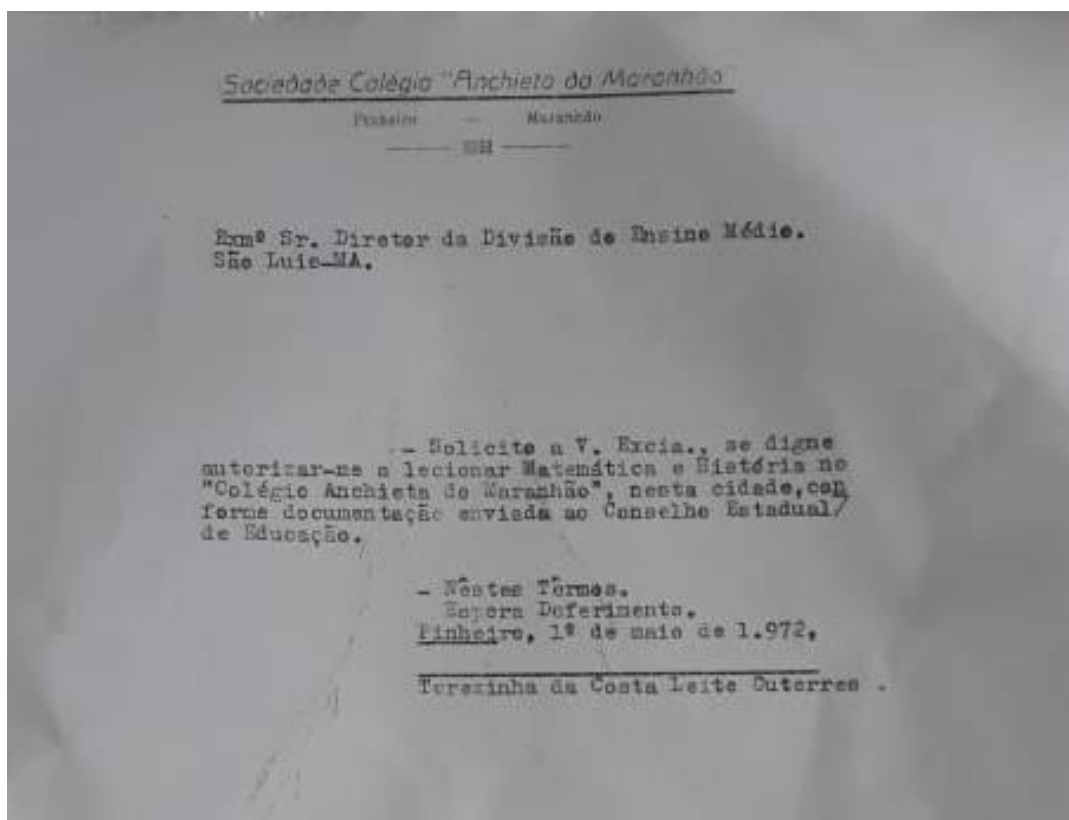
- Pinheiro, 1<sup>o</sup> de maio de 1.972.

*[Assinatura]*  
DIRETORIA - Reg. n<sup>o</sup> 7.211

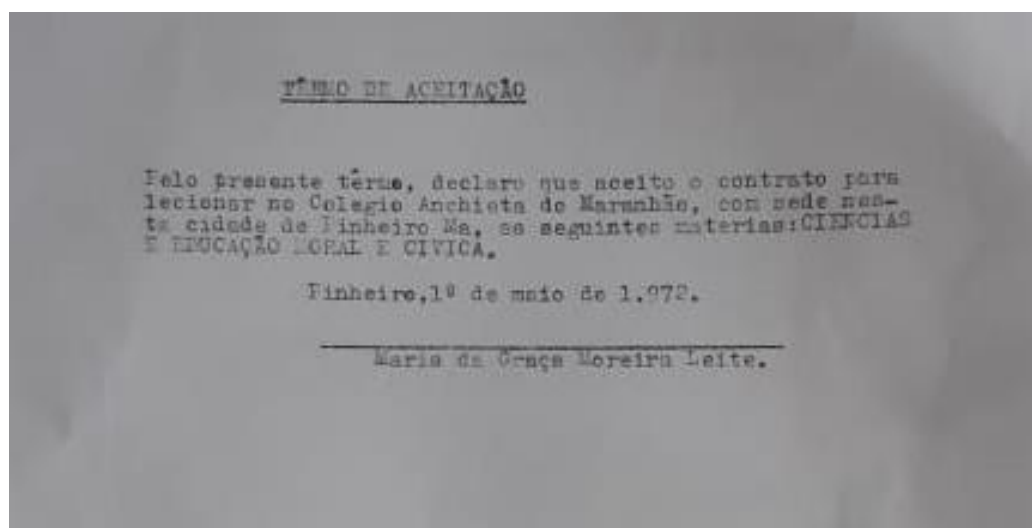
Anexo:

- a) Carteira de identidade n<sup>o</sup> 24.055
- b) Registro de CADES
- c) Título Plurilateral exp. pela 37<sup>a</sup> Zona n<sup>o</sup> 64
- d) Diploma do Curso Normal Pedagógico
- e) Atestado de Identidade
- f) Atestado Médico
- g) Atestado de Vacinas
- h) Atestado de Conduta
- i) 3 Fotografias 3 x 4.

## ANEXO O –Solicitação ao Diretor da Divisão de Ensino Médio. São Luís – MA



## ANEXO P – Termo de Aceitação I



## ANEXO Q – Termo de Aceitação II

Termo de Aceitação.

Pelo presente termo, declaro que aceito o contrato para lecionar no Colégio "Anchieta do Maranhão" com sede na cidade de Fimheiro Ma, as seguintes materias:- FRANCÊS/PORTUGUÊS.

Finheiro, 1º de maio de 1.972.

\_\_\_\_\_  
Ana Luiza Escelar Vianna Bragança